

FLÁVIO CARVALHO SILVA

É POSSÍVEL RECONFIGURAR O SENTIDO DE TECNOLOGIA NO URBANISMO?

**Urbanismo, tecnologias e justiça espacial no entorno da Pedra
de Xangô, Salvador-BA**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

Orientadora: Profª Lalita Kraus

Coorientadora: Profª Glória Cecília dos Santos Figueiredo

Rio de Janeiro

Junho de 2024

CIP - Catalogação na Publicação

C586? Carvalho Silva, Flávio
É possível reconfigurar o sentido de tecnologia no urbanismo? Urbanismo, tecnologias e justiça espacial no entorno da Pedra de Xangô, Salvador-BA / Flávio Carvalho Silva. -- Rio de Janeiro, 2024.
143 f.

Orientadora: Lalita Kraus.
Coorientadora: Glória Cecília dos Santos Figueiredo.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Programa de Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional, 2024.

1. urbanismo insurgente. 2. tecnologia. 3. justiça espacial. 4. cartografia das controvérsias. 5. Pedra de Xangô. I. Kraus, Lalita, orient. II. Cecília dos Santos Figueiredo, Glória, coorient. III. Título.

FLÁVIO CARVALHO SILVA

É POSSÍVEL RECONFIGURAR O SENTIDO DE TECNOLOGIA NO URBANISMO?

**Urbanismo, tecnologias e justiça espacial no entorno da Pedra
de Xangô, Salvador-BA**

Dissertação apresentada ao Curso de
Mestrado do Programa de Pós-Graduação
em Planejamento Urbano e Regional da
Universidade Federal do Rio de Janeiro –
UFRJ, como parte dos requisitos necessários
à obtenção do grau de Mestre em
Planejamento Urbano e Regional.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Profª Dra Lalita Kraus

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – UFRJ

Documento assinado digitalmente
 **LALITA KRAUS**
Data: 08/07/2024 20:29:45-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profª Dra Glória Cecília dos Santos Figueiredo

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – UFBA

Documento assinado digitalmente
 **GLORIA CECILIA DOS SANTOS FIGUEIREDO**
Data: 05/07/2024 16:02:45-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profº Dr Renato Emerson Nascimento Dos Santos

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – UFRJ

Documento assinado digitalmente
 **RENATO EMERSON NASCIMENTO DOS SANTOS**
Data: 09/07/2024 22:49:18-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dra Maria Alice Pereira

PX Assessoria, Consultoria, Projetos Ambientais e Culturais LTDA

Documento assinado digitalmente
 **MARIA ALICE PEREIRA DA SILVA**
Data: 04/07/2024 10:54:37-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ESTEVEZ VILLARINO BRAIS - 32830739X  Firmado digitalmente por ESTEVEZ VILLARINO BRAIS -
32830739X
Fecha: 2024.07.04 11:15:57 +02'00'

Profº Dr Brais Estévez Villarino

Institute of Studies and Development of Galicia – USC

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001".

"This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001".

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora Lalita pela paciência, humildade e entusiasmo. Lalita foi uma verdadeira companheira ao longo desse processo.

À minha coorientadora Glória que me ajudou a formular as primeiras questões do que viria a ser esse trabalho antes mesmo da minha vinda ao IPPUR. Dona de uma generosidade pela qual serei eternamente grato.

À Ana e Renato que foram tão generosos, não só na qualificação, mas em todos os momentos que tiveram a oportunidade de cruzar o meu caminho.

A Maria Alice pela amizade e pelas trocas sobre a Pedra de Xangô.

Ao Coletivo Maria José Justino, talvez o principal motivo de eu ter escolhido justamente vir para o IPPUR.

Aos colegas do Grupo de Pesquisa Rastro pelos ricos momentos de debate que subsidiaram a construção de parte dessa dissertação.

Aos estimados colegas da turma de mestrado 2022: Ana, Bruno, Bruno, Bruno, Cesar, Giu, Glaucy, Isabel, Tauann, Breno, Cíntia, Felipe, Gabriel, Geisa, John, João, Paloma, Brenda, Vicente, Andrea, Diego, Julia e Rafael. Sou capaz de lembrar de pelo menos um momento em que o contato com vocês foi revelador para essa pesquisa.

Aos amigos que me ensinam a cada dia a ler as mais lindas palavras da vida, em especial àqueles que me acompanharam mais de perto nos últimos 2 anos: Isis, Gabriel, Ph, Igor P., Alexandre, Marina, Isabela, Igor V., Camila, Regi, Rui, Sté, Júlio, Albert, Helo, Ana Lu e Ana Cristina.

A toda a minha família, vó, tios, tias, primos, por todo o afeto.

A um cachorro velhinho chamado Sherlock.

A um velhinho chamado Ailton.

As mulheres que dão sentido às noites de frio: Cláudia e Rafaela.

A essa força que me acompanha.

Kaô Kabiesilê.

RESUMO

A cidade é considerada como um símbolo da sobrevivência humana, nela o desenvolvimento tecnológico constitui uma narrativa de eterno progresso e resolução dos problemas urbanos. Embora tenha sido concebido para melhorar a qualidade de vida de seus habitantes, o urbanismo e suas tecnologias têm, com frequência, sido convocados para cumprir um papel ambíguo: atender interesses privados que frequentemente implicam na promoção de injustiça espacial. Neste trabalho nós questionamos: e se no lugar de um sentido de desenvolvimento esvaziado o objetivo central do urbanismo fosse a equidade e justiça espacial, que tecnologias estariam sendo mobilizadas? Para isso olhamos, através da aproximação com a metodologia da cartografia das controvérsias, como as redes sociotécnicas da Pedra de Xangô, uma experiência de urbanismo insurgente, foram capazes de se mobilizar para promover justiça espacial. Como resultado, identificamos e caracterizamos as principais tecnologias que contribuíram para a resistência desse território negro da cidade de Salvador-Ba. Na expectativa que tais aprendizados nos permitam contribuir para a compreensão de práticas alternativas de urbanismo e suas tecnologias.

Tal estudo nos leva a acreditar que as disputas promovidas por grupos subalternizados em enfrentamento às injustiças espaciais, são terrenos férteis para visibilizar tecnologias, valores, racionalidades e arranjos alternativos anticapitalistas, feministas e afrofuturistas capazes de abalar estruturas de dominação e promover aproximações com a justiça espacial.

Palavras-chave: urbanismo insurgente; tecnologia; justiça espacial; cartografia das controvérsias; Pedra de Xangô.

ABSTRACT

The city is considered a symbol of human survival, where technological development constitutes a narrative of eternal progress and resolution of urban problems. Although it was conceived to improve the quality of life of its inhabitants, urbanism and its technologies have often been called upon to fulfill an ambiguous role: serving private interests that frequently promote spatial injustice. In this work, we question: what if, instead of a hollow sense of development, the central objective of urbanism were equity and spatial justice? What technologies would be mobilized? To this end, we look, through the approach of the controversy mapping methodology, at how the sociotechnical networks of Pedra de Xangô, an experience of insurgent urbanism, were able to mobilize to promote spatial justice. As a result, we identify and characterize the main technologies that contributed to the resistance of this black territory in the city of Salvador-Ba, hoping that such learnings will allow us to contribute to the understanding of alternative urbanism practices and their technologies.

This study leads us to believe that the disputes promoted by subaltern groups in facing spatial injustices are fertile grounds for making visible technologies, values, rationalities, and alternative anticapitalist, feminist, and afrofuturist arrangements capable of shaking structures of domination and promoting approaches to spatial justice.

Keywords: insurgent urbanism; technology; spatial justice; controversy mapping; Pedra de Xangô.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – As três seções do movimento contínuo	26
Figura 2 – Esquema que mostra a natureza cíclica do processo	26
Figura 3 – Esquema que mostra a espiralar do processo de participação pública de reconstituição do processo.	27
Figura 4 – Planta de localização da Pedra de Xangô no município de Salvador-BA.	32
Figura 5 – Dique do Tororó - Salvador-BA.	36
Figura 6 – Lagoa do Abaeté - Salvador-BA.	36
Figura 7 – Pedra de Xangô - Salvador-BA.	37
Figura 8 – Mapa indicando a localização	39
Figura 9 – Planta do Quilombo Buraco de Tatu	40
Figura 10 – Governador João Durval visita a construção	42
Figura 11 – O contraste entre conjunto habitacional	43
Figura 12 – Ortofoto da região do entorno da Pedra de Xangô – 1980	44
Figura 13 – Ortofoto da região do entorno da Pedra de Xangô – 1989	44
Figura 14 – Imagem aérea lagoa de estabilização, Avenida Assis Valente e Pedra de Xangô	46
Figura 15 – Proposta da AFA em 2005 de intervenções para a conservação	48
Figura 16 – Reportagem sobre a Permanência da Pedra de Xangô	49
Figura 17 – Reportagem Inauguração da Av. Assis Valente	49
Figura 18 – Pedra de Xangô vista a partir do antigo traçado da Av. Assis Valente.	50
Figura 19 – Foto de pichações em ataque à Pedra de Xangô.	51
Figura 20 – Lançamento de sal sobre a Pedra de Xangô.	52
Figura 21 – Oferta do Amalá na Pedra de Xangô.	53

Figura 22 – Xirê na Pedra de Xangô em celebração à lei 14.519/2023 que sanciona o dia do candomblé.	54
Figura 23 – Celebração da Fogueira de Xangô.	54
Figura 24 – Adornando elementos sagrados com Ojá	55
Figura 25 – Plantação de árvores sagradas do Jardim Etno-Botânico	56
Figura 26 – Caminhada da Pedra de Xangô em 2017	57
Figura 27 – Ocupações ao longo da Av. Assis Valente	58
Figura 28 – Realização da cartografia dos pontos sagrados	61
Figura 29 – Cartografia dos pontos sagrados	62
Figura 30 – Exemplo de postagem contendo denúncia	64
Figura 31 – Imagem do painel interativo	64
Figura 32 – Inauguração do Parque Pedra de Xangô	65
Figura 33 – Reunião com Grupo de Trabalho (GT) Pedra de Xangô	67
Figura 34 – Mapa contendo poligonais PRPX e PPX	68
Figura 35 – Diagrama de ameaças do Parque Pedra de Xangô	71
Figura 36 – Diagrama Ameaças x Diretrizes do Estudo Preliminar	72
Figura 37 – Diagrama de composição paisagística.	73
Figura 38 – Planta Geral Parque Pedra de Xangô.	73
Figura 39 – Planta de Layout da edificação de apoio do Parque Pedra de Xangô.	74
Figura 40 – Perspectiva Geral do Parque Pedra de Xangô.	75
Figura 41 – Planta de Layout da edificação de apoio do Parque Pedra de Xangô.	76
Figura 42 – Fotografia do acesso em construção	77
Figura 43 – Fotografia área do anfiteatro	77
Figura 44 – Pedra de Xangô e edificação de apoio em segundo plano.	78

Figura 45 – Desmatamento resultante do uso de maquinário para a construção do trecho aberto da camada de memória. Foto: Flávio Carvalho, acervo FFA Arquitetura e Urbanismo, maio de 2021.	78
Figura 46 – Relação da Pedra de Xangô com as arquibancadas.	79
Figura 47 – Imagem aérea depois da implantação do parque.	80
Figura 48 – Ilustração - Imaginário solucionista como forma de dominação	92
Figura 49 – Diagrama - Conceito de Tecnologia	95
Figura 50 – Diagrama - Tecnodiversidade	96
Figura 51 – Diagrama - Tecnobrecha	98
Figura 52 – Mapa de distribuição espacial do i. Percentual de moradores que se autodeclararam como brancos ao lado de ii. Percentual dos domicílios com renda per capita inferior a um SM -Salvador, 2010	102
Figura 53 – Ilustração - Bi pé da ação urbanística dominante	107
Figura 54 – 1ª Controvérsia	112
Figura 55 – 2ª Controvérsia	115
Figura 56 – 3ª Controvérsia	118
Figura 57 – 4ª Controvérsia	121
Figura 58 – Lagoa de estabilização	126
Figura 59 – Camada da Memória	127
Figura 60 – Esquema sobre imagem de satélite, 2015.	128
Figura 61 – Esquema sobre imagem de satélite, 2019.	128
Figura 62 – Esquema sobre imagem de satélite, 2020.	129
Figura 63 – Esquema sobre imagem de satélite, 2022.	129
Figura 64 – Perspectiva do projeto do PPX	132

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA: Área de Preservação Ambiental

CAJA: Juventude Ativista de Cajazeiras

CIA: Centro Industrial de Aratu

CTS: Ciência Tecnologia e Sociedade

FGM: Fundação Gregório de Matos

FMLF: Fundação Mario Leal Ferreira

GT: Grupo de Trabalho

IPPUR: Instituto de Planejamento Urbano e Regional

PDTCl: Plano Diretor de Cidades Inteligentes

PMCMV: Programa Minha Casa Minha Vida

PMS: Prefeitura Municipal de Salvador

PPX: Parque Pedra de Xangô

PRPX: Parque em Rede Pedra de Xangô

SEINFRA: Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas

TAR: Teoria Ator Rede

TICs: Tecnologias da Informação e Comunicação

UNEB: Universidade Estadual da Bahia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 Objetivos	20
1.2 Orientação metodológica: Aproximação com o mapeamento de controvérsias.....	21
a Procedimentos da Pesquisa	23
1.3 Estrutura da dissertação.....	27
2 TECENDO REDES: A PEDRA DE XANGÔ COMO ELEMENTO CENTRAL DE UMA DISPUTA POR JUSTIÇA ESPACIAL.	29
2.1 Defesa da Pedra de Xangô: Disputa antirracista em quatro atos.....	31
a 1º ato - Conflito 01 – A “queda” do Quilombo do Buraco do Tatu.....	38
b 2º Ato - Conflito 02 – Do “desenvolvimento” à resistência de implosão.....	41
c 3º Ato – Conflito 03 – Resistência ao racismo religioso.....	50
d 4º Ato – Território negro “pacificado”?	66
3 ABALANDO IMAGINÁRIOS: URBANISMOS, TECNOLOGIAS, E JUSTIÇA ESPACIAL.	81
3.1 Desafios e Controvérsias Urbanísticas: Impasses da modernidade ...	82
3.2 Inovações corporativas: A cidade inteligente no seio do agravamento das injustiças espaciais	85
3.3 Tecnofantasia moderna, tecnologia e tecnodiversidade.	91
3.4 Justiça espacial: é possível falarmos sobre tecnologias urbanísticas de reparação.....	99
3.5 Consolidando as pontes entre os debates.....	106
4 TATEANDO TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS: URBANISMO COMO FERRAMENTA DE JUSTIÇA ESPACIAL.....	110
4.1 Quatro controvérsias, quatro mapeamentos	110
a 1ª Controvérsia urbanística – A “queda” do Quilombo do Buraco do Tatu ..	112
b 2ª Controvérsia urbanística – Do “desenvolvimento urbano” à resistência de implosão.....	115
c 3ª Controvérsia urbanística – Resistência ao racismo religioso	118
d 4ª Controvérsia urbanística – Território negro “pacificado”?.....	121
4.2 As contradições que os mapeamentos não mostram.....	124
a Onde foram parar as ocupações das proximidades da Pedra de Xangô? Especulações.....	124
b Onde foram parar as espécies sagradas.....	124
c Lagoas de estabilização: risco de contaminação e racismo ambiental.....	125
d Via de monitoramento: desmatamento e ocupação na área do Parque.....	126
e Camada de memória: a parte do projeto que não foi executada	127
4.3 Tecnologias e suas correlações com o urbanismo de justiça espacial	130
a A face urbanística das tecnologias do sagrado	131
b Tecnobrecha: Apropriação cidadã das tecnologias dominantes.....	134

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	136
-------------------------------------	------------

REFERÊNCIAS.....	139
-------------------------	------------

1 INTRODUÇÃO

A cidade figura como o apogeu material da sobrevivência humana, nela o desenvolvimento tecnológico constitui uma narrativa de eterno progresso e resolução dos problemas urbanos. Embora tenha sido concebido para melhorar a qualidade de vida de seus habitantes, o urbanismo e suas tecnologias têm, com frequência, sido convocado para cumprir um papel ambíguo: atender interesses privados que frequentemente implicam na promoção de injustiça espacial. Cabe questionar o papel controverso do urbanismo e suas tecnologias.

Há alguns anos, o planejamento urbano tem enfrentado uma crise de identidade e legitimidade, que ocorre porque, embora haja um consenso de que a prática profissional deva ser orientada para o atendimento do bem público, frequentemente, os planejadores profissionais encontram-se a serviço do bem privado (MIRAFTAB, 2016).

As diversas manifestações de um urbanismo capitaneado pelo mercado como os bairros planejados, condomínios fechados, smart cities e empreendimentos voltados para megaeventos, juntamente com suas recorrentes implicações em remoções, gentrificação, fragmentação, tragédias ambientais, apropriação privada do recursos públicos e acentuação de desigualdades urbanas (ARANTES; MARICATO; VAINER, 2013; FERNANDES, 2013), revelam os diversos momentos em que essa fissura se torna latente. Nesse contexto, um discurso solucionista, tecnocrático, supostamente apolítico e deterministicamente positivo sobre o uso de tecnologias e seu constante processo de inovação tem funcionado como mais um elemento da validação das mais diversas práticas corporativas de urbanismo (KRAUS, 2022) viabilizando que os processos de colonização, extração e acumulação continuem acontecendo apoiados por um urbanismo hegemônico, ferramenta de um desenvolvimento que prioriza os interesses de mercado e tem resultado na reprodução de injustiças espaciais.

Podemos dizer que a Cidade Inteligente (smart city) é a versão contemporânea proeminente desse fenômeno. A “smart city” é hoje apresentado como o “apogeu lógico da tecnologia das cidades”(BRIA; MOROZOV, 2020) e traz uma noção hegemônica de governança pragmática desejável, funcionando como um termo guarda-chuva que, tal qual o próprio urbanismo, tem sido apropriado para atribuir um

sentido de melhoria intrínseca, ainda que possa ser acionado a partir de interesses muitos distintos (BRIA; MOROZOV, 2020; KRIVÝ, 2018).

Embora propostas corporativas de cidade inteligente apresentem uma compreensão limitada e homogeneizante de cidade e frequentemente colaborem para a reprodução de desigualdades sociais e espaciais (BRIA; MOROZOV, 2020; FIRMINO, 2017; HOLLANDS, 2015; KITCHIN, 2015; KRIVÝ, 2018; MATTERN, 2021), elas têm sido cada vez mais recorrentes no Brasil¹.

Enquanto a tecnofantasia² solucionista reelabora suas ilusões de cidade pacificada pela agência computacional, enfrentamos resultados materiais da modernidade e da tecnocracia como a crise climática, grandes catástrofes ambientais (por exemplo, as recentes ocorrências em Maceió³ e no estado do Rio Grande do Sul⁴), o quadro dramático do saneamento básico, o aumento da população em situação de rua e as desigualdades socioambientais espalhadas por todo o território nacional, principalmente nas grandes cidades. Essas questões nos fazem questionar a real efetividade do desenvolvimento e da ordem urbana, sanitária e energética vigente.

Entendemos que a apropriação hegemônica de tecnologias urbanas representa “uma continuação potencializada e expandida por meios tecnológicos das mesmas pautas neoliberais de privatização e terceirização” (BRIA E MOROZOV, 2020, p. 88). Mas estariam as tecnologias condenadas a reproduzir processos desiguais, concentradores, devastadores, exterminadores de desenvolvimento?

Nessa dissertação, defenderemos, como poderá melhor ser apresentado no capítulo 3 e desdobrado no capítulo 4, a ideia de que a tecnologia é, antes de ser uma

1 Projetos “inteligentes” controversos como o SmartSampa e Planos de Cidade Inteligente serão brevemente citados no capítulo 3.

2 A ideia fantasiosa e determinista de que o desenvolvimento tecnológico significa necessariamente uma melhoria nas condições de vida para os seres humanos (HUI, 2020). Entraremos melhor neste conceito de no Capítulo 3.

3 Para maiores detalhes ver matéria em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/colapso-de-mina-em-maceio-e-a-maior-tragedia-urbana-do-mundo-diz-prefeito-a-cnn/> . Acessado em 19 de fevereiro de 2024.

4 Para maiores detalhes ver matéria em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cd1qwpq3z77o>. Acessado em 19 de maio de 2024.

propriedade dos anseios concentradores e devastadores da modernidade, um meio pelo qual o ser humano sustenta suas relações com o ambiente. Tendo tomado uma miríade de apropriações e relações que comprovam as suas diversas formas de manifestação ao longo da história. Basta olhar para o papel de tecnologias ancestrais de agricultura e agroecologia que ora perderam força para as lógicas de produção em massa que hoje quase monopolizam o setor agropecuário, mas que aos poucos tem ganhado destaque como estratégias alternativas ao sistema destrutivo, colonizador e concentrador.

Para visibilizar outros horizontes tecnológicos no urbanismo, propomos que seja necessário olhar para experiências que dialoguem com a produção de justiça espacial. Ao assumir a melhoria do bem estar dos cidadãos e o direito à cidade como uma prioridade urbanística assumimos a centralização de um objetivo cujo sentido se refaz de forma dinâmica a partir do fazer político e das reinterpretações coletivas e individuais. O conceito de justiça tem sido uma importante categoria analítica para os estudos urbanos por levar tal construção sociopolítica em consideração, trazendo elementos que nos permitem avaliar as correlações materiais entre produção do espaço e justiça (SOJA, 2009).

Olhar para o urbanismo e para as tecnologias através da justiça espacial, significa centralizar finalidades como a distribuição equitativa de bens, o reconhecimento das diversas formas de vida, e a interação democrática entre as diversas racionalidades envolvidas no processo de transformação espacial (BRET et al., 2021; BRULE, 2020; SOJA, 2009). O urbanismo hegemônico ao centralizar as demandas de mercado, tem frequentemente contribuído para a promoção de injustiça espacial seja através de práticas de discriminação locacional baseadas em privilégios e vantagens, seja através da negação, destruição, apagamento de outras identidades, modos de interagir com a realidade e com o espaço. Reproduções de injustiça frequentemente acionadas a partir dos marcadores classe, raça, gênero e sexualidade (SOJA, 2009).

Ainda que haja uma assimetria imperial dos interesses de mercado frente a justiça, além de uma potente tecnofantasia totalizante, tecnocrática, autoritária e solucionista a serviço da legitimação dos interesses das hegemonias do mercado econômico-financeiro, é fundamental compreender que o urbanismo é, por definição, social e que as tecnologias são passíveis de se constituir nas mais diversas formas

de interação, a partir das mais diversas formas de cosmopercepção (FERNANDES, 2013; HARVEY, 2014; HUI, 2020; MIRAFTAB, 2009; PARRA, 2022).

Defendemos, baseado na literatura advinda do urbanismo crítico, que é na “irracionalidade”⁵ dos sujeitos subalternizados, na disputa pela reparação, que residem os focos de esperança para mobilizar outras tecnologias e formas de existir e praticar urbanismo. É justamente nos contextos de maior legibilidade das violações e superação, ainda que sempre parcial, de tais injustiças que ficam latentes as forças criativas que direcionam para outras possibilidades (HARVEY, 2014; MIRAFTAB, 2009; SANTOS, 2000; SOJA, 2009).

Será que olhar para práticas urbanísticas insubordinadas ou alternativas⁶ que promoveram reconhecimento e a reparação de e para comunidades subalternizadas (por hierarquias de raça, etnia, gênero e sexualidade) pode nos possibilitar caracterizar processos urbanos de justiça espacial? Que tecnologias advindas das mais diversas matrizes cosmotécnicas⁷ são mobilizadas para isso?

É baseado nessa compreensão do dilema urbanístico e seus possíveis pontos de fuga, que este estudo se concentra em uma análise empírica das transformações ocorridas nas últimas duas décadas no entorno da Pedra de Xangô, Salvador (BA), buscando identificar caminhos alternativos e mais justos para o urbanismo e o desenvolvimento tecnológico e disputar, através deles, o sentido de tecnologia urbanística. Entendendo que o exercício de criar e disputar sentidos é uma ferramenta

5 Poderíamos chamar de contra-modernidade ou de contra-colonialidade se apropriando de Antônio Bispo dos Santos.

6 Podemos considerar práticas alternativas, insurgentes, contestatórias de urbanismo aquilo que se enquadra em alguma medida nas lógicas do planejamento insurgente: ações que emergem de fora dos espaços tradicionais (apesar de transitar também através de espaços institucionalizados) e institucionalizados do planejamento, realizadas por grupos organizados, assessorados ou não por planejadores profissionais e que se apresentam como práticas de contestação do sistema econômico e social, do poder político e suas práticas de dominação, e do modo de produção do espaço urbano (MIRAFTAB, 2009; TANAKA, 2017).

7 Conceito apresentado pelo filósofo Yuk Hui que atribui imbricações constituintes entre tecnologia e grupos sociais e suas distintas percepções de mundo. Nesse sentido percepções distintas geram distintas relações tecnológicas, distintas cosmotécnicas. Este conceito será melhor trabalhado no capítulo 3 da dissertação (HUI, 2020).

fundamental na luta pelo reconhecimento de outras formas de existência e consequentemente na promoção de justiça socioespaciais.

A Pedra de Xangô é um sítio natural sagrado afro-brasileiro, que tem como elemento central uma rocha de bilhões de anos localizada na periferia da cidade de Salvador. Área de remanescentes de Mata Atlântica, com registros de ocupação de aldeamentos indígenas Tupinambás e posteriormente dos primeiros quilombos que se localizavam nos limites da cidade (SILVA, 2017; SILVA; KRAUS; DA SILVA, 2023)

Nos últimos 20 anos, entretanto, ela e todo o seu ecossistema ambiental-religioso⁸, sofreu graves ameaças urbanísticas, promovidas tanto por ações de racismo institucionalizado através da tentativa de implosão do rochedo⁹, quanto pelo progressivo processo de ocupação da área promovido por assentamentos “informais”¹⁰ e “formais” através do Estado na promoção de conjuntos do Programa Minha Casa Minha Vida em áreas de grande valor ambiental (FFA ARQUITETURA E URBANISMO; SALVADOR. FUNDAÇÃO MARIO LEAL FERREIRA, 2018a). Motivados por essas ameaças e por numerosos atentados de racismo religioso¹¹, grupos de diversos segmentos da sociedade passaram a se unir através de uma rede de defesa da Pedra de Xangô, numa luta contra o racismo, o apagamento histórico e a invisibilidade das práticas e rituais afro-religiosos no espaço urbano (SILVA, 2017; SILVA; KRAUS; DA SILVA, 2023). O movimento popular contribuiu para que nos últimos anos, uma série de ações e transformações espaciais acontecessem no sentido de reconhecer e realizar uma outra prática urbanística na região, culminando, em 2022, na implantação do Parque Pedra de Xangô, um espaço de amenização paisagística no entorno imediato do monumento sagrado. Nota-se que durante os últimos anos, diversos atores (humanos e não-humanos) foram fundamentais para alimentar as disputas entorno do território negro na região: instituições governamentais (governos, nas suas mais diversas gestões, secretarias), lideranças religiosas, atores acadêmicos, praticantes do candomblé, umbanda, moradores dos

8 Chamamos de ambiental-religioso por ambos serem indissociáveis nas religiões de matriz africana.

9 Execução da av. Assis Valente em 2005 pelo Governo do Estado da Bahia, no âmbito da gestão Paulo Souto, PFL. Obras de saneamento para a região de Cajazeiras, Projeto Sanear.

10 Não podemos deixar de situar aqui de culpabilizar Estado e agentes corporativos na promoção de tal informalidade, dada a exclusividade do acesso ao solo urbano e a moradia “formais”.

11 Como será melhor apresentado no decorrer da dissertação.

conjuntos de habitação popular, dos assentamentos do MSTB¹², das infraestruturas (vias, avenidas, lagoas de retenção do sistema de saneamento), dos perfis de instagram e facebook, dos grupos de whatsapp, das giras, dos xirês, amalás, caminhadas e do elemento central dessas disputas, a Pedra de Xangô (SILVA; KRAUS; DA SILVA, 2023).

Para realizar essa pesquisa, partimos de uma abordagem exploratória sobre a realidade social que considera a relação mútua, colaborativa e simétrica¹³ entre atores humanos e não humanos em redes sociotécnicas. Autores do campo da ciência tecnologia e sociedade possuem uma vasta produção que nos leva a considerar o papel fundamental dos não humanos (artefatos, tecnologias, instituições, etc.) nos processos de transformação do mundo social. Nesse sentido as transformações seriam resultado de disputas entre os múltiplos agenciamentos que compõem as redes sociotécnicas, associando integralmente tecnologia e sociedade (LATOUR, 2012, 2013; LAW; SINGLETON, 2005).

O objetivo geral do trabalho é, portanto, tensionar para o reposicionamento do sentido de tecnologia frente aos dilemas urbanos contemporâneos, possibilitando incorporar e imaginar tecnologias urbanísticas capazes de colaborar para a promoção de justiça espaciais.

Ademais, do ponto de vista teórico acreditamos que relacionar urbanismo tecnologia e justiça espacial pode colaborar para fortalecer a construção da crítica imaginativa sobre os processos urbanos contemporâneos, não só contribuindo para o reposicionamento epistêmico do urbanismo e da tecnologia, como também trazendo novos elementos passíveis de serem incorporados ao conceito de justiça espacial.

A construção dessa pesquisa decorre da minha inquietação crítica-propositiva com relação ao urbanismo e como as práticas do campo podem contribuir para uma produção urbana menos desigual, que reconheça a existência, os saberes e as ações dos sujeitos subalternizados que tiveram, historicamente, as suas práticas urbanas criminalizadas, apagadas e desapropriadas através de uma ação marcada pelo desenvolvimento urbano desigual social e racialmente.

12 Movimento dos sem teto da Bahia

13 Na Teoria Ator-rede o termo simetria é acionado para insinuar a condição proporcional de agência dos atores humanos e não humanos nas redes socio-técnicas.

A pesquisa nasce também do inicial encantamento deste autor pela “novidade” que acabou desaguando no entendimento de que outros rumos urbanísticos podem na verdade estar contidos nas nossas próprias práticas, saberes e fazeres ancestrais.

A sua construção emerge do encontro com o grupo de pesquisa Lugar Comum-PPGAU-UFBA no diálogo com as professoras Glória Cecília e Ana Fernandes e dos debates proporcionados pela aproximação com o Grupo Rastro/Labespaço IPPUR-UFRJ em especial com a professora Lalita Kraus, além dos aprendizados proporcionados pela vivência profissional como urbanista e arquiteto da paisagem. Passagens fundamentais no meu processo de sensibilização sobre a ambiguidade do urbanismo, das tecnologias e de seus impactos desiguais (em termos de classe, gênero, raça, sexualidade) na produção do conhecimento e do espaço urbano.

Percurso atravessado pelas vivências desse autor no seu lugar de homem negro, periférico, nordestino, arquiteto, urbanista e planejador urbano em formação. Pelas suas experiências cotidianas em realidades frequentemente desconsideradas por aqueles que tem maior poder de agência urbanística (Estado e atores hegemônicos).

Por sorte, ou não, as encruzilhadas da vida me levaram como arquiteto projetista à Pedra de Xangô. Ela me absorveu, me remontou e me deu esperança, mostrando o poder de uma ação urbanística enredada por uma disputa antirracista.

1.1 Objetivos

O objetivo deste trabalho é disputar para um reposicionamento do sentido de tecnologia frente aos dilemas urbanos contemporâneos, possibilitando incorporar e imaginar tecnologias urbanísticas capazes de colaborar para a promoção de justiça espaciais. Para tanto identificamos os seguintes objetivos específicos:

- i. Situar, através de uma abordagem crítica, imaginativa e experimental, a correlação entre tecnologia, urbanismo e justiça espacial, discutindo o papel de discurso hegemônico de inovação como elemento chave dos processos de dominação e destacando práticas contestatórias ao modelo. Contribuindo com o debate e o movimento de descentralização epistêmica do sentido de tecnologia e urbanismo nos estudos urbanos.

- ii. Produzir através de textos e diagramas inspirados na cartografia das controvérsias a representação das interações entre humanos e não humanos nos conflitos urbanos em torno da disputa por justiça espacial na Pedra de Xangô.
- iii. Visibilizar, através da caracterização e análise crítica dessas controvérsias, arranjos sociotécnicos que demonstrem relações tecnológicas e urbanísticas com a materializações, ainda que parciais, de justiça e injustiça espacial.

1.2 Orientação metodológica: Aproximação com o mapeamento de controvérsias

A teoria ator-rede apresenta aparatos para analisar e compreender a cidade como entidade atuada em redes de corpos, materialidades, tecnologias, objetos, naturezas e humanos. Nessa perspectiva, o urbano está envolvido por ecologias heterogêneas de humanos e não humanos que performam e disputam transformações em diferentes locais e contextos de prática (FARÍAS, 2010).

“Compreender a cidade como um objeto múltiplo envolve, portanto, um grande desafio para a pesquisa urbana: identificar, descrever e analisar essas múltiplas representações da cidade e entender como elas são articuladas, ocultas, expostas e tornadas presentes ou ausentes” (Farías e Bender, 2012, p. 14)

Alguns autores justificam o uso da Teoria Ator-rede (TAR) nos estudos urbanos por acreditar ser uma ferramenta capaz de analisar realidades complexas, sendo ainda mais estratégica nos contextos de aceleração das transformações da realidade urbana no século XXI (ANGOTTI et al., 2017; CVETINOVIC; NEDOVIC-BUDIC; BOLAY, 2017; FARÍAS, 2010). Muitos dos trabalhos se centram na influência das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e no aprofundamento da influência de determinados artefatos tecnológicos nas interações sociotécnicas que impactam nas nossas formas de agir e se comportar no espaço contemporâneo.

Partimos do entendimento que a realidade sempre foi complexa e que outras formas de enxergar o espaço carregam grandes potencialidades. Entretanto, escolhemos nos aproximar da TAR por acreditar no potencial experimental

proporcionado pela conjunção entre o conceito de “simetria agencial”¹⁴ (que comunga com uma série de outras formas não modernas de enxergar a realidade, inclusive com perspectivas afrodiaspóricas e indígenas) com o aparente potencial diagramático da metodologia do mapeamento das controvérsias. Acreditando que tal conjunção pode nos possibilitar enxergar a realidade urbana de maneira complementar às metodologias convencionais no campo do urbanismo.

Para isso seguiremos o caminho sugerido por Latour (2013) de mapear as controvérsias. Para o autor **controvérsias** são características inerentes aos **arranjos**¹⁵ do mundo social que revelam os diferentes interesses, a complexidade dos processos de negociação que influenciam nas estabilizações e desestabilizações dos arranjos sociotécnicos. Elas envolvem todos os tipos de atores (humanos e não humanos); revelam o social na sua forma dinâmica, (alianças, reconfigurações); são visíveis através dos debates públicos sobre tais desacordos; e finalmente são conflitos de realidades, mediadas por diferentes distribuições de forças e influências entre os actantes. Controvérsias são lutas para conservar ou reverter desigualdades e podem ser negociadas de forma democrática ou através de força e violência (VENTURINI, 2010).

A questão que se coloca então é, **como representar as controvérsias do urbano, considerando a sua complexidade, suas sobreposições, correlações e ainda assim garantindo que tais processos possam ter alguma viabilidade, legibilidade e trazer contribuições para a produção de conhecimento?** Essas foram questões exploradas na pesquisa metodológica desenvolvida por Tommaso Venturini colaborador da equipe de Bruno Latour em alguns de seus principais experimentos de mapeamento de controvérsias, pesquisa que serviu de referência para o nosso experimento¹⁶.

14 Simetria entre capacidades de agência humana e não-humana. A Teoria Ator-rede compreende o mundo social através da superação da dicotomia entre humanos e não humanos, encarando-os simetricamente como actantes, numa rede de objetos que se traduzem (se transformam mutuamente) e colaboram mutuamente através de acordos e controvérsias (LATOURE, 2013).

15 Composições, arranjos ou agenciamentos são conjuntos de relações heterogêneas que envolvem um universo sociotécnico de relações (FARIAS, 2010)

16 Para maiores detalhes ver mais adiante o item (iii) Procedimentos de Pesquisa.

Segundo Venturini, a regra fundamental definida por Latour para o método é “somente seguir as controvérsias e contar o que você vê”, uma orientação genérica que apresenta a necessidade de focar nas controvérsias abrindo mão de regras teórico-metodológicas específicas e que convida o pesquisador a observar os fenômenos a partir de diversas perspectivas, teorias e metodologias (o que o autor chama de promiscuidade teórica) e a aprender com as especificidades do processo (VENTURINI, 2010).

Então, errantes, nômades e desnorteados, dispostos a realizar uma prática experimental, caminharemos a partir das seguintes etapas que não são sucessivas, mas sim paralelas, dialógicas e cíclicas: (i) pesquisa documental e raspagem de dados sobre a experiência do objeto empírico para identificar atores, discursos e interesses; (ii) pesquisa bibliográfica para a construção do referencial teórico e conceitual, a partir dos conceitos de Tecnologia, Urbanismo e Justiça Espacial, passando pelos debates do campo da ciência tecnologia e sociedade e da teoria urbana crítica; e (iii) a construção e análise, exploração e elaboração crítica através de uma aproximação com o mapeamento das controvérsias.

a Procedimentos da Pesquisa

i Pesquisa documental e Raspagem de dados

A finalidade dessa fase é mapear os actantes envolvidos, identificar questões, analisar discursos e interesses frente aos mais conflituosos acontecimentos que envolvam os processos de disputa por justiça espacial ocorridos no entorno da Pedra de Xangô.

Para isso realizamos o levantamento dos principais documentos sobre o objeto de estudo – dentre eles: Pareceres Técnicos, Relatórios e Diagnósticos realizados pela Prefeitura Municipal de Salvador (PMS); Diagnóstico Socioambiental do Parque em Rede Pedra de Xangô (PRPX); Clipagem das notícias dos principais veículos de comunicação do Estado da Bahia; e documentos fornecidos pela Fundação Mario Leal Ferreira (FMLF) durante o período em que o autor trabalhou no diagnóstico socioambiental e projeto executivo do Parque Pedra de Xangô (PPX). Além dos estudos acadêmicos desenvolvidos sobre a Pedra de Xangô, com destaque para o trabalho de Maria Alice Pereira da Silva.

Além disso realizamos a raspagem dos dados sobre a Pedra de Xangô registrados na plataforma Instagram¹⁷ durante o período de realização de projeto e obra (2018-22). Utilizamos como referência para a filtragem a citação da #pedradexango e a localização “Pedra de Xangô” indicada nas postagens.

Esses dados serão utilizados e analisados na produção dos mapeamentos de controvérsia conforme indicado no item iii da metodologia.

ii **Pesquisa bibliográfica**

A revisão de literatura seguiu um caráter **narrativo**, partindo de questões de pesquisa flexíveis às influências dos fluxos de ideia que foram sendo desenvolvidas ao longo do mestrado do autor no Instituto de Planejamento Urbano e Regional (IPPUR-UFRJ). Processo que nos levou ao amadurecimento da questão de pesquisa e à escolha de um referencial teórico do campo da (i) Teoria Crítica Urbana – em estudos que abordam urbanismo, inovações e justiça espacial e da (ii) Ciência Tecnologia e Sociedade – em estudos que abordam urbanismo, tecnologia e inovações. Para tanto, exploramos e articulamos os conceitos ligados ao (a) urbanismo hegemônico e inteligente em autores como Milton Santos, David Harvey, Ana Fernandes, Otilia Arantes, Saskia Sassen, Robert Kitchin, Lalita Kraus, Rodrigo Firmino, Maroš Krivý, Robert Hollands e Ola Söderström; (b) justiça espacial e contra-hegemonias a partir de Edward Soja, Bernard Bret, Susan Fainstain, Renato Santos, Faranak Miraftab e Anania Roy; (c) tecnologia, sociedade e “contratecnologias” a partir de Andrew Feenberg, Langdon Winner, Milton Santos, Henrique Parra, Achille Mbembe, Bruno Latour, Rayvon Fouché, Yuk Hui e Ailton Krenak.

A seleção das referências se apoiou nos textos discutidos nas aulas e entre os integrantes do laboratório de pesquisa LabEspaço, em especial do grupo de pesquisa Rastro, e em textos citados por esses textos, visando nos apropriar do ambiente fértil de discussões, das múltiplas contribuições e de desdobramentos coletivos sobre as temáticas.

17 Instagram foi a ferramenta considerada mais adequadas por ser uma das mais utilizadas pelas pessoas e instituições mobilizadas em torno da Pedra de Xangô.

iii Aproximação da cartografia das controvérsias – modelo de análise e variáveis fundamentais

A cartografia das controvérsias não apresenta procedimentos estanques. Entretanto, seguindo a sugestão de mergulhar no magma (VENTURINI, 2010), vamos descrever aqui procedimentos que na realidade são uma mescla de interpretações feitas pelo autor desta dissertação com direcionamentos que tem tomado forma ao longo do processo de observação do fenômeno. Para apoiar a aventura nos apropriamos de alguns trabalhos do campo dos estudos urbanos que também exploraram aproximações com a TAR¹⁸.

A partir de análise documental listamos os principais eventos identificados nos relatórios, relatos, matérias jornalísticas e dados de redes sociais sobre os processos de transformação espacial na Pedra de Xangô principalmente a partir da construção da avenida Assis Valente, levando em consideração, entretanto, a existência dos dados históricos e a mais avantajada existência de dados nos últimos 10 anos. A partir daí elencamos as principais tecnologias acionadas nos eventos marcantes e a partir das questões chave - o quê, quem (artefatos, corporações, humanos, etc.) como (tecnologias), onde e quando – realizamos a construção dos mapeamentos das redes de interações sociotécnicas que mobilizaram o processo transformação espacial.

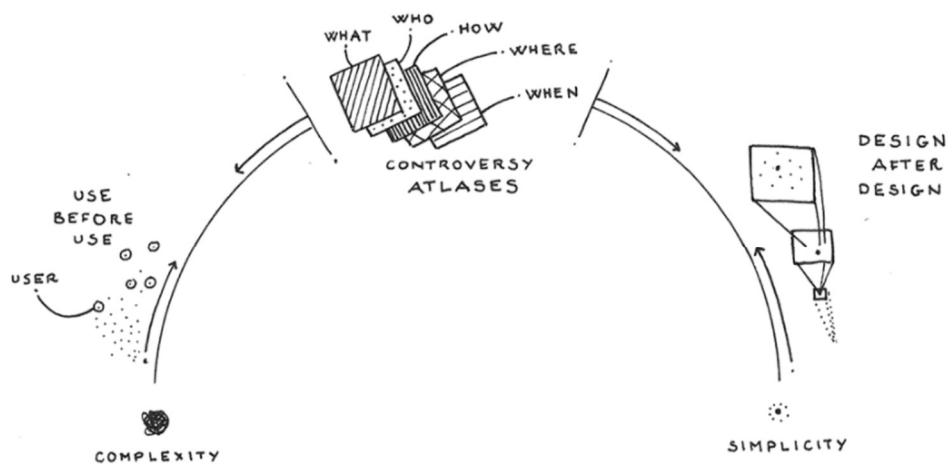
O exercício da cartografia das controvérsias visa promover o trânsito entre essas etapas de leitura de forma que a complexa rede de relações seja representável ao mesmo tempo em que não perde a riqueza de seus conteúdos singulares (VENTURINI et al., 2015).

Para isso os autores propõem que o processo deve ser visualmente acessível, cíclico e participativo, ocorrendo através de três movimentos: i. O desenho preliminar da controvérsia, que consiste em concatenar diferentes possibilidades de visualização do problema em diferentes graus de complexidade (ver Figura 1); ii. A narração-exploração da controvérsia, que consiste no procedimento analítico narrativo de reconstrução cíclica da exploração (ver Figura 2); e iii. Espiral de engajamento público, que consiste na reconstituição coletiva do mapeamento realizado (ver Figura 3).

18 (CVETINOVIC; NEDOVIC-BUDIC; BOLAY, 2017; MONTALBÁN; ÁLVAREZ, 2022; RHEINGANTZ et al., 2019; YANEVA, 2009)

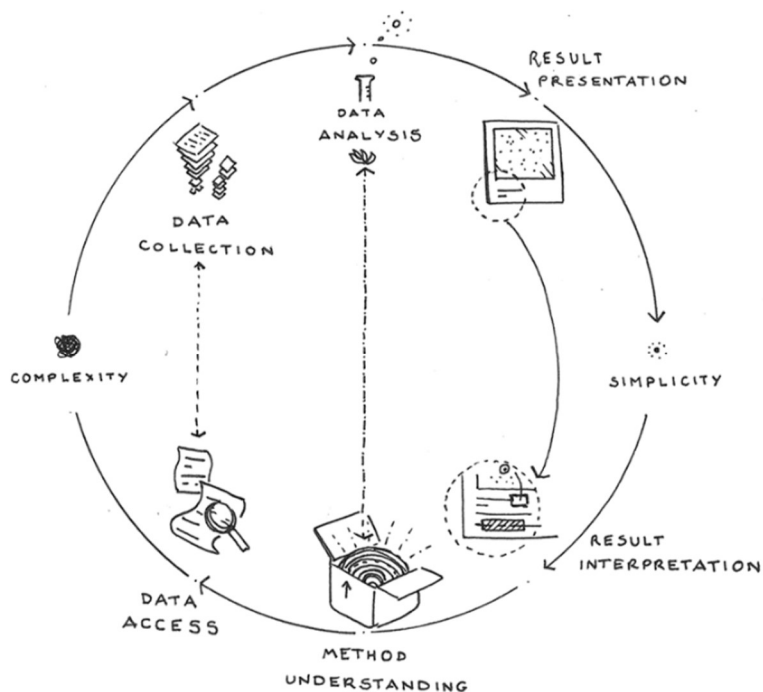
Nesta dissertação, por questões de viabilidade, optamos por ensaiar uma aproximação com as duas primeiras etapas da proposta metodológica.

Figura 1 - As três seções do movimento contínuo entre complexidade e simplicidade.



Fonte: (VENTURINI et al., 2015)

Figura 2 – Esquema que mostra a natureza cíclica do processo de levantamento de dados, representação e análise.



Fonte: (VENTURINI et al., 2015)

espacial, problematizando tais práticas e identificando mecanismos e conceitos que podem ser acionados para visibilizar caminhos alternativos.

No quarto capítulo “**Tateando tecnologias urbanísticas da justiça espacial**” nos dedicaremos à realização das sínteses diagramáticas das redes sociotécnicas que caracterizam o processo urbanístico em torno da Pedra de Xangô.

2 TECENDO REDES: A PEDRA DE XANGÔ COMO ELEMENTO CENTRAL DE UMA DISPUTA POR JUSTIÇA ESPACIAL.

Embora essa pesquisa não tenha sido mobilizada inicialmente no intuito de explorar a experiência da Pedra de Xangô, eu sabia que a experiência que eu tinha tido a oportunidade de acompanhar lá era algo que se aproximava daquilo que eu acreditava como sendo o papel social do urbanismo. Havia nitidamente ali uma prática urbanística resultado de arranjos que transbordavam e muito a ação dos planejadores profissionais, e que tinha resultado em sucessivas conquistas de justiça materializadas no espaço. **Um urbanismo que na sua “informalidade” se dava através da ação coletiva e penetrava na institucionalidade colocando as políticas públicas e o projeto urbano a serviço da Pedra de Xangô.**

Paralelo a isso comecei a estudar tecnologia porque me parecia importante falar sobre outras possibilidades mais justas de produzir cidade, o modelo subordinado ao mercado tem se mostrado não só dominante, insuficiente, como também como algo que promove a injustiça espacial. Assim pude perceber ao longo da caminhada que altos montantes de recurso público estavam sendo utilizados para promover ações apresentadas como inovadoras, que, entretanto, estavam bem descoladas da minha realidade e da maior parte dos brasileiros. Na informalidade da periferia de Salvador, a cidade mais inteligente do Nordeste¹⁹, essa inteligência não chegava. Ali o que a gente consegue ver é a inteligência do esgoto circulando a céu aberto, do risco de deslizamento, e de tantas outras catástrofes do modelo de desenvolvimento que escolhemos reproduzir, tal inteligência informa que a maioria tem de viver na precariedade. Que sentido faz pensar em tecnologias tão desconectadas dos problemas reais da cidade? A serviço do que ou de quem essas tecnologias estão trabalhando?

Problemas muito mais antigos do que as tecnologias da informação e comunicação como ausência de saneamento básico, a permanência de riscos ambientais continua existindo de forma bastante numerosa e se distribuindo de forma bastante desigual, penalizando grupos sociais mais vulneráveis, comunidades

¹⁹ <https://comunicacao.salvador.ba.gov.br/salvador-conquista-1o-lugar-entre-as-cidades-mais-conectadas-e-inteligentes-do-nordeste/>

majoritariamente negras. Grupos que frequentemente encontram-se ameaçados de serem despejados do único solo urbano que lhes restou, em projetos que frequentemente solucionam tais problemas arrancando fora aspectos da paisagem que compõem as suas existências. Que desenvolvimento é esse que prioriza o monitoramento dos cidadãos aos investimentos que geram transformação social, garantem segurança e o direito à existência e memória dessas comunidades. Que sentido faz pensar em tecnologias tão desconectadas dos problemas reais da cidade, dos problemas reais do campo? A serviço do que ou de quem essas tecnologias estão trabalhando?

Enquanto eu pensava nisso me vinha à cabeça a Pedra de Xangô, o que faz desse lugar tão poderoso? A Pedra de Xangô é uma representação da religiosidade de matriz africana, em um território negro da cidade de Salvador, que se apresentou como obstáculo para o Governo que precisava construir uma via no seu lugar com o discurso de garantir o saneamento básico na região. O que aconteceu? Ao contrário do interesse dominante, a Pedra permaneceu e a via foi construída ao lado da Pedra. A Pedra passou a sofrer contínuos atentados de racismo religioso. O que aconteceu? A Pedra resistiu e revidou tornando-se espaço de preservação da cultura, memória e ancestralidade negra.

O que eu percebi ao ver a Pedra de Xangô lado a lado dos discursos homogêneos e corporativos de Cidade Inteligente? Que frente aos desejos de práticas urbanísticas inovadoras o que havia acontecido na Pedra contemplava muito mais a realidade e os argumentos de justiça preconizados pelo argumento que defende a função social do urbanismo do que os projetos de “smart city” que vi por aí. Parecia que uma cidade capaz de pensar, inteligente, tinha muito mais a ver com a Pedra de Xangô.

Estudos críticos contemporâneos nos diversos campos do saber têm apontado para a influência dos sentidos associados ao desenvolvimento e à tecnologia como formas de reprodução hegemônicas. Falar sobre a pedra e mostrar outras práticas e arranjos e disputar o sentido de tecnologia talvez nos permita encontrar meios alternativos, criando uma ponte entre esta ação local e suas possibilidades de produzir reverberações estruturais no campo do urbanismo e na ação política urbana.

Para analisar as relações entre a Pedra de Xangô e outras possíveis tecnologias, partiremos de uma abordagem que nos possibilite visibilizar essas

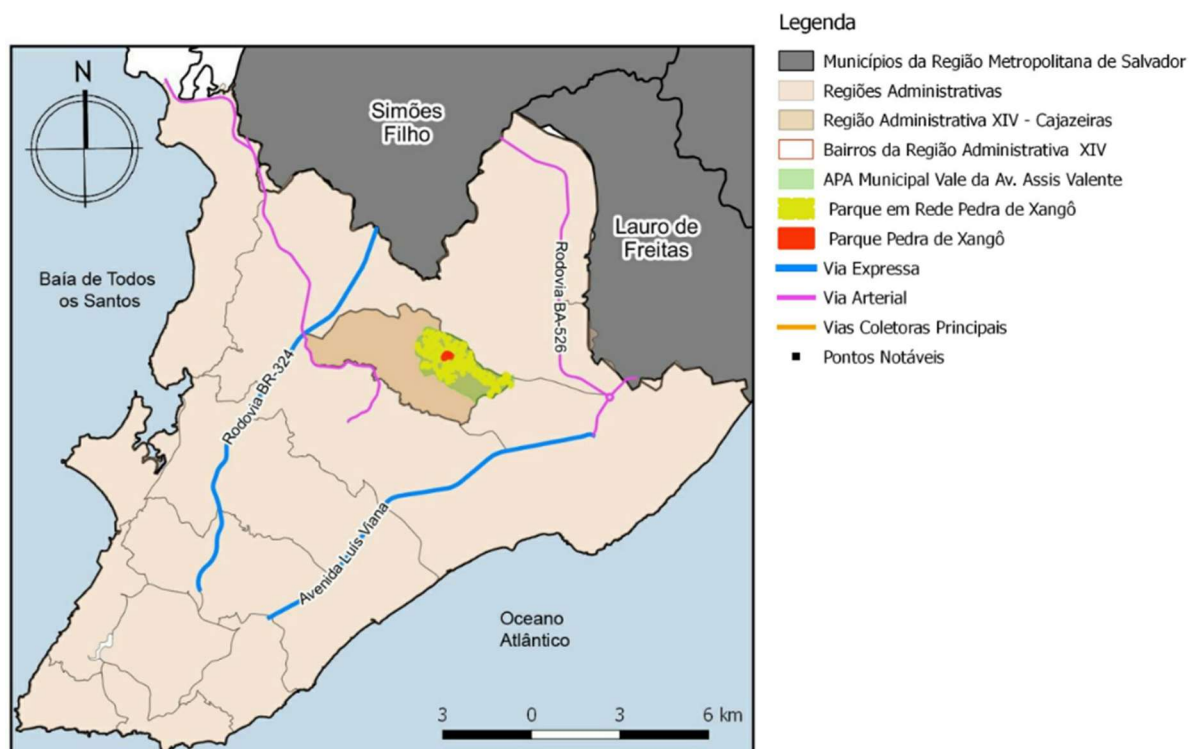
relações. Nota-se que o ator “não-humano” Pedra de Xangô é um elemento central das articulações políticas e do processo de produção do espaço na região, mas além desse actante, como outros humanos e não-humanos têm interagido com o processo? Seguiremos as orientações de Bruno Latour e começaremos essa deriva observando e descrevendo as controvérsias, sem perder de vista o nosso objetivo de caracterizar as interações sociotécnicas e suas relações com a produção de justiça e injustiça espacial.

2.1 Defesa da Pedra de Xangô: Disputa antirracista em quatro atos

A Pedra de Xangô é um sítio natural sagrado afro-brasileiro, que tem como elemento central uma rocha de bilhões de anos localizada na periferia da cidade de Salvador (Figura 4). Área de remanescentes de Mata Atlântica, com registros de ocupação de aldeamentos indígenas Tupinambás e posteriormente dos primeiros quilombos que se localizaram nos limites da cidade. Os registros orais a identificam como elemento importante do extinto Quilombo do Buraco do Tatu. A pedra, também conhecida como portal da liberdade, era rodeada de mata e água e na lenda os escravos encontravam na sua fenda abrigo e liberdade em meio à fuga (DE SOUZA, 2016; FFA ARQUITETURA E URBANISMO; SALVADOR. FUNDAÇÃO MARIO LEAL FERREIRA, 2018a; SILVA, 2017).

Há registros de que o Povo de Santo tem ocupado a área para realização de seus cultos desde antes da construção da Avenida Assis Valente (entre 2003 e 2005), tendo a prática religiosa na região ganhado maiores proporções a partir dos anos 80, quando há o aumento dos Terreiros e Casas de culto de matriz africana nas regiões de Cajazeiras, Águas Claras e Fazendas Grandes (FFA ARQUITETURA E URBANISMO; SALVADOR. FUNDAÇÃO MARIO LEAL FERREIRA, 2018, p. 60) resultante do processo de adensamento populacional provocado, principalmente, pela implantação dos conjuntos de habitação de interesse social financiadas pelo BNH (Banco Nacional de Habitação).

Figura 4 – Planta de localização da Pedra de Xangô no município de Salvador-BA.



Fonte: (FFA ARQUITETURA E URBANISMO; SALVADOR. FUNDAÇÃO MARIO LEAL FERREIRA, 2019b).

Nos últimos 20 anos, entretanto, ela e todo o seu ecossistema ambiental-religioso²⁰, sofreu graves ameaças urbanísticas, promovidas tanto por ações de racismo institucionalizado através da tentativa de implosão do rochedo²¹, quanto pelo progressivo processo de ocupação da área promovido por assentamentos informais e também pela ação do Estado na promoção de conjuntos do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)²² em áreas de fundo de vale antes preservadas. Motivados por essas ameaças e por numerosos atentados de racismo religioso²³, grupos de diversos segmentos da sociedade passaram a se unir através de uma rede de defesa da Pedra de Xangô, numa luta contra o racismo, o apagamento histórico e a invisibilidade das práticas e rituais afro-religiosos no espaço urbano. O movimento popular contribuiu para que nos últimos anos, uma série de ações e transformações espaciais

²⁰ Chamamos de ambiental-religioso por ambos serem indissociáveis nas religiões de matriz africana.

²¹ Execução da av. Assis Valente em 2005 pelo Governo do Estado da Bahia, no âmbito da gestão Paulo Souto, PFL. Obras de saneamento para a região de Cajazeiras, Projeto Sanear.

²² Conjuntos inaugurados na gestão do Governador Jaques Wagner (PT).

²³ Como será melhor apresentado no decorrer da dissertação.

acontecessem no sentido de reconhecer e realizar uma outra prática urbanística na região, culminando, em 2022, na implantação do Parque Pedra de Xangô, um espaço de amenização paisagística no entorno imediato do monumento sagrado.

As práticas religiosas dos negros foram fundamentais para garantir a manutenção do patrimônio paisagístico e ecológico da cidade de Salvador. As religiões de matriz africana são profundamente dependentes de cursos d'água, árvores, áreas verdes, etc., por isso temos diversos núcleos urbanos que se formaram a partir das roças que reuniam comunidades de culto do candomblé, antigos quilombos, locais que tiveram grande importância em lutas travadas pela libertação e que também mantiveram um importante papel na preservação ambiental na cidade (DE SOUZA, 2016).

Apesar dessa relevância qualitativa e quantitativa - visto que os negros são maioria numérica em Salvador, mais de 80% da população - uma lógica racializada de urbanismo fez com que em diversos momentos os territórios negros da cidade fossem ameaçados e até dizimados das mais diversas formas, seja pela permissividade do poder público frente aos processos de crescimento urbano e especulação imobiliária, seja nas grandes obras urbanas que vitimaram árvores sagradas, desalojaram casas de culto e espaços da vida coletiva dos negros (DE SOUZA, 2016).

As frequentes disputas por solo urbano que resultam na oferta desigual de serviços públicos e na negação da cultura de determinados grupos sociais mostram exemplos da manifestação espacialmente marcada na marginalização de raça, gênero e classe. Segundo Holston apud Perry (PERRY, 2012) “os direitos territoriais para as(os) pobres urbanos estão enraizados nas fundações históricas do colonialismo, pelas quais elites econômicas têm mantido privilégio legal e extralegal para aquisição de terra”. Algo que fica legível nas diversas pesquisas realizadas no campo que apontam como a dimensão da segregação urbana está associada às questões de raça²⁴.

²⁴ (GARCIA, 2006) aborda a coincidente distribuição populacional por raça frente a indicadores como educação renda e valor do solo nas cidades de Salvador-BA e Rio de Janeiro-RJ; (PERRY, 2012) aborda a tentativa de expulsão da população negra na Gamboa de Baixo em Salvador-BA; (SANTOS, 2019) aborda esforços de remoção na Pequena África no Rio de Janeiro-RJ.

Para além da injustiça distributiva que se apresenta na distribuição desigual de bens e serviços públicos, ainda é possível dizer que temos questões relativas à identidade cultural desses grupos sociais, que também são grafadas ou apagadas no espaço urbano, produzindo, através de opressão ou resistência “espaços negros” e “espaços brancos”. Espaços que articulam “fronteiras invisíveis” organizando as experiências urbanas, constringendo indivíduos e grupos não desejados em lugares e contextos determinados com o objetivo de reproduzir determinada ordem social ou de resistir à ordem social vigente (SANTOS et al., 2018).

Tais injustiças são muito bem ilustradas nos recortes das falas do economista e agbagigan do Terreiro do Bogum Everaldo Duarte no seminário “Pedra de Xangô: território sagrado”²⁵ apresentados em Silva (2017):

“Terreiros que existiam no Engenho Velho da Federação e muitos santuários que existem, mas não tem a mesma eficácia, a mesma eficiência, o mesmo mistério. Veja bem a Lagoa do Abaeté praticamente não se tem mais nenhuma condição de frequentar para fazer um ritual porque não há segurança. A Cachoeira de São Bartolomeu, no Parque São Bartolomeu, também não tem nenhuma condição de se fazer um ritual porque não tem condições de segurança e limpeza. Algumas encruzilhadas que existiam em Salvador, hoje foram todas totalmente destruídas com os novos projetos urbanísticos. Já existem viadutos, passarelas e um monte de coisas que inutilizaram os aspectos físicos e sagrados das encruzilhadas, a do Retiro, a do Aeroporto e muitas outras. Assim, a grosso modo, posso citar as mais importantes. Existem outras que eu nem alcancei” (Silva, 2017, p. 246)

Ainda no mesmo seminário, a fala da bióloga Sueli Conceição põe em destaque as inovações do modelo de desenvolvimento dominante:

“O desenvolvimento urbano provoca uma mudança litúrgica espacial das religiões. Esse desenvolvimento é um desenvolvimento insustentável para as comunidades tradicionais e não tradicionais. Um modelo que foi criado, imposto para atender uma demanda do capitalismo, pensando no processo da revolução industrial onde foram instituídas novas tecnologias para desenvolver trabalhos na terra e esses indivíduos que já trabalhavam na terra eram excluídos e em contrapartida essas inovações não se preocupavam em qualificar os verdadeiros donos da terra, os verdadeiros donos dos espaços para serem inseridos nesse novo processo, nessa nova demanda. Não houve preocupação com aquilo que foi encontrado, [...] Se faz necessário unir forças, fazer um novo movimento de salvaguarda desses patrimônios imateriais [...] Quando se tira uma árvore dentro de um espaço de terreiro este espaço está sofrendo um impacto negativo uma ação predatória. [...] O projeto é perfeito só para um lado [...] a gente tem que ficar, se der, se puder,

²⁵ Trecho proferido na palestra “Santuários perdidos” por Everaldo Duarte – Agbagigan do Terreiro Bogum no Seminário Pedra de Xangô: território sagrado em agosto de 2014.

se houver condições a gente encaixa. Mas, aí eu fico feliz porque nós temos a política de comunidades” (Silva, 2017, p. 246)

Como bem ilustrado, as questões relativas aos interesses de grupos sociais subalternizados são incompatíveis com o modelo de desenvolvimento dominante, que gera inovações devastadoras para determinadas comunidades. A racialidade torna-se evidente nos processos de reprodução de injustiças urbanas. No entanto, o debate sobre tecnologias no urbanismo e em outros campos ligados ao desenvolvimento, frequentemente associadas à racionalidade corporativa, ignora os problemas sociais da cidade real e negligenciam ainda mais a dimensão racial desses problemas. Um exemplo é a invisibilidade ou superficialidade com que tais questões são tratadas nos textos publicitários das ações urbanísticas, inclusive em planos e projetos de cidades inteligentes como o Plano Diretor de Cidades Inteligentes de Salvador (PDTCI)²⁶.

Se, por um lado, o urbanismo oficial, seja ele “inteligente”, “estratégico”, “sustentável” ou “resiliente”, provocou em Salvador diversas práticas de dominação e segregação, as ações de resistência negra na cidade foram responsáveis pela permanência e pela preservação, ainda que frequentemente em condições precárias e descaracterizadas, de paisagens negras como o Dique do Tororó (Figura 5), a Lagoa do Abaeté (Figura 6) e a Pedra de Xangô (Figura 7).

26 <https://semit.salvador.ba.gov.br/plano-diretor-de-tecnologias-traca-estrategias-e-aco-es-para-tornar-salvador-uma-cidade-inteligente/> . Acesso em 06 de outubro de 2023.

Figura 5 – Dique do Tororó - Salvador-BA.



Foto: Gildo Lima, (Jornal A Tarde, novembro de 2002)

Figura 6 – Lagoa do Abaeté - Salvador-BA.



Foto: Arlindo Félix (Jornal A Tarde, janeiro de 1990)

Figura 7 – Pedra de Xangô - Salvador-BA.



Foto: Raul Spinassé (Jornal A Tarde, janeiro de 2019)

A Pedra de Xangô passou por diversos momentos da luta pela sua sobrevivência, analisando-a a partir da perspectiva da justiça e das transformações espaciais, conseguimos estabelecer uma periodização definida por quatro momentos: **(a) A “queda” do Quilombo Buraco do Tatu em 1873;** **(b) Resistência à implosão** onde abordaremos a reocupação da região e a tentativa de implosão da Pedra de Xangô (entre 1980 e 2005) um momento marcado por grandes transformações espaciais e a intensificação popular da apropriação negra na região; em **(c) Resistência ao racismo religioso** falaremos sobre a tentativa de destruição simbólica da Pedra de Xangô, marcada por poucas intervenções físicas e muitas disputas e conquistas entorno do reconhecimento burocrático da região como um território negro; e em **(d) Território negro “pacificado”?** o momento de consolidação da área de proteção do entorno imediato da Pedra através da construção do “Parque Pedra de Xangô”, um momento marcado prioritariamente pela reparação material que, entretanto, não esteve livre de uma série de controvérsias mais sutis.

Temos alguns trabalhos que contam com profundidade e maestria a história da Pedra de Xangô, entretanto, o objetivo desta seção é, além de reorganizar e resumir essas

informações, complementar, a partir de uma outra abordagem, as abordagens pré-existent contribuindo com o debate ao evidenciar o papel de atores hegemônicos, artefatos e tecnologias. Realizando uma caracterização sociotécnica das transformações espaciais mobilizadas pela controvérsia **“tentativa de destruição x resistência e reparação”** no território negro. Dando ênfase a elementos que posteriormente contribuirão para as análises acerca do urbanismo, da justiça espacial e da “tecnodiversidade”, elementos centrais da discussão proposta neste trabalho.

a 1º ato - Conflito 01 – A “queda” do Quilombo do Buraco do Tatu

Há diversas declarações registradas em pesquisas que apontam a Pedra como sendo um remanescente do antigo Quilombo Buraco do Tatu, histórias que a apresentam como o “portal da liberdade” por conta da fenda existente no seu centro que teria servido de abrigo para os negros quando eram perseguidos, relatos que falam sobre a sua correlação com a mata e os cursos d’água e que identificam a Pedra como símbolo de abrigo e proteção (DE SOUZA, 2016; FFA ARQUITETURA E URBANISMO; SALVADOR. FUNDAÇÃO MARIO LEAL FERREIRA, 2018a, 2018a; SILVA, 2017).

Segundo relatório desenvolvido pela Fundação Gregório de Matos (FGM) para subsidiar o tombamento da área (FUNDAÇÃO GREGÓRIO DE MATOS. SALVADOR, 2016)²⁷ sua existência datava desde pelo menos 1743, fama que corria porque seus habitantes eram acusados de supostamente praticarem furtos, extorsões e assaltos. Em 1760 o Conde de Arcos, Vice-Rei do Brasil, ordenava a tomada de providências para destruir os vários quilombos que haviam se constituído próximos à cidade de Salvador, dentre todos eles, chamou atenção no Quilombo Buraco de Tatu a sua organização, como pode ser visto no trecho a seguir:

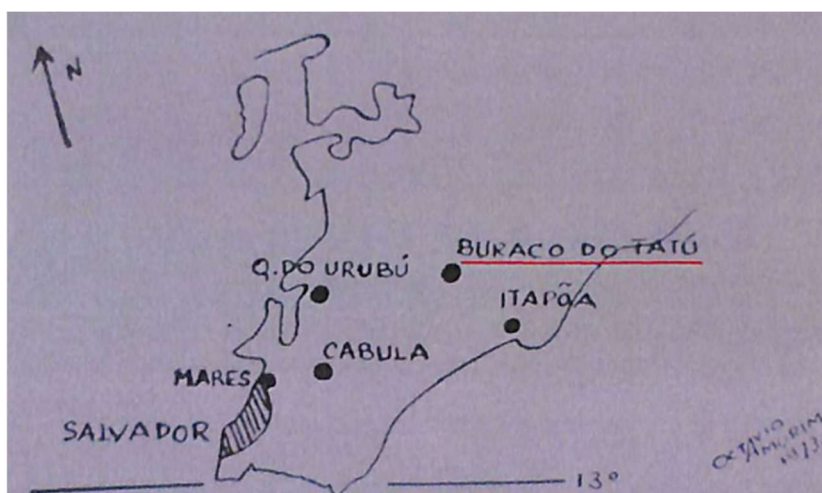
“Tinha ele um complexo sistema de defesa. Ao seu redor - mais exatamente em sua retaguarda - havia um canal pantanoso. A proteção de sua frente e das laterais era constituída por labirintos de estacas pontiagudas. Estes quilombolas prepararam ainda diversas covas com espetos (cerca de 21) camufladas ao longo do mocambo para surpreender os integrantes das expedições reescravizadoras. Existiam também saídas secretas e falsas trilhas, visando a facilitar a rápida fuga dos quilombolas e/ou enganar os perseguidores. Por último, havia vários pontos onde colocavam-se vigias para observar qualquer movimentação de tropas. A planta desenhada traz também

27 Órgão vinculado à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, que tem como finalidade formular e executar a política cultural do Município de Salvador.

indicações de pequenas roças neste mocambo, evidenciando que eles dedicavam-se à agricultura. Ao que parece, a população dele era considerável. Por ocasião de sua destruição capturaram-se cerca de 65 quilombolas, sendo que 4 foram mortos em combate (GOMES, 1995, p. 32 e 33 apud SALVADOR, 2016, p. 35)

Apesar da ausência de registros cartográficos que identifiquem a localização exata do quilombo há diversos indícios que apontam a proximidade entre a Pedra e a sua localização. Além do mais os quilombos suburbanos eram obrigatoriamente móveis por conta da proximidade dos centros urbanos, uma proximidade que se subsidiava também na necessidade de estabelecer relações com os engenhos, fazendas, vilas junto a escravizados, negros livres e até mesmo brancos. Segundo as referências apresentadas no relatório a ideia comum de que quilombos formavam comunidades isoladas e autossuficientes não é confirmada e o Buraco do Tatu contava com numerosa cumplicidade (FUNDAÇÃO GREGÓRIO DE MATOS. SALVADOR, 2016). A Figura 8 mostra a posição estimada do Quilombo Buraco do Tatu e ao comparar com a Figura 4 – Planta de localização da Pedra de Xangô é possível perceber a proximidade geográfica entre ambos os registros.

Figura 8 - Mapa indicando a localização de quilombos em Salvador



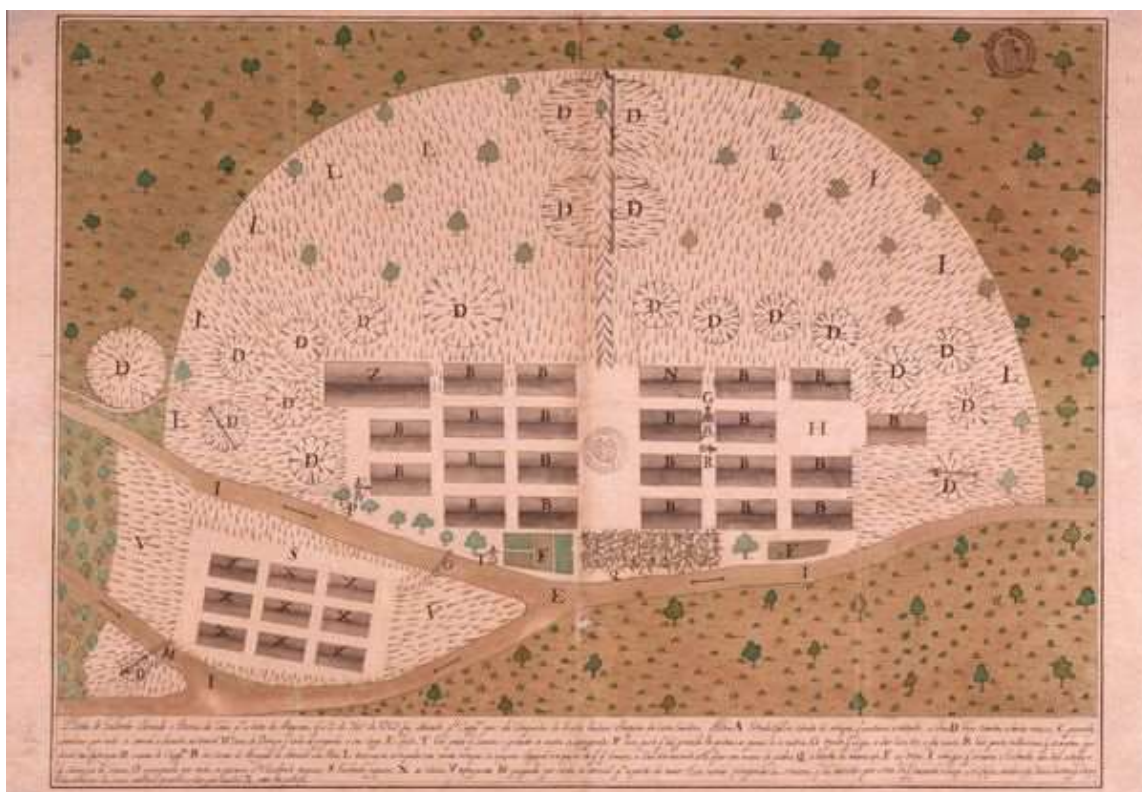
**Fonte: PEDREIRA, 1973 apud
(FUNDAÇÃO GREGÓRIO DE MATOS. SALVADOR, 2016)**

Em 2 de setembro de 1763 o quilombo (ou pelo menos uma de suas unidades) foi atacado exigindo 200 homens para destruir um quilombo que contava com menos de 100 habitantes, sendo 65 deles nomeados como adultos. A planta abaixo (Figura 9 - Planta do Quilombo Buraco de Tatu) é um desenho elaborado pelos colonizadores na

época do ataque e representa um dos maiores registros acerca da organização interna do sistema de ocupação e defesa de um quilombo (FUNDAÇÃO GREGÓRIO DE MATOS. SALVADOR, 2016). Na citação está a transcrição feita da legenda por Reis (apud Salvador):

“A letra A Estrada falsa coberta de estrepes que mostrava a entrada, a letra D Fojos cobertos e dentro estrepes, C Pinguelas levadiças por onde se serviam, e de noite as tiravam, N Casa do Porteiro que tinha as pinguelas a seu cargo, E fonte, T uma preta que lavava, e gritando se matou a espingarda, P um preto que uma granada lhe quebrou as pernas, e se matou, G o preto que chegou a dar um tiro e foi morto, R uma preta velhíssima que se matou que dizia mera feiticeira, Z a casa do capitão, B as casas do arraial do chama do seu Povo, L trincheira estrepada com vários estrepes, os maiores chegaram aos peitos de qualquer homem, e ia diminuindo até ficar em menos de palmo, Q a latada de maracujá, F as hortas, I o brejo que cercava o Quilombo com tal atoleiro, que submergia um homem, e ia diminuindo até ficar em menos de palmo, Q a latada de maracujá, F as hortas, I o brejo que cercava o Quilombo com tal atoleiro, que submergia um homem, e ia diminuindo até ficar em menos de palmo, O a pinguela por onde se passava para o Quilombo pequeno, X as casas, V estrepadas, M pinguela por onde se serviam para a parte do mar. Este nome pinguela é o mesmo que um barrote por cima do qual se passavam o brejo, e o fojos, sendo estes uns buracos largos da altura de cinco palmos guarnecidos por dentro de paus de pontas” (REIS, 1996, p. 501 e502 apud SALVADOR, 2016, p. 33)

Figura 9 - Planta do Quilombo Buraco de Tatu



Fonte: Archdaily. https://www.archdaily.com/1002651/the-landscapes-of-the-black-atlantic-world?ad_medium=gallery . Acesso em: 06 de outubro de 2023.

Segundo Gomes (1990) apud Salvador (2018) as “cabanas retangulares eram dispostas em fila, fechadas por paliçadas e defendidas por 21 armadilhas

dissimuladas por folhas e galhos de árvores”. Reis (1996) ainda aponta que “a comunidade de fugitivos era inteligentemente organizada, bem protegida e perigosa para a ordem escravocrata” trazendo elementos sobre a organização militar, política e religiosas, organização espacial e produção de alimentos, que justificam a existência de um inimigo bastante perigoso para o sistema escravocrata.

Outras histórias remontam a presença negra e a sua perseguição na região também no início do século XIX. Tais registros, subsidiados frequentemente por registros orais e eventualmente pelos documentos convocam a existência da resistência negra no local. Não sabemos ao certo quantos quilombos se reergueram naquela localidade ou mesmo quantos conflitos foram acompanhados pela Pedra de Xangô, mas fica evidente que a Pedra é um símbolo histórico importante da resistência negra.

b 2º Ato - Conflito 02 – Do “desenvolvimento urbano” à resistência de implosão

Avançando duas centenas de anos após os eventos do primeiro ato, encontramos o Brasil da década de 70 em meio a uma ditadura militar e um modelo desenvolvimentista prestes a derrocar numa grave crise econômica. A política “habitacional” a nível Federal da época tinha como principal finalidade produzir muitas unidades habitacionais em pouco tempo e contribuir com o crescimento econômico. O resultado dessa lógica foi a reprodução da segregação socioespacial através da expulsão/concentração de parcelas significativas das populações mais vulneráveis para áreas que iam além dos limites das cidades e que além de encontrar contextos de extrema precariedade de infraestrutura, distanciava tais famílias dos seus locais de trabalho, serviços e equipamentos públicos (ROLNIK; NAKANO, 2009).

Em Salvador tal política se manifesta principalmente através da construção do complexo habitacional Cajazeiras²⁸, quando a então CEDURB (Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia) apresenta o Plano Urbanístico Integrado Cajazeira. O projeto considerava uma área de cerca de 16 milhões de metros quadrados em sua primeira etapa, prevendo a expansão urbana da cidade de

²⁸ O complexo Habitacional Cajazeiras é constituído dos bairros Cajazeiras II, III, IV, V, VI, VII, VIII, X e XI, as Fazendas Grande I, II, III e IV, Águas Claras e Boca da Mata (DOS SANTOS, 2022).

Salvador no sentido das proximidades do Centro Industrial de Aratu (CIA) (DOS SANTOS, 2022). Para que se tenha uma noção das dimensões dessa intervenção tal área corresponde a área de aproximadamente 2000 campos de futebol e produziu um número aproximado de 4.000 unidades habitacionais populares (ALMEIDA, et al., 2005). A Figura 10 mostra a visita do então Governador da Bahia, João Durval às obras de construção dos conjuntos habitacionais da região.

O complexo de Cajazeiras é conhecido popularmente como o maior bairro da América Latina, e apesar das intenções originais de se consolidar como um bairro planejado passou por um processo de adensamento populacional espontâneo (Figura 11). Ironicamente, o mesmo Estado que antes havia expulsado a população preta da região da Pedra de Xangô, agora expulsava seus descendentes do tecido urbano consolidado levando a comunidade a ocupar novamente aquela região.

Figura 10 - Governador João Durval visita a construção dos conjuntos de Cajazeiras



Fonte: Jornal A Tarde, 1983.

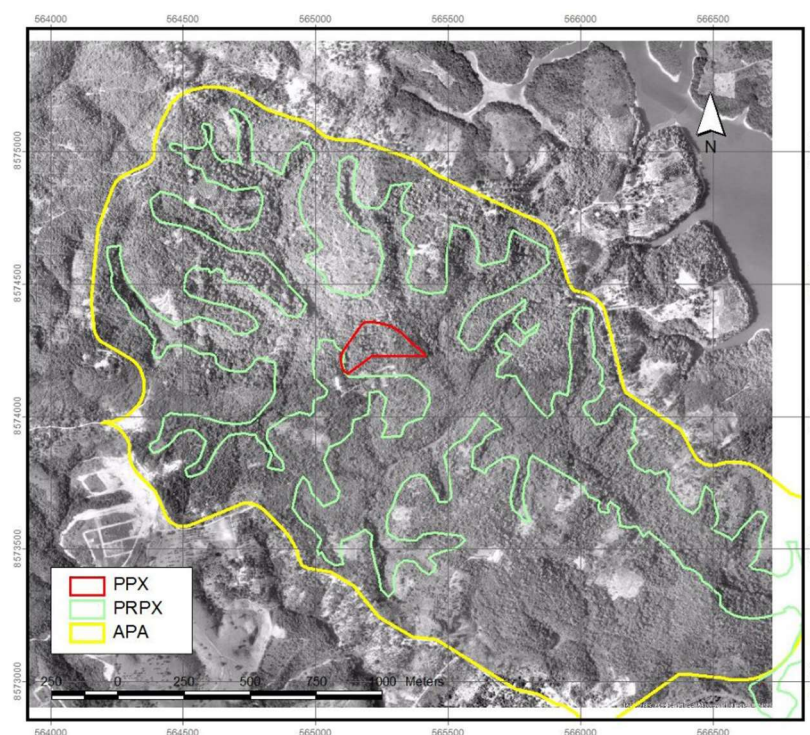
Figura 11 - O contraste entre conjunto habitacional e crescimento espontâneo na região



Fonte: <https://vertentes.ufba.br/BairroCajazeiras.html>
acessado em 22 de maio de 2024)

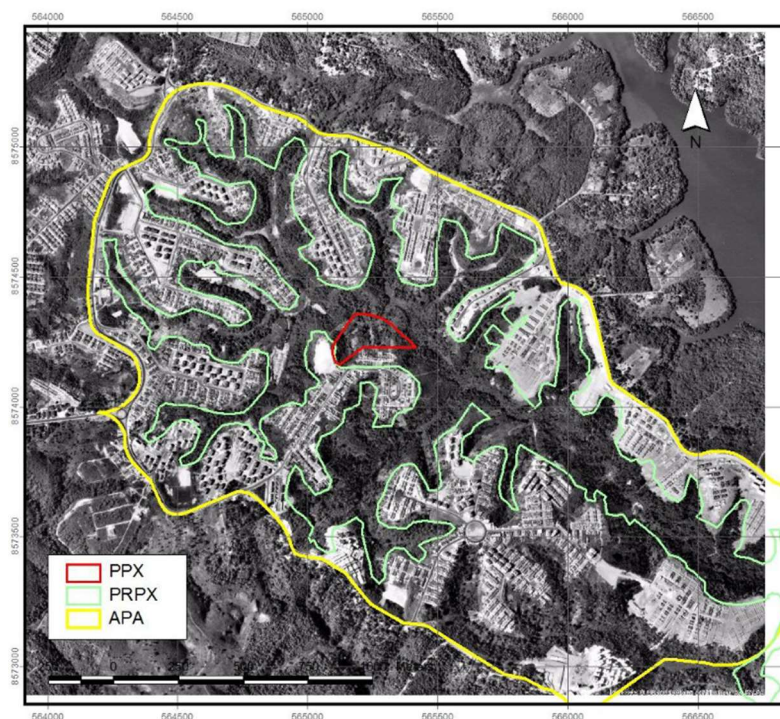
Como podemos ver nos mapas abaixo, foi drástica a mudança na ocupação da região durante a década de 80. A imagem de satélite de 1980 (Figura 12) mostra a região ainda com uma exuberante cobertura vegetal nos fundos de vale e alguns sinais de desmatamento e ocupação nas áreas mais elevadas. Entretanto, a imagem de satélite de 1989 (Figura 13) mostra uma realidade radicalmente diferente, nela podemos ver os diversos conjuntos habitacionais financiados pelo BNH (Banco Nacional de Habitação) implantados na região, que na época era completamente desarticulada da cidade consolidada contribuindo para um dos maiores movimentos orquestrados nacionalmente de segregação espacial do Estado Brasileiro.

Figura 12 – Ortofoto da região do entorno da Pedra de Xangô – 1980



**Fonte: (FFA ARQUITETURA E URBANISMO; SALVADOR.
FUNDAÇÃO MARIO LEAL FERREIRA, 2018a).**

Figura 13 – Ortofoto da região do entorno da Pedra de Xangô – 1989



**Fonte: (FFA ARQUITETURA E URBANISMO; SALVADOR.
FUNDAÇÃO MARIO LEAL FERREIRA, 2018a).**

Enquanto a ocupação urbana se consolidava na região da Pedra de Xangô iam aumentando os registros de apropriação do monumento pelo Povo de Santo e pela comunidade do entorno. Entretanto, é apenas por volta dos anos 2000 que ela se torna popularmente conhecida quando funcionários do Governo do Estado da Bahia cogitam a sua demolição em função do traçado viário projetado para construção da Avenida Assis Valente que daria acesso a um sistema de saneamento básico.

A obra realizada na gestão do Governador Paulo Souto (PFL) fazia parte do programa Pró-Sanear que teve como objetivo construir o sistema de saneamento da região, já que os conjuntos de HIS nem sequer eram conectados com o sistema de saneamento da cidade.

No final do século XX o Pró-Sanear era uma das iniciativas da Política Nacional de Saneamento em áreas ocupadas por população de baixa renda, precárias ou ausente de condições sanitárias consideradas mínimas. O programa foi implementado através da concessão de financiamento para Estados e Municípios e suas ações compreendiam ações integradas de saneamento por meio de soluções técnicas consideradas adequadas, com participação comunitária e educação sanitária (ANDRADE, 2013).

Em Salvador foram realizadas não só a intervenção responsável pela criação da Avenida Assis Valente (atendendo aos bairros Fazenda Grande I, II, III e IV) como outras nos bairros de Castelo Branco e Pau da Lima empregando em Salvador um recurso equivalente a 20 milhões de reais que foram utilizados para viabilizar a construção de infraestrutura para serviços de água e esgoto (ANDRADE, 2013).

Para atender a demanda de esgotamento sanitário foi construído um sistema de saneamento local baseado na tecnologia de lagoas de estabilização. Um sistema que apresenta graves consequências para as regiões que o adotam. Dentre as que mais interessam para esse estudo estão o fato de que o sistema gera a produção de gases que produzem mau cheiro na região; podem, em caso de ausência de monitoramento, despejar carga orgânica e patógenos nos corpos hídricos; e por último, podem causar uma razoável devastação ambiental para garantir espaço para a sua implementação. Foi justamente a implementação desse sistema que “exigiu” a construção da Avenida Assis Valente com extensão de 5,5 km como pode ser visto na Figura 14 (FUNDAÇÃO GREGÓRIO DE MATOS. SALVADOR, 2016).

Figura 14 – Imagem aérea lagoa de estabilização, Avenida Assis Valente e Pedra de Xangô



Foto: FFA Arquitetura e Urbanismo(FFA ARQUITETURA E URBANISMO; SALVADOR. FUNDAÇÃO MARIO LEAL FERREIRA, 2018a), 2018.

Desde a proposta de abertura da via a Pedra de Xangô começa a sofrer fortes ameaças com relação à sua integridade física. Como reação, a comunidade através de representantes do Povo de Santo, lideranças comunitárias e ambientalistas fortaleceram as mobilizações em defesa da permanência da rocha (SILVA, 2017). A tentativa de demolição é apresentada no trabalho de Silva (2017) através do relato de Cleide Avelino:

“Eu tive um sonho com os orixás, em que ouvi: “desça para ver a pedra”. A obra do programa Sanear havia começado. Quando tocava a sirene era um estouro, as pedras iam sendo detonadas diariamente. Desci para ver o que estava acontecendo. Entrei em contacto com o engenheiro da obra. Ele me disse: “eu vou dinamitar esta pedra porque está atrapalhando a poligonal da estrada”. Respondi: “Quem atrapalha é você que está atrapalhando o meio ambiente”. Obriguei ele passar um rádio para a Conder e o diretor o mandou interromper a operação. Entrei em contato com o povo do santo Mãe Luciane, Leonel Monteiro, Sr. Ubiratan eles vieram socorrer a pedra” (Depoimento de Cleide Cristina de Oliveira Avelino em SILVA, 2017, p. 72).

Na época muitas já eram as relações afetivas com a pedra e diversas foram as manifestações em favor da sua manutenção como pode ser visto nos depoimentos de Ramalho e Leonel (SILVA, 2017):

“Sempre cuidei da pedra e me apaixonei por ela, por isso batizei a pedra com o meu nome Pedra do Ramalho. Quando os homens do governo queria implodir eu me amarrei na pedra. Eles desistiram. Fiquei um dia e meio tomando conta da pedra. De dia ficava amarrado na pedra e a noite ficava

em cima da pedra. As pessoas me chamavam de maluco.” (Depoimento de Ramalho de Souza Barreto em SILVA, 2017, p. 73)

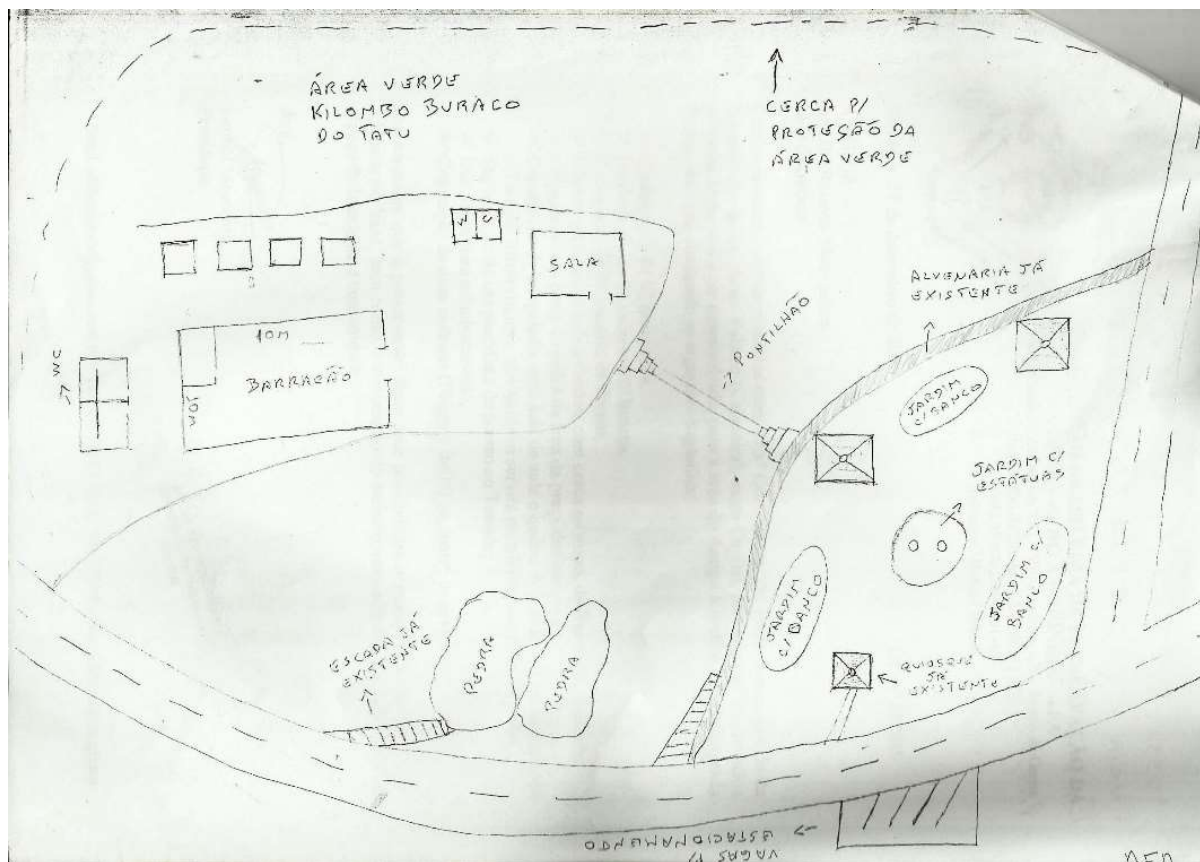
“Acompanhei e participei das movimentações em defesa do monumento sagrado na qualidade de presidente da AFA²⁹. O povo de terreiro me ligou “corre, corre Leonel que vão derrubar a pedra”. Estive presente nos protestos e na inauguração da avenida juntamente com Noélia, Sandra, Otávio e Fábio. No trajeto comentei que não era possível o governador inaugurar a Avenida na Pronaica e não descer para ver a Pedra, só o caboclo Marujo para dar um tapa no pé de ouvido dele e fazer ele ir até lá. Nesse momento Marujo respondeu e se manifestou em Fábio, era a ajuda espiritual que precisávamos. O chefe de cerimonial me concedeu a palavra no início da minha fala fiz referência à memória indígena na localidade, fiz saudações aos caboclos e aos orixás e no final do discurso falei da importância da pedra e pedir ao Governador que fizesse uma visita ao monumento. O governador esteve no local. Se o governador não descesse ninguém ia respeitar aquilo ali. A Pedra de Xangô contém asé. Neste dia Xangô incorporou em Fábio cavou com a mão o solo e retirou uma pedra – edun-ara, quebrou e deu para mim, Otávio, Noélia e Sandra. 3” (Depoimento de Leonel Monteiro, Presidente da AFA p. 73)

Na ocasião foi marcada uma reunião entre a CONDER (Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia) e lideranças da comunidade, onde foi apresentado uma proposta de projeto para a preservação da rocha e intervenção no entorno imediato (Figura 15).

A proposta apresentada por João Avelino, na época representante do Movimento de Unidade Democrática de Salvador (MUDE) apresenta alguns elementos que no futuro balizaram a proposta de intervenção do Parque Pedra de Xangô, dentre eles, a necessidade de um pontilhão para a travessia sobre o talvegue, a implantação bancos, jardins e de pequenas edificações para dar suporte a eventos.

²⁹ Associação Brasileira de Preservação da Cultura Afro-Ameríndia

Figura 15 – Proposta da AFA em 2005 de intervenções para a conservação da área do entorno imediato da Pedra de Xangô



Fonte: Acervo da AFA.

A Figura 16 mostra uma manchete de jornal com uma fotografia da obra e a garantia de que a Pedra seria mantida e falando brevemente sobre a sua importância histórica como marco da resistência negra.

Figura 16 – Reportagem sobre a Permanência da Pedra de Xangô

12 | SALVADOR, DOMINGO, 17/7/2005

LOCAL
local@atarde.com.br

A TARDE

Símbolo de quilombo será preservado

Localizada próximo da Estrada Velha do Aeroporto, a Pedra do Buraco do Tatu foi usada como esconderijo de escravos

FABIANA MASCARENHAS

A Pedra do Buraco do Tatu – situada numa área próxima à Estrada Velha do Aeroporto, entre Itapuí e Cajazeiras – está preservada para lembrar a história do quilombo Buraco do Tatu. Localizada na área de influência da implantação de uma nova via urbana, a pedra foi reivindicada para preservação pela comunidade que a considera mística e por representar a luta e resistência dos negros no combate à escravidão. Embora desconhecendo a existência de um quilombo na área, a Conder atendeu à demanda dos moradores.

Com aproximadamente sete metros, a pedra é vista pela comunidade como “mística” – um monumento sagrado – e também referência histórica do quilombo por ter sido utilizada como passagem e esconderijo dos escravos perseguidos, de acordo com o relato de alguns moradores da região.

“Na época, aqui só tinha mata e água. Os escravos fugitivos mergulhavam e passavam pelo buraco que existe na pedra para alcançar o outro lado”, conta o morador da região e coordenador do Movimento de Unidade Democrática de Salvador (Mude/Salvador), João Avelino. Os ebós – que na língua iorubá significa docilo, sacrifício, oferenda – espalhados em torno da pedra também revelam o caráter religioso do local.

“Muitos vêm aqui para orar e cultuar os orixás. Trata-se de um lugar que resgata a cultura e religião dos negros”, explica Avelino, que, com o apoio de outros movimentos, apresentou à Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Conder) um projeto de preservação da pedra.

A revitalização da área foi incluída nas obras de saneamento e urbanização para a construção da

Avenida Vile da Fazenda Grande. II, III e IV, iniciada em 2003, que interligará o Complexo de Fazenda Grande a Cajazeiras. Como a pedra está no mesmo local onde a avenida está sendo construída, os moradores temiam que ela fosse destruída.

PROTEÇÃO – “Quando começaram esta obra, a Conder descobriu a existência de um sítio arqueológico. Levamos ao conhecimento dos responsáveis a importância e a representatividade histórica desse espaço para os baianos, e eles resolveram executar o projeto”, explica João Avelino.

Além de contar com uma cerca de proteção, serão construídos quiosques e o espaço terá também iluminação. A coordenadora de Ciências, Meio Ambiente e Saúde do Mude, Cleide Cristina de Oliveira, espera que a área seja transformada em um ponto turístico da cidade.

“Este local é o resgate da nossa cultura. Nele, há um pouco da história da luta contra a escravidão no Brasil e temos que preservar e mostrar isso ao mundo”, diz Cleide, acrescentando que solicitaram da Conder um espaço para a construção de um terreiro, que seria uma espécie de guardião da pedra.

O presidente da Conder, Mário Guedillo, diz ter atendido ao pedido dos moradores, mas não tem conhecimento sobre o quilombo. Ele explicou que as solicitações estão sendo avaliadas, mas afirmou que existe a possibilidade de o órgão ceder uma área para a construção do terreiro.

“Faremos o possível para facilitar a acessibilidade das pessoas e manter a preservação do lugar”, garantiu. Os representantes do movimento acrescentam que lutam agora para que a pedra seja tombada e reconhecida

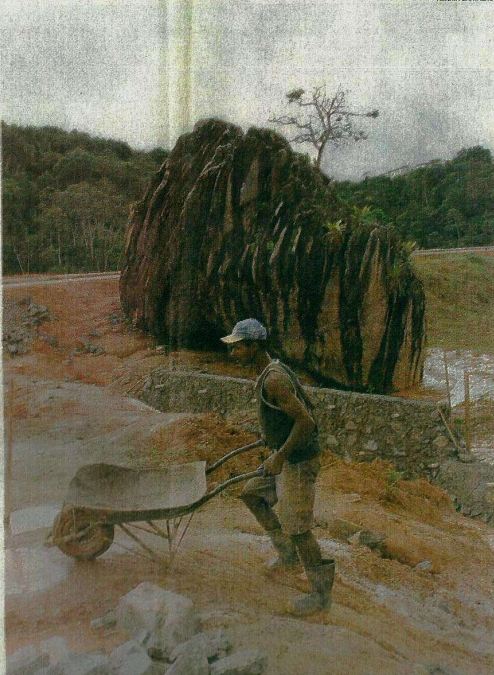
como patrimônio histórico.

Segundo o historiador José Reis, um dos maiores especialistas sobre revoltas negras, documentos indicam que o Buraco do Tatu existiu há centenas de anos e foi um marco de luta do movimento de libertação da escravidão no Brasil. “As primeiras notícias sobre a existência deste quilombo são de 1743. Há um mapa com a localização dele que indica que, no ano de 1763, ele foi tomado de assalto e destruído. Nessa ocasião, quatro quilombolas morreram e 61 foram presos”, explica o historiador. Baseado em tais documentos, presume-se que o Buraco do Tatu tenha existido durante, pelo menos, 20 anos.

No livro Bahia, terra de quilombos, o historiador Walter Passos conta que a destruição do Buraco do Tatu foi uma ordem do governo da Bahia. O coronel Gonçalves Xavier de Brito e Alvim, o chanceler José de Carvalho de Andrade e o arcebispo dom frei Manuel de Santa Inês organizaram um grande grupo armado de cerca de 200 pessoas, chamados “granadeiros”, índios da aldeia de Jequiriçá e elementos que se ofereceram para dele fazerem parte, que no dia em 2 de setembro de 1763, atacou o quilombo do Buraco do Tatu, arrasando-o.

De acordo com os historiadores, nos documentos não há referência direta sobre a utilização da pedra como esconderijo ou passagem, no entanto, de acordo com José Reis, existe a possibilidade de se tratar de uma área pertencente ao Buraco do Tatu. “Acho que é uma oportunidade para fazer uma prospecção arqueológica. Acredito que um quilombo que durou 20 anos pode ter deixado algum traço interessante e valioso para a nossa história”, avalia.

Com sete metros de altura, a formação geológica é considerada como um monumento sagrado



Fonte: Jornal A Tarde

Figura 17 – Reportagem Inauguração da Av. Assis Valente

CORREIO DA BAHIA

20 de novembro de 2005

ACM e Paulo Souto inauguram nova avenida em Salvador

Senador afirma que trabalho responsável do governo do estado é o maior patrimônio da Bahia

Foto de Claudenor Junior

O senador Antonio Carlos Magalhães destacou, ontem, que o trabalho responsável que vem sendo desenvolvido pelo governo do estado é o maior patrimônio da Bahia e merece o reconhecimento de todos os baianos, e de todos os partidos ou tendências ideológicas. A declaração foi feita durante a inauguração da Avenida Assis Valente, no bairro de Fazenda Grande IV, e que faz parte das comemorações de aniversário do governador Paulo Souto.

Segundo ACM, o aniversário era de Paulo Souto, mas quem ganhava o presente era Salvador, ao se referir à nova avenida e ao sistema de esgoto.

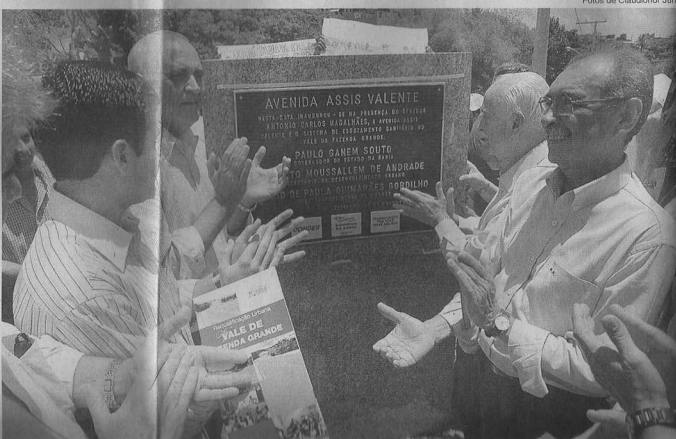
“Uma terra que tem um governador que trabalha, é sério e digno, é uma terra feliz. Esta terra é a Bahia e o governador é Paulo Souto”, completou. E a grande participação popular na inauguração, segundo o líder político baiano, era o reconhecimento dos baianos que lutaram com tantas lutas

povo”, afirmou.

Maior investimento do governo do estado na capital, Avenida Assis Valente e o sistema de tratamento de esgoto em Fazenda Grande IV representam um aporte de recursos da ordem de R\$13.449.264.

“Hoje é inaugurada uma grande obra para um grande nome, porque hoje um grande nome faz aniversário, que é o governador Paulo Souto. Hoje, as minhas palavras se dirigem a este povo, mas também ao governador Paulo Souto para lhe dar os parabéns não só pelo aniversário, mas também pelo que tem feito pela Bahia”, afirmou o senador baiano.

ACM ressaltou que a atuação do governo baiano em intervenções na capital e nas cidades do interior tem como alvo principal o atendimento à população mais carente e melhoria da qualidade de vida de todos os baianos. No caso das obras inauguradas ontem, foram intervenções que contam com a colaboração do secretário de Desenvolvimento Urbano, Roberto Moussalem.



Fonte: Correio da Bahia

A mobilização dos moradores foi suficiente para impedir a implosão, entretanto não conseguiu impedir que a avenida e o sistema de saneamento fossem construídos e inaugurados pelo então Governador no dia 19 de novembro de 2005 (Figura 17).

A Avenida Assis Valente foi implantada a menos de 5 metros do monumento reconhecido como símbolo da resistência, da cultura e da religiosidade negra (Figura 18). O que não só resultou na descaracterização do sítio através do comprometimento de nascentes e da presença de água nas proximidades da rocha, algo de alta relevância para os cultos sagrados da religião de matriz africana (DE SOUZA, 2016), como também abriu precedente para que nos anos seguintes diversas manifestações racistas de intolerância religiosa, ocupação das áreas remanescentes de mata, dentre outras ações passassem a ameaçar não só a integridade física do monumento como a memória negra. Aspectos que serão apresentados a seguir.

Figura 18 – Pedra de Xangô vista a partir do antigo traçado da Av. Assis Valente.



Foto: Flávio Carvalho, acervo da FFA Arquitetura e Urbanismo, 2018.

c 3º Ato – Conflito 03 – Resistência ao racismo religioso

Como pudemos ver ao longo desta seção, o urbanismo em meio a uma trama de estabilizações e reprodução de formas de dominação, tem deixado rastros de

destruição, segregação e apagamento da memória dos negros em Salvador e não estava sendo diferente com a Pedra de Xangô. Os veios d'água que circundavam a rocha haviam sumido e além da terra seca o urbanismo, orquestrado por uma racionalidade hegemônica racista, consolidou uma avenida ao lado do monumento sagrado, um vetor de atração para novas ocupações formais e informais na mata preservada e das mais diversas manifestações de racismo religioso realizados através de pixações (Figura 19) e lançamento de sal sobre a rocha (Figura 20). O urbanismo dominante contribuiu para que se instaurasse uma dinâmica de ameaças ao sítio natural sagrado e apagamento da história negra, entretanto o povo mobilizado resistiu fomentando um momento de intenso conflito urbano na região.

Figura 19 – Foto de pichações em ataque à Pedra de Xangô.



Fonte: Marina Silva, Correio da Bahia, fevereiro de 2019.

Figura 20 – Lançamento de sal sobre a Pedra de Xangô.



Foto: Babá Barossi, janeiro de 2019.

Em reação ao processo de apagamento que a Pedra de Xangô vinha sofrendo nos últimos anos, em 2010 comunidades de terreiros, moradores e lideranças de movimentos sociais da região e de outros lugares da cidade realizaram a 1ª Lavagem da Pedra de Xangô, uma manifestação que contou com a participação de respeitáveis membros do candomblé como: Mãe Rita de Ogum, Mãe de Alá, Mãe Cassuté de Oxalá, Mãe Alda de Ogum, Mãe Branca de Xangô, Pai Gildásio e outros. (SILVA, 2017). A partir daí começam a ser promovidos uma série de manifestações político-religiosas em afirmação as tradições afro-diaspóricas na região, manifestações realizadas através de atos litúrgicos associados com samba de roda, capoeira e etc., tendo maior destaque a “Caminhada da Pedra de Xangô” (Figura 26) que até hoje acontece anualmente no mês de fevereiro.

Presente no cotidiano, nas festividades e nos momentos de conflito e manifestação política as práticas religiosas afro-brasileiras ao redor da Pedra de Xangô foram importantes ferramentas de resistência, divulgação e construção de sua paisagem vernacular. Dentre as principais manifestações podemos citar o Amalá, o Xirê, a Fogueira de Xangô, além do uso do Ojá para a demarcação de elementos sagrados e o plantio de ervas e arvores sagradas.

O Amalá de Xangô (Figura 21) é a iguaria oferecida para o orixá a cada quarta. Através do alimento “um campo de energia carregado de significados, onde cada

quiabo cortado, temperado com cebolas raladas, camarão seco sal e azeite de dendê, é um portal para a intensidade da conexão espiritual” o povo se liga espiritualmente ao orixá (SILVA, 2024).

Figura 21 – Oferta do Amalá na Pedra de Xangô.



Foto: Evandro Veiga/CORREIO.

O Xirê (Figura 22) é a ciranda sagrada que é realizada para reverenciar o orixá, sendo uma manifestação muito frequente nas festividades e demais práticas coletivas realizadas nas proximidades da Pedra de Xangô. Segundo Simas e Rufino:

“No Xirê da Pedra de Xangô, o Rei da Justiça convoca seus filhos e filhas a manterem-se unidos em defesa e preservação de seu sagrado lar, onde o solo do terreiro Brasil é o alicerce, é onde o axé floresce, é a terra que pulsa vida (SIMAS E RUFINO, 2018, p.13 apud SILVA, 2024, p. 208)

Figura 22 – Xirê na Pedra de Xangô em celebração à lei 14.519/2023 que sanciona o dia do candomblé.



Foto: Raphael Müller | Ag. A TARDE, março de 2023.

A fogueira de Xangô (Figura 23) é uma celebração que acontece todo dia 29 de junho em reverência às divindades do fogo. No caso da Pedra de Xangô essa manifestação fortalece a conexão entre o Otá e o povo de santo. No mesmo dia se comemora também com fogueira o dia do santo católico São Pedro (SILVA, 2024).

Figura 23 – Celebração da Fogueira de Xangô.



Foto: Shirley Stolza | Ag. A TARDE, junho de 2021.

O ojá é o tecido litúrgico que sacraliza e protege uma variedade de corpos no candomblé: humanos, divindades, tambores, árvores (BRANDÃO; SANTOS, 2021). Segundo as autoras os ojás delimitam geografias sagradas e são representação do pedido por paz e respeito às religiões de matriz africana:

“o ojá é peça que incorporamos as nossas vestimentas cotidianas, usando-o para proteger nossa ori (cabeça), mas, também, para indicar nosso pertencimento ao Candomblé. É, portanto, uma peça da nossa indumentária com forte apelo político. Não à toa, todos os anos, no mês de novembro, mês da consciência negra, após ritual de sacralização desses tecidos, conhecido como Alvorada dos ojás, realizado num Terreiro de Candomblé, vários ojás envolvem árvores localizadas em vários pontos da capital baiana, como forma de pedir paz e respeito às diferenças religiosas.” (BRANDÃO e SANTOS, 2021, p. 11)

Apesar de não serem tão frequentemente aplicadas na Pedra de Xangô e nas árvores sagradas da região, os ojás foram utilizados em uma ação em novembro de 2018 para demarcar as árvores sagradas que deveriam ser respeitadas no processo de elaboração do projeto e obra do Parque Pedra de Xangô (Figura 24)

Figura 24 – Adornando elementos sagrados com Ojá

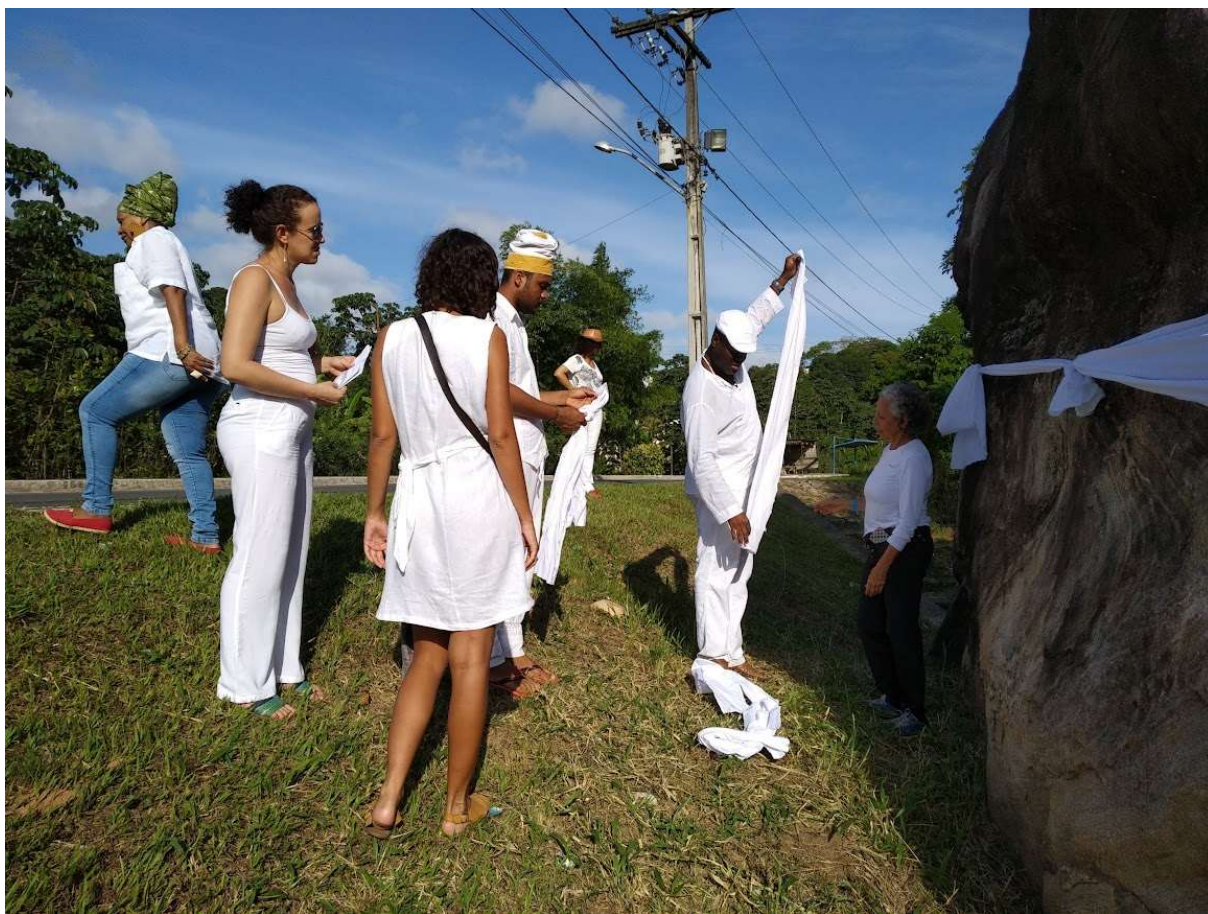


Foto: Flávio Carvalho, novembro de 2018.

Como já foi dito, as ervas e árvores sagradas são fundamentais para as práticas religiosas de matriz africana. Por isso tem sido uma prática frequente na Pedra de Xangô o plantio de árvores sagradas (Figura 25) que além atender as demandas do axé funcionam como demarcação do território sagrado.

O Candomblé é natureza. As árvores, as plantas, as pedras, as fontes, as águas dos rios, do mar, são moradas sagradas dos orixás, voduns, inquices, caboclos e encantados. O entorno da Pedra de Xangô é composto por ecossistemas que possuem valor relevante para as práticas e os rituais. São ervas, folhas, raízes e frutos utilizados para chás, banhos e preparo de oferendas. SILVA (2017, p. 72)

Figura 25 – Plantação de árvores sagradas do Jardim Etno-Botânico



Foto: Secom/Salvador, junho de 2018

Se as ações de afirmação da espacialidade negra no sítio se tornaram frequentes, por um outro lado cada vez mais frequentes eram também as ações de racismo religioso e a devastação das áreas ambientalmente preservadas e fundamentais para o culto de matriz africana.

Figura 26 – Caminhada da Pedra de Xangô em 2017



Foto: Taís Vieira.

Na linha de conflitos territoriais por ocupação da área estavam as ações do Estado por meio de implantação de conjuntos do Programa Minha Casa Minha Vida em áreas preservadas do fundo de vale. Dentre as ações populares há registros de ocupações ao longo da margem das novas avenidas (Figura 27) tendo algumas delas resultado em conflitos com o Povo de Santo na região como o relatado:

“No dia 22 de janeiro de 2014, membros responsáveis pela Caminhada da Pedra de Xangô passaram por terríveis momentos no enfrentamento a populares que invadiram uma área próxima ao templo sagrado para fixar residência. Neste episódio, os membros da Irmandade Religiosa de Ojés, Ogans e Tatas – SIOBÁ, com o apoio do poder público se movimentaram em defesa do monumento sagrado e conseguiram retirar os ocupantes.” (SILVA, 2017, p. 198)

Figura 27 – Ocupações ao longo da Av. Assis Valente



Fonte: Acervo da Ffa Arquitetura e Urbanismo.

Se por um lado as ocupações surgem de processos de luta por acesso ao solo urbano, por outro, a degradação ambiental provocada pela progressão das ocupações era uma questão de grande preocupação por parte dos ambientalistas e povo de santo. É natural que a combinação entre a implantação de infraestrutura urbana mínima e a ausência de fiscalização em espaços de escassez de solo urbano disponível, acabe funcionando como um atrativo para a ocupação. O planejador, urbanista, gestor público sabem disso. Ao escolher implantar uma avenida nessa área de alto valor ambiental da maneira como foi feito, era previsível o avanço das ocupações e o dano ambiental e isso é resultado de decisões de planejamento.

Outra marca recorrente dos conflitos na região eram os constantes ataques de racismo religioso. Em 08 de novembro de 2014 ocorreu o lançamento de 200 kg de sal sobre a Pedra de Xangô, essa ação criminosa não havia sido a primeira e nem seria a última, entretanto, foi marcante pelo nível de degradação que tinha alcançado e por ter provocado uma reação imediata da comunidade na realização do “Ato de desagravo do Povo de Santo” que contou com a presença da imprensa e representantes da sociedade civil, dos poderes públicos municipais e estaduais. Segundo o trabalho desenvolvido por Maria Alice Pereira da Silva (2017):

“Mãe Branca de Xangô chega muito triste e desolada. Apesar da prefeitura já ter providenciado a limpeza do lugar sagrado, traz consigo três quartinhas com amassi (folhas frescas de manjerição miúda, macaça e água do açaçá) para fazer o ossé da pedra e o padê (figuras 89 – 90). Convoca o ogan Tom e sai para saudar Exu. Depois retorna para o ato religioso de desagravo a Xangô.” (SILVA, 2017, p. 200)

O ato teve repercussão nacional e fomentou a realização de uma reunião no dia 14 de novembro de 2014, que, segundo Maria Alice da Silva (2017), viria a ser um divisor de águas, já que, pela primeira vez representantes dos poderes públicos estadual e municipal teriam se juntado como o objetivo de criar mecanismos de proteção para a Pedra de Xangô:

“Participaram da reunião, na esfera estadual: os secretários de Promoção da Igualdade Racial (SEPROMI) e da Secretaria de Cultura (SECULT), representantes da Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDUR), Fundação Pedro Calmon (FPC), Centro de Culturas Populares e Identitárias (CCPI), Polícia Militar (PM), Rede de Combate ao Racismo e à Intolerância Religiosa e o Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra (CDCN). Na esfera municipal, estiveram presentes dirigentes e coordenadores da Secretaria Municipal da Reparação (SEMUR), Secretaria Cidade Sustentável (SECIS) e Fundação Gregório de Mattos (FGM), além de representantes das religiões afro-brasileiras. A proposta ampliou-se e outros órgãos governamentais passaram a integrar o fórum, a exemplo da Secretaria do Meio Ambiente (SEMA), da Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM) e da CONDER (Companhia de Desenvolvimento Urbano). (...) O sal jogado na Pedra de Xangô foi o divisor de águas. Pela primeira vez, Estado, Município, União e sociedade civil reúnem-se com o objetivo comum de propor ações conjuntas em defesa do lugar sagrado. (...) foi proposta a criação de um fórum permanente de acompanhamento das ações, composto por sociedade civil e governos estadual, municipal e federal, para garantir a proteção da Pedra de Xangô. (...) Nasce assim, sob a condução da SEPROMI, o Fórum Permanente em Defesa da Pedra de Xangô” (SILVA, 2017, p. 204).

Através dessa reunião é criado o “Fórum Permanente em Defesa da Pedra de Xangô” coordenado pela Secretaria da Igualdade Racial do Governo do Estado da Bahia (SEPROMI) envolvendo representantes de secretarias do governo estadual e da prefeitura municipal principalmente em assuntos ligados aos setores da cultura, do meio ambiente e da justiça racial, pessoas ligadas às religiões de matriz africana sendo muitas delas autoridades reconhecidas, pessoas ligadas à academia, principalmente em grupos ligados às questões raciais e associações de moradores de cajazeiras e coletivos soteropolitanos ligados às questões raciais e ambientais. Maiores detalhes sobre o envolvimento desses atores podem ser encontrados com amplo grau de detalhamento na dissertação desenvolvida por Maria Alice da Silva (2017).

O Fórum promoveu aulas públicas, ações de memória, visitas técnicas dentre outras atividades. No ano seguinte a SEPROMI desativou formalmente o fórum, deixando de sediar as reuniões quinzenais e coordenar as atividades. Entretanto, parte de seus membros deram continuidade ao desenvolvimento de ações e estratégias para salvaguardar o monumento.

A colaboração de acadêmicos de diversas áreas do saber (arquitetura, urbanismo, direito, engenharia, economia história e geografia), no processo de mobilização popular, foi fundamental para a elaboração da cartografia dos pontos sagrados³⁰ (Figura 28 e Figura 29) e de um estudo de referência que foi fundamental para a consolidação da Área de Preservação Ambiental (APA) Municipal Vale da Avenida Assis Valente e do Parque em Rede Pedra de Xangô na revisão do Plano Diretor de Salvador em 2016 (SILVA, 2017).

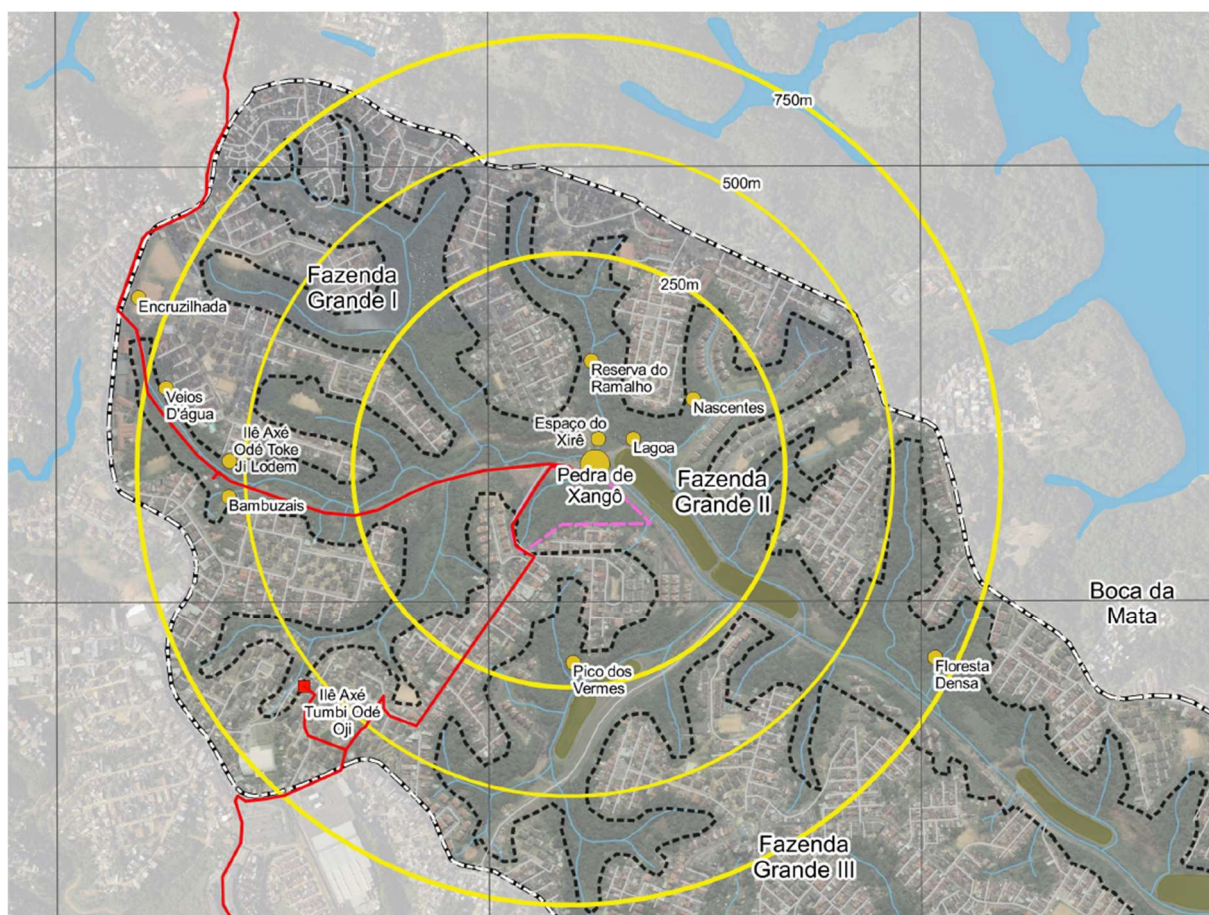
³⁰ Mapeamento da maior importância para compreender a inserção da Pedra de Xangô no circuito litúrgico que conecta espaços de mata e cursos d'água identificados como essenciais para a prática do candomblé e outras religiões de matriz africana na região.

Figura 28 – Realização da cartografia dos pontos sagrados



Foto: Jirte Fernandes, 2016.

Figura 29 – Cartografia dos pontos sagrados



Fonte: Versão adaptada pela FFA. Acervo da FFA Arquitetura e Urbanismo.

Alguns grupos envolvidos com a Pedra de Xangô não concordaram em participar dos espaços de participação institucional e se tornaram grupos de pressão importantes no sentido de garantir uma certa oposição com relação ao trabalho que estava sendo desenvolvido pela prefeitura. Uma das figuras mais importantes nesse sentido foi a Mãe Iara, uma das fundadoras da Associação Pássaro das Águas³¹ e das idealizadoras da caminhada em defesa da Pedra de Xangô. Tanto para ela quanto para os actantes que estavam a favor da divulgação e realização do projeto as redes sociais se tornaram um palco importante para a disputa de narrativas sobre o processo de desenvolvimento do projeto e execução da obra.

Apenas para que se tenha uma noção da dimensão dos debates em rede social, em uma raspagem de dados (web scrapping) feita na rede Instagram em abril

³¹ A Associação Pássaro das Águas é um coletivo formado por adeptos do candomblé.

de 2023, que considera dados dos anos 2021, 2022 e início de 2023 foram identificados um total de 1081 postagens com a #pedradexango acumulando um total de 150.000 visualizações, 126.000 curtidas e 6914 comentários. Com destaque para o perfil pedra.de.xangô que figurou como maior divulgador do processo na rede. Com relação ao conteúdo das postagens reveza-se entre registro e divulgação de eventos, religiosidade, protestos e denúncias.

A síntese dessas informações encontra-se representada no Apêndice 01 – Painel Interativo das publicações do Instagram em formato digital. A Figura 30 mostra a postagem com maior número de visualizações do período de análise, que foi possível de acessar através do painel. A Figura 31 mostra uma imagem do painel interativo.

Sobre o uso das redes sociais avaliamos em artigo³² publicado em 2023 que:

“As plataformas permitiram que uma nova história do passado e presente fossem contadas, desta vez, segundo a perspectiva dos moradores, narrativas registradas e disseminadas para além da fronteira local e nacional. O debate sobre racismo religioso fortaleceu a Pedra promovendo a união de várias lideranças religiosas de toda a cidade, o debate estava nos holofotes, incentivando uma pressão para a garantia da qualidade da participação e da transparência ao longo do desenvolvimento do projeto. Além disso, todas as articulações e movimentos a exemplo do Ato de desagravo do Povo de Santo que foi organizado em 4 dias, ganharam uma velocidade de articulação que antes não seria possível. Desta forma, o movimento da Pedra do Xangô mostra o uso e apropriação da tecnologia como componente da tática de resistência implementada.” (Silva et al., p. 13)

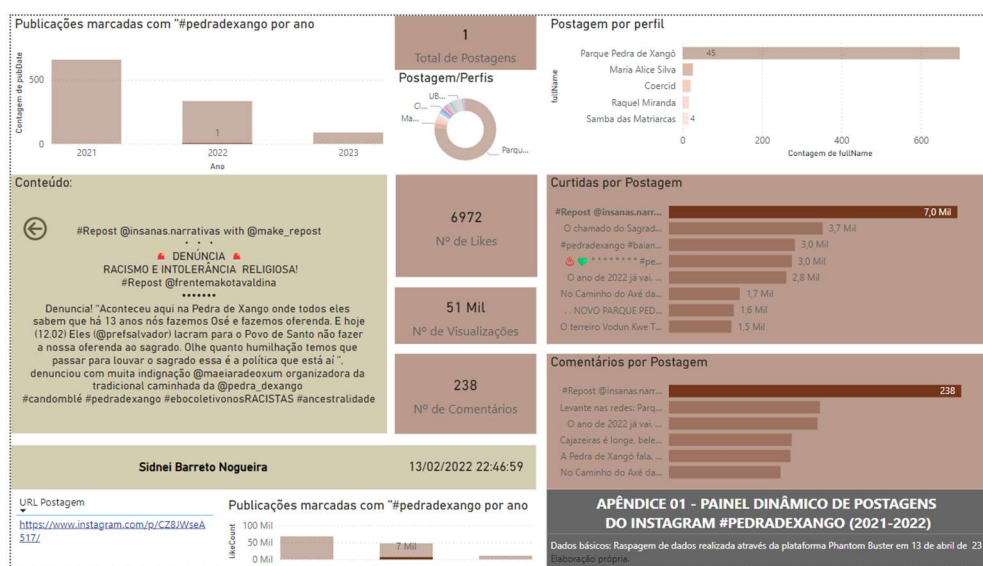
³² (SILVA; KRAUS; DA SILVA, 2023)

Figura 30 – Exemplo de postagem contendo denúncia



Fonte: Postagem do Instagram @professor.sidnei.

Figura 31 – Imagem do painel interativo



Fonte: Autoria própria utilizando dados da plataforma Instagram.

Através dessa poderosa rede alicerçada pela ação dos movimentos populares com ações que permearam por dentro e fora do Estado se apoiando na assessoria técnica de profissionais e acadêmicos das diversas áreas do saber, o movimento heterogêneo em defesa da Pedra de Xangô alcançou uma série de conquistas fundamentais para a preservação da memória e da presença negra na região.

Dentre as principais ações que representam a aceitação burocrática do espaço negro podemos citar: i) a criação da Área de Proteção Ambiental Municipal Vale do Assis Valente: que subsidiou a formalização da área de cerca de 386 hectare como território de alto valor ambiental, histórico cultural e étnico-religioso; ii) a inclusão do Parque Pedra de Xangô no PDDU de 2016: consagrando a área do entorno imediato à pedra com cerca de 3,1 hectare como área de Parque Urbano, que subsidiou a licitação do projeto; iii) o tombamento da Pedra de Xangô, enquanto patrimônio cultural (2017) que reconhece a necessidade de preservação das práticas; iv) o reconhecimento enquanto patrimônio geológico de relevância nacional (2018); e v) a licitação para a realização do Diagnóstico Socioambiental e Projeto de Área de Proteção intitulado “Parque Pedra de Xangô” (2018); vi) construção e inauguração do Parque Pedra de Xangô (Figura 32).

Uma a uma cada uma dessas conquistas se apresentaram como o avanço no reconhecimento da importância da memória e das práticas que caracterizam a territorialidade negra, tendo sido fundamentais para inclusive garantir o investimento de recurso público na conservação das práticas e valores popularmente constituídos, criando um fluxo de contestação ao urbanismo racista.

Figura 32 – Inauguração do Parque Pedra de Xangô



Foto: Valter Pontes, Secom, 2022.

d 4º Ato – Território negro “pacificado”?

Nesta subseção faremos uma breve contextualização sobre o lugar do autor desta pesquisa em meio ao processo de reconhecimento da Pedra de Xangô, em seguida faremos uma descrição de como se deu o processo de diagnóstico, projeto e construção do Parque Pedra de Xangô (PPX).

i No lugar de um arquiteto à serviço da Pedra de Xangô

No processo de concepção do projeto do Parque chamou atenção a desconfiança geral sobre as possibilidades de o Estado estar financiando um projeto de preservação de um território negro. Ora surgiam questões relativas aos reais interesses da gestão, na época do prefeito Antônio Carlos Magalhães Neto (a mesma figura que estava presente na inauguração da Avenida Assis Valente), ora surgiam dúvidas sobre as possibilidades de realizar uma intervenção respeitosa com relação às práticas negras, a capacidade técnica dos profissionais envolvidos, etc.

Eu acabo aparecendo no meio desse processo recém formado em 2018. Na época, a FFA Arquitetura e Urbanismo, escritório de Arquitetura e Urbanismo no qual eu trabalhava, acabara de ganhar uma licitação promovida pela Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF)³³ para desenvolver o Diagnóstico Socioambiental PRPX e o Projeto Executivo do PPX. Havia-se noção da responsabilidade que significava a realização daquele projeto, não só pelas questões éticas em torno da força simbólica do espaço de intervenção, mas principalmente pelo fato de que aquele território estava sob o olhar de muitos actantes influentes e com bastante capacidade de contribuir com uma mobilização contrária a um trabalho que estivesse sendo mal conduzido. Podemos destacar a presença de figuras respeitadas entre os religiosos de matriz africana como Everaldo Duarte, Mãe Iara, dentre outros; da academia representada por figuras como Maria Alice Pereira da Silva, Fabio Velame, Luiz Antônio, dentre outros; dos técnicos de diversas secretarias e fundações do Estado e Município; das coletividades locais de cajazeiras como o grupo Juventude Ativista de Cajazeiras (CAJA) e a ONG Cajaverde, dentre outros.

³³ Fundação pública vinculada à Secretaria Municipal de Urbanismo - SUCOM que é responsável por boa parte das iniciativas relacionadas à elaboração de estudos, planos e projetos urbanísticos na cidade de Salvador.

No princípio eu prestei apoio nas atividades relativas à elaboração do diagnóstico, e depois diante do jogo de xadrez interno do escritório, eu acabei assumindo uma espécie de colaboração direta na coordenação das atividades internas de projeto, sendo o principal responsável pelo desenvolvimento dos croquis de concepção da proposta e desenvolvimento do projeto em tratativas diretas e constante com Floriano Freaza o arquiteto sênior responsável pelo projeto, com os demais técnicos da FFA e com os técnicos da FMLF, representada principalmente pelas figuras de Ludmila Gavazza e Yveline Hardman (na época gerente de projetos urbanísticos). A arquiteta Kátia Silveira também teve um papel fundamental na condução do plantio das espécies sagradas.

O fato de existir um Grupo de Trabalho (GT) organizado e constituído por algumas das figuras influentes e fundamentais para a mobilização em torno da defesa daquele patrimônio foi algo fundamental para nos dar segurança sobre os rumos que o projeto deveria tomar (Figura 33). O GT tinha a responsabilidade de participar de reuniões periódicas com a equipe de projeto, os componentes funcionaram como verdadeiros consultores que, diante de seus conhecimentos sobre as questões relativas à religiosidade e ao próprio movimento em defesa da Pedra de Xangô apontaram caminhos que contribuíram para a elaboração do diagnóstico e projeto executivo. Facilitando contatos com atores-chave, apresentando propostas, contestações para as questões de projeto (disposições, programa, materialidade) que iam surgindo ao longo do seu desenvolvimento.

Figura 33 – Reunião com Grupo de Trabalho (GT) Pedra de Xangô

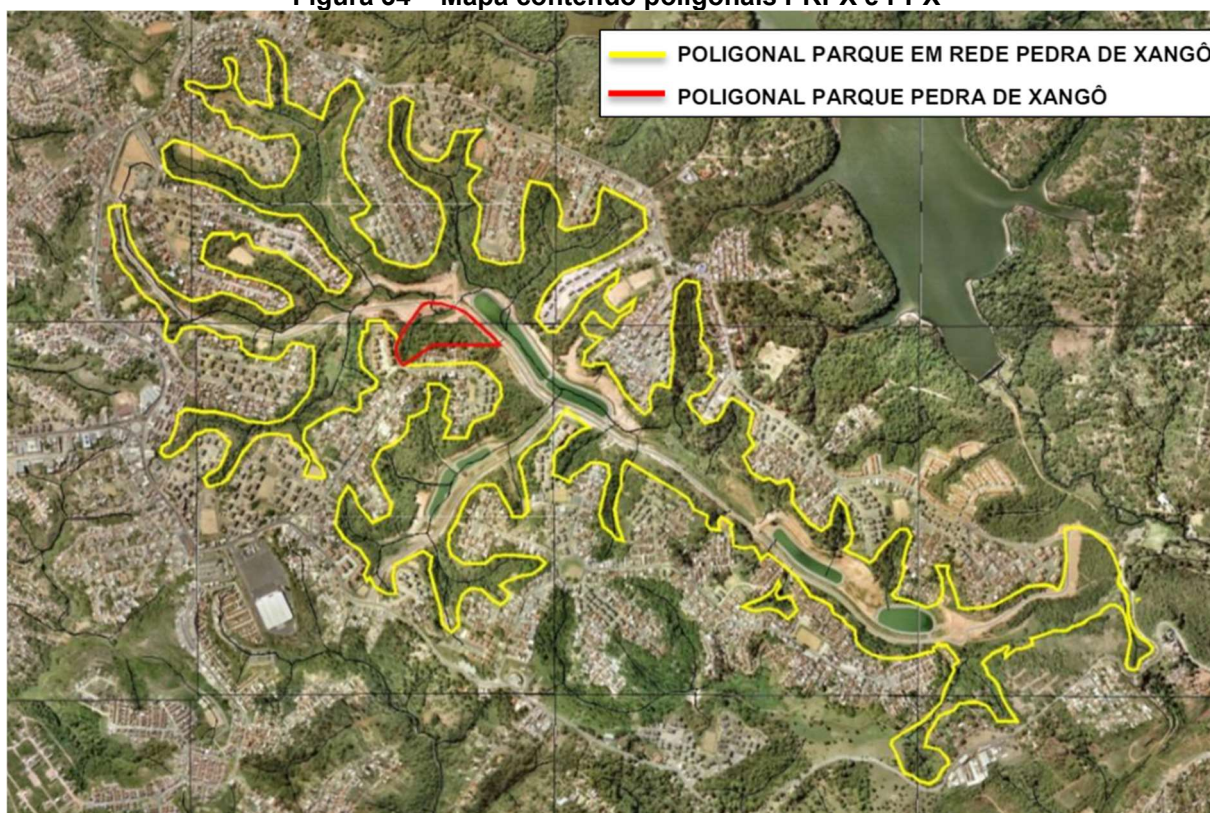


Fonte: Acervo FFA Arquitetura e Urbanismo

ii O diagnóstico socioambiental do Parque em rede Pedra de Xangô

O Parque Pedra de Xangô (PPX) faz parte de um ecossistema religioso muito maior que ele: o Parque em Rede Pedra de Xangô (PRPX), que se trata de uma poligonal com cerca de 150 hectares que compreende os fundos de vale com vegetação nativa das encostas do entorno da Avenida Assis Valente e engloba um ecossistema de pontos sagrados da maior relevância para os adeptos da religião de matriz africana (SALVADOR. FUNDAÇÃO MARIO LEAL FERREIRA, 2018). Essa área demarcada a partir da demanda e articulação popular (como será melhor apresentado no Capítulo 4) foi o objeto do diagnóstico contratado pela prefeitura através da Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF), enquanto as etapas de projeto se circunscreviam à área de entorno imediato da Pedra de Xangô (ver poligonais na Figura 34):

Figura 34 – Mapa contendo poligonais PRPX e PPX



**Fonte: Termo de Referência da Licitação
(SALVADOR. FUNDAÇÃO MARIO LEAL FERREIRA, 2018)**

O serviço da FFA Arquitetura e Urbanismo para a FMLF estava dividido em 4 etapas: Diagnóstico sociocultural ambiental de toda a área da APA do Vale da Assis Valente que conformou uma caracterização físico, social e cultural com especial

atenção para a área do PRPX, indicando diretrizes de preservação e intervenção na região e diretrizes mais específicas também para a área do PPX que seria o objeto das próximas etapas de projeto; Estudos Preliminares que definiu as principais diretrizes do projeto, partido, conceito, caráter da intervenção arquitetônica e urbanística; Projetos Básicos que envolveram o desenvolvimento dos projetos destes conceitos nos projetos setoriais de Urbanização, Geometria, Terraplanagem, Pavimentação, Paisagismo, Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário, Drenagem, Impermeabilização, Iluminação Pública, Manejo de Resíduos Sólidos, Arquitetura, Estrutura, Instalações, Prevenção e Combate a Incêndio e Orçamento Preliminar; e por fim os Projetos Executivos das mesmas disciplinas (SALVADOR. FUNDAÇÃO MARIO LEAL FERREIRA, 2018). Ao todo foram cerca de 15 meses de trabalho sucedido de algumas revisões e visitas para informais de acompanhamento do andamento da obra.

A participação social ocorreu, embora ainda tenha sido bastante limitada em virtude do tempo previsto para o desenvolvimento do projeto. Os diálogos aconteceram de forma muito mais intensa ao longo do desenvolvimento do diagnóstico e do estudo preliminar, quando as diretrizes conceituais foram definidas. Mas as trocas relativas à participação no processo de elaboração do projeto ficaram bastante focadas no contato direto com o GT, alguns de seus componentes e com figuras específicas da comunidade., Diálogos mais abertos aconteciam no encerramento de cada etapa do projeto e tinham um caráter muito mais consultivo do que efetivamente participativo.

O Diagnóstico do PRPX aconteceu entre os meses de agosto e outubro e contou com uma equipe multidisciplinar envolvendo arquitetos, geólogos, sociólogos, cientistas políticos e engenheiros, tendo sido construído através de análise documental, levantamentos de campo, entrevistas e reuniões com a comunidade. O documento priorizou na sua estrutura os aspectos físico-ambientais, socioeconômicos, institucionais, culturais, normativos e de infraestrutura (FFA ARQUITETURA E URBANISMO; SALVADOR. FUNDAÇÃO MARIO LEAL FERREIRA, 2018a).

Em síntese, o resultado do diagnóstico contou com uma série de mapas temáticos e com a apresentação de diretrizes para esse território que se fundamenta numa relação afro-religiosa e ambiental. As diretrizes apresentadas no diagnóstico,

resumidamente, eram: revisão da Poligonal do PRPX em virtude da descaracterização proporcionada pelas novas ocupações; a realização do Plano de Gestão e Manutenção do PRPX e Criação do Conselho Gestor; a realização de um Plano de Manejo para a APA e Zoneamento Ecológico; Participação da comunidade; Valorização da cultura africana e afro-brasileira; Plano de mobilidade; Implantação de equipamentos públicos para uso comunitário; Educação ambiental; Plano de Reassentamento para ocupações em situação de risco ou dentro dos limites da PRPX; Desativação das lagoas de estabilização e impedimento de novos empreendimentos habitacionais na área da PRPX. Além das diretrizes gerais o diagnóstico ainda apresentou uma proposta de zoneamento com diretrizes específicas e diretrizes direcionadas para cada um dos pontos sagrados, destacando a ameaça potencial generalizada em função dos avanços das ocupações nos seus entornos e a necessidade de cuidados especiais em função do risco de descaracterização e racismo religioso, recuperação ambiental, conservação ambiental e mapeamento e qualificação das nascentes (FFA ARQUITETURA E URBANISMO; SALVADOR. FUNDAÇÃO MARIO LEAL FERREIRA, 2018a).

iii As etapas de projeto

Com o encerramento do diagnóstico começou a ser desenvolvido o estudo preliminar e com isso um diagnóstico mais focado sobre o entorno imediato da Pedra de Xangô começa a se estruturar. O diálogo com o Grupo de Trabalho e com os diversos documentos produzidos anteriormente como a tese de Maria Alice (SILVA, 2017), o parecer da Fundação Gregório de Matos (FGM)³⁴ de solicitação do tombamento (FUNDAÇÃO GREGÓRIO DE MATOS. SALVADOR, 2016) e parecer técnico do professor da Universidade Estadual da Bahia (UNEB) Luiz Antônio de Souza foram fundamentais para consolidar as diretrizes do projeto (DE SOUZA, 2016).

Fica evidenciado nessa etapa de projeto a constituição de duas grandes ameaças que precisavam ser mitigadas, a primeira delas dizia respeito à proximidade da via coletora Avenida Assis Valente com a Pedra de Xangô, graças à via a rocha esteve vulnerável aos atos de racismo religioso anteriormente mencionados. E além

³⁴ Órgão vinculado à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (Secult), responsável pelo desenvolvimento de políticas culturais na cidade de Salvador.

disso, a via oferecia uma condição de profunda vulnerabilidade para os praticantes de religião de matriz africana, riscos de acidente, falta de privacidade, e da constituição de uma paisagem adequada para a realização das práticas religiosas.

A segunda ameaça dizia respeito aos contínuos processos de ocupação e supressão de mata nativa que estavam ocorrendo na crista da encosta, como ilustrado no diagrama da Figura 35.

Figura 35 – Diagrama de ameaças do Parque Pedra de Xangô



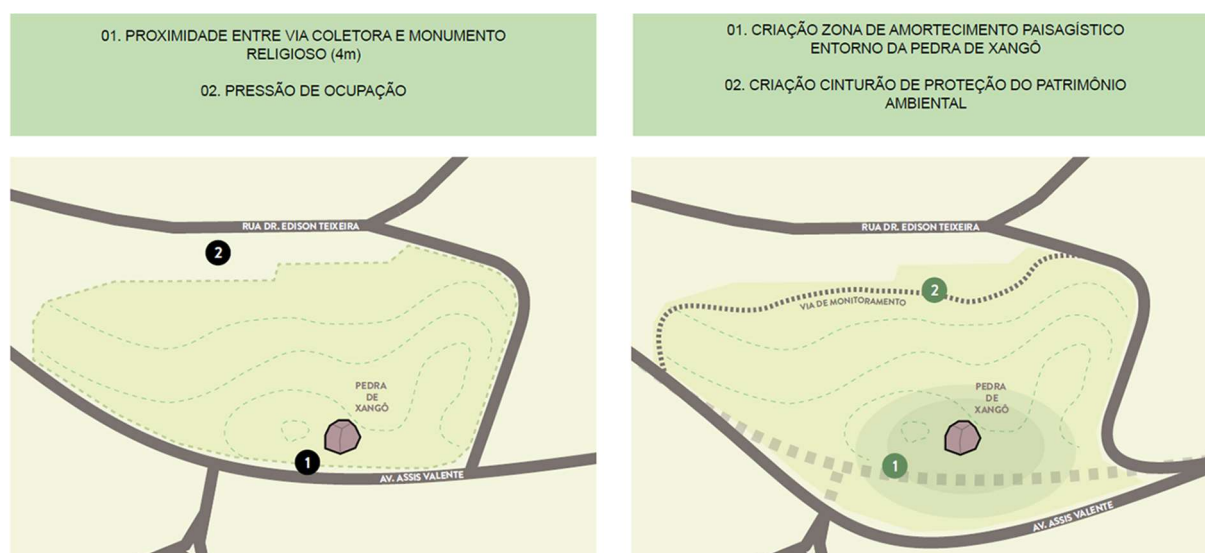
Fonte: Estudo Preliminar PPX (FFA ARQUITETURA E URBANISMO; SALVADOR. FUNDAÇÃO MARIO LEAL FERREIRA, 2018a)

Diante dessas ameaças fica identificado que as diretrizes fundamentais do partido urbanístico (Figura 36) seriam o deslocamento da avenida sendo essa a única possibilidade de garantir o mínimo de qualidade ambiental necessária no entorno imediato da rocha; e a criação de um cinturão de proteção e identificação dos limites do parque a “trilha de monitoramento”, ver esquemas representados na figura 36 (FFA ARQUITETURA E URBANISMO; SALVADOR. FUNDAÇÃO MARIO LEAL FERREIRA, 2018b).

Ainda nessa etapa do projeto foi definido conjuntamente o conceito da composição paisagística baseada na ideia de que o equipamento deveria funcionar como um espaço de divulgação da memória e da cultura negra como um instrumento de educação antirracista, ao mesmo tempo que deveria garantir respeito às práticas

religiosas da praça a partir da ideia dos diferentes níveis de intimidade e visibilidade que a praça deveria possuir na sua configuração paisagística (Figura 37). Na camada de vivência os espaços deveriam ser pensados para os eventos que já aconteciam no entorno da Pedra de Xangô, espaços de grande visibilidade e preparados para receber práticas como o Xirê, o samba, giras, capoeiras e outras práticas que costumavam ou poderiam vir a ocorrer nas proximidades da Pedra de Xangô. Na camada de memória a história da Pedra de Xangô e da resistência negra seriam contadas através de um caminho que atravessava a edificação e os espaços livres do parque. E na camada de intimidade caminhos menos visíveis deveriam possibilitar a conexão com nascentes e árvores e folhas sagradas, garantindo uma relação mais íntima com o sagrado (FFA ARQUITETURA E URBANISMO; SALVADOR. FUNDAÇÃO MARIO LEAL FERREIRA, 2018b).

Figura 36 – Diagrama Ameaças x Diretrizes do Estudo Preliminar



Fonte: Estudo Preliminar PPX (FFA ARQUITETURA E URBANISMO; SALVADOR. FUNDAÇÃO MARIO LEAL FERREIRA, 2018a).

Nesta etapa foi definido também o programa e a distribuição preliminar dos espaços dos projetos arquitetônico e urbanísticos conforme figuras 38, 39, 40 e 41 ((FFA ARQUITETURA E URBANISMO; SALVADOR. FUNDAÇÃO MARIO LEAL FERREIRA, 2018b)). Como pode ser visto na Figura 38, a ideia de circularidade foi um elemento chave da composição do desenho urbano, essa é uma questão que se fundamenta no fato de que boa parte das apropriações públicas das práticas culturais negras como o samba e a capoeira se distribuem de forma circular.

Figura 37 – Diagrama de composição paisagística.

A primeira, *Camada de Vivência*, se desenvolve através de caminhos e espaços de convergência onde se é possível ter a experiência cotidiana da cultura afro-brasileira. Por ser vista como uma conformação típica nas expressões culturais de origem africana (samba de roda, jongo, gira, xirê, etc) o círculo é a geometria base da composição;



Na *Camada de Memória*, uma fita que se projeta hora como piso, hora como banco, hora como cobertura serve de suporte para a exposição da memória afro-brasileira utilizando a rocha, água e vegetação como parte do acervo que conta a história das religiões de matriz africana.



Na *Camada de Intimidade*, trilhas mais estreitas criam espaços de penetração na mata, onde será possível ter encontros mais sossegados e intimistas com a natureza e com o sagrado.



Fonte: Estudo Preliminar PPX (FFA ARQUITETURA E URBANISMO; SALVADOR. FUNDAÇÃO MARIO LEAL FERREIRA, 2018a).

Figura 38 – Planta Geral Parque Pedra de Xangô.

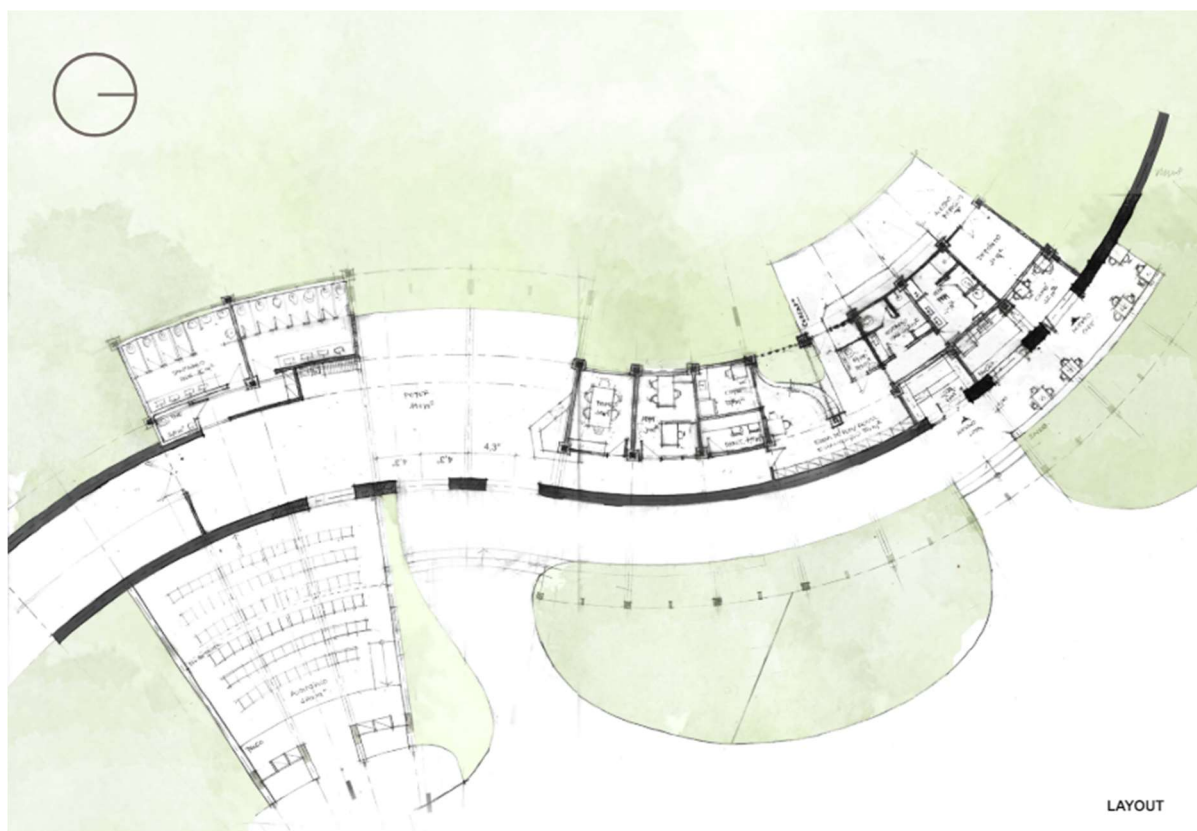


Fonte: Estudo Preliminar PPX (FFA ARQUITETURA E URBANISMO; SALVADOR. FUNDAÇÃO MARIO LEAL FERREIRA, 2018a).

Outro princípio importante é a ideia de respeito à paisagem preexistente e a ideia de que a edificação deveria ter o menor impacto possível na paisagem, assumindo uma posição discreta frente à protagonista do parque, a Pedra de Xangô e garantindo também o uso de materiais naturais e que dialogassem com as tradições de matriz africana, a arquitetura de terreiro e outras arquiteturas afro-referentes. Além disso foi prevista a implantação de um teto jardim e a elaboração de todo um projeto de plantio baseado no uso de espécies sagradas (FFA ARQUITETURA E URBANISMO; SALVADOR. FUNDAÇÃO MARIO LEAL FERREIRA, 2019a).

Todo o processo de desenvolvimento do projeto teve um amplo diálogo com as autoridades religiosas e com o entendimento da centralidade do sagrado. Embora isso não seja apresentado ao longo dos relatórios de projeto, muitas são as falas da equipe técnica que mencionam a interação com o sagrado, alguns relatos podem ser lidos em SILVA (2024), configurando o que a autora definiu como sendo a governança espiritual operando na produção espacial do parque.

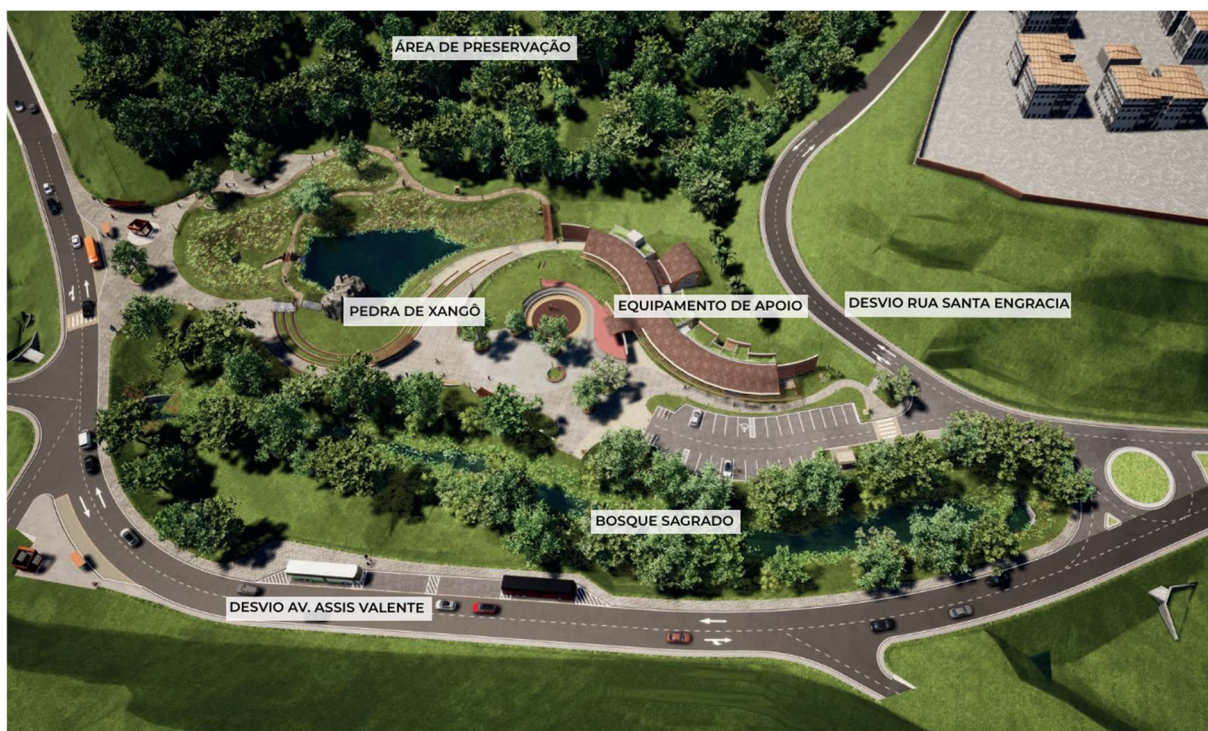
Figura 39 – Planta de Layout da edificação de apoio do Parque Pedra de Xangô.



Fonte: Estudo Preliminar PPX (FFA ARQUITETURA E URBANISMO; SALVADOR. FUNDAÇÃO MARIO LEAL FERREIRA, 2018a).

Após a aprovação da proposta na reunião aberta que ocorreu ainda no final de 2018, o projeto seguiu para as etapas de desenvolvimento nos projetos básico e executivo. O conceito permaneceu basicamente o mesmo, mas retomando aos projetos para fazer uma breve análise comparativa podemos dizer que do ponto de vista urbanístico foram removidos o pontilhão de acesso central e foram feitas algumas reconfigurações do traçado, como pode ser visto na Figura 40.

Figura 40 – Perspectiva Geral do Parque Pedra de Xangô.



Fonte: Projeto Executivo PPX (FFA ARQUITETURA E URBANISMO; SALVADOR. FUNDAÇÃO MARIO LEAL FERREIRA, 2019b).

O projeto arquitetônico também sofreu pequenas alterações, dentre as mais significativas estão a remoção do mirante que conectava com a rua Santa Engrácia, a inversão da posição do auditório aumentando a relação do trecho coberto da área de circulação/exposição coberta com a Pedra de Xangô e por último, uma maior fragmentação das salas do setor administrativos para maior integração com os jardins semi-internos (Figura 41).

Figura 41 – Planta de Layout da edificação de apoio do Parque Pedra de Xangô.



Fonte: Acervo FFA Arquitetura e Urbanismo.

iv Breves relatos de obra e pós-inauguração

Com relação obra e inauguração boa parte dos registros do processo são memórias, anotações e fotografias (ver Figura 42, Figura 43 e Figura 44) registradas ao longo da construção do parque em visitas realizadas espontaneamente.

Primeiro é importante pontuar que a obra passou a ser responsabilidade da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas (SEINFRA), uma secretaria menos envolvida com o processo de desenvolvimento do projeto, o que na minha leitura gerou um certo afrouxamento com relação a algumas das questões cuidadosamente definidas em projeto. A exemplo da determinação de intervenção manual no trecho de mata (FFA ARQUITETURA E URBANISMO; SALVADOR. FUNDAÇÃO MARIO LEAL FERREIRA, 2019b), que foi desrespeitado provocando um desmatamento maior do que estava previsto em projeto conforme é possível ver fotografia da Figura 45.

Figura 42 – Fotografia do acesso em construção



Foto: Flávio Carvalho, acervo FFA Arquitetura e Urbanismo, junho de 2021

Figura 43 – Fotografia área do anfiteatro



Foto: Flávio Carvalho, acervo FFA Arquitetura e Urbanismo, junho de 2021

Figura 44 – Pedra de Xangô e edificação de apoio em segundo plano.



Foto: Flávio Carvalho, março de 2022.

Figura 45 – Desmatamento resultante do uso de maquinário para a construção do trecho aberto da camada de memória.



Foto: Flávio Carvalho, acervo FFA Arquitetura e Urbanismo, maio de 2021.

Fazendo uma breve análise comparativa com o que estava previsto em projeto, e o que vemos atualmente no parque podemos identificar que as principais ausências são o projeto expográfico da camada de memória que não foi realizado e tão pouco implantado e a aparente ausência da execução de parte do projeto paisagístico, o que inclui principalmente a ausência do teto jardim e de parte das espécies previstas em projeto. Outra ausência marcante é da via de monitoramento e sinalização dos limites do parque.

Nas visitas de campo realizadas após a inauguração pode-se visualizar a realização de um espaço que atende as demandas dos eventos comunitários. A última ida a campo ocorreu no dia 21 de janeiro de 2024 quando houve a plantação de um Baobá. Desde a inauguração do parque não há mais registros de atos de racismo religioso na Pedra de Xangô como aqueles vistos ao longo dos anos 2010.

Embora a implantação do Parque Pedra de Xangô represente uma conquista importante é necessário compreender que uma série de contradições e controvérsias se desenrolaram ao longo desse processo. Pretendemos fazer esse retorno no capítulo 4.

Figura 46 – Relação da Pedra de Xangô com as arquibancadas.



Foto: Flávio Carvalho, março de 2022.

A história da Pedra de Xangô pode ser contada de várias formas, optei aqui por, além de reorganizar as informações disponíveis em diversas pesquisas e documentos disponíveis, trazer fatos e elementos que marcaram a minha prática profissional e que, acredito, trazem muitas informações interessantes sobre o processo de elaboração do projeto urbanístico, tecnologias e controvérsias. A seguir trataremos de forma mais aprofundada do referencial teórico mobilizado e de uma abordagem crítica sobre o encontro entre tecnologia, urbanismo e justiça espacial, um debate fundamental para consubstanciar, através da Pedra de Xangô, o argumento da necessidade de reconfiguração do imaginário tecnológico no urbanismo.

Figura 47 – Imagem aérea depois da implantação do parque.



Foto: Acervo de Maria Alice Pereira, 2022

3 ABALANDO IMAGINÁRIOS: URBANISMOS, TECNOLOGIAS, E JUSTIÇA ESPACIAL.

A história da filosofia ocidental dominante criou divisões entre razão e mito de modo que a ideia de imaginário adquiriu uma posição marginal na produção do conhecimento, algo que deveria ser reprimido ou desqualificado para que pudéssemos encontrar a razão (FELINTO, 2003). Ainda que a modernidade tenha tentado cortar os laços com fontes vitais da imaginação mítica imagens lúdicas como as fotomontagens arquitetônicas e as promessas de cidades robóticas e pacificadas através de artefatos tecnológicos são exemplos que ilustram a ideia dominante de que novas tecnologias sempre serão capazes de solucionar magicamente os mais profundos problemas sociais e criar um paraíso democrático sem distinção de gênero, raça e classe.

Se o imaginário um dia foi apresentado pela ciência moderna como algo apartado da razão, é no mito que reside a mais profunda verdade do espírito, o remédio para a ansiedade das incertezas e a constituição dos elementos que estão na origem da ciência e do pensamento filosófico, e que nos fazem optar por determinado sistema técnico e desafios tecnológicos (FELINTO, 2003).

A utopia tecnológica remete a um desejo ancestral de reconciliação entre humano e natureza e a não racionalização da sua esfera mítica, nos leva a criar um imaginário tecnológico fetichizado onde a tecnologia apresenta suas finalidades em si mesma atuando em serviço das classes que detém o controle das definições de suas reais finalidades. Sendo na prática tal tecnofantasia apropriada para o agravamento das desigualdades socioespaciais (FEENBERG, 2010; FELINTO, 2003; KRAUS, 2022).

No urbanismo e no planejamento urbano a coisa não é diferente, o mito da tecnologia solucionista frequentemente corrobora para a construção de políticas, planos, programas de governo, voltadas para a exploração do imaginário de cidade tecnificada, pacificada e resolvida.

Mas será que a tecnologia se reduz à reprodução de ciberutopias estabilizantes dos processos de injustiça espacial? Nesta seção buscaremos explorar como **modernidade, neoliberalismo e smartcities** juntos caracterizam um urbanismo insuficiente para a promoção de justiça espacial e que se apropria do discurso

solucionador da tecnologia para promover “mudanças” que tem contribuído para o agravamento de problemas sociais. Discutiremos brevemente o conceito de tecnologia e os efeitos da tecnofantasia no urbanismo para que possamos subsidiar a ideia de que tecnologias transcendem a noção atribuída pela racionalidade moderna e que outras noções tecnológicas que superam o imaginário dominante sobre aquilo que pode ser considerado tecnologia e desenvolvimento se manifestam a todo momento e podem nos ajudar a traçar caminhos alternativos sendo úteis para pensarmos tecnologias urbanísticas de justiça espacial.

3.1 Desafios e Controvérsias Urbanísticas: Impasses da modernidade

O desenvolvimento urbano, ao longo da história, tem sido uma manifestação intrínseca à construção da sociedade, refletindo os valores, ideais e desafios elencados por quem o opera. No entanto, a narrativa do urbanismo solucionador tem, frequentemente, se desenrolado em muitas controvérsias e dilemas sociais, especialmente no que diz respeito à promoção da justiça espacial. Desde a ascensão das primeiras cidades planejadas até os modelos contemporâneos de smart cities, a trajetória do urbanismo carrega consigo não apenas a promessa de progresso, mas também o ônus de intensificar desigualdades e marginalizar comunidades.

Embora fale-se sobre a superação do estilo moderno no urbanismo e na arquitetura, a sociedade vive, em todos os campos do conhecimento, uma relação de continuidade com a racionalidade moderna³⁵. Através da ideia solucionista, do sentido linear do desenvolvimento, da supremacia das tecnologias “de ponta”, do poder inquestionável da racionalidade técnica e da padronização dos modos de vida vemos que o urbanismo “pós-moderno” continua reproduzindo muitos dos elementos que consolidam as suas relações com a modernidade. Apesar do distanciamento estilístico que as imagens podem parecer impor, o urbanismo continua, frequentemente, sendo uma ferramenta hostil de poder que nega existências e reproduz segregação, agravando relações de desigualdade social no espaço.

³⁵ Importante separar aqui os preceitos do estilo moderno de arquitetura e urbanismo, que é algo que está restrito e alinhado com às condições estéticas e aquilo que chamamos de racionalidade moderna, algo mais abrangente que não só dá origem ao estilo como também a toda a ciência moderna, nosso senso de tecnologia e desenvolvimento.

Quando olhamos a modernidade a partir de lentes críticas que desconsideram a possibilidade de ela ser o único caminho possível para o desenvolvimento, passamos a questionar uma série de impactos promovidos pela sua saga heroica. Olhemos para a cidade capitalista e sobre como ela funciona como plataforma para a tecnologia que reproduz pobreza e desigualdade espacial. O processo de urbanização tem sido frequentemente uma tecnologia que desterritorializa comunidades convertendo indivíduos em pobres urbanos:

A urbanização no Brasil é tardia. Ainda nas décadas de 1960 e 1970, havia campanhas para as pessoas saírem do campo e irem para os centros urbanos, o que acarretou um grande êxodo rural. Muita gente saiu da zona rural para liberar a área para o agronegócio e foi passar fome nas cidades. Ainda segundo Viveiros de Castro, o Brasil se especializou na produção de pobres. Nossa tecnologia para produzir pobreza é mais ou menos assim: a gente pega quem pesca e colhe frutos nativos, tira do seu território e joga nas periferias da cidade, onde nunca mais vai poder pegar um peixe para comer, porque o rio que passa no bairro está podre (Krenak et al., 2022, p. 29 a 30).

Podemos citar os mais diversos exemplos: A construção de grandes barragens como a da usina hidrelétrica de Belo Monte causando a destruição de comunidades e seus modos de vida, a quem atende esse desenvolvimento? A mineração de sal-gema nos subsolos de Maceió que desafetaram mais de 60 mil pessoas e renderam altos lucros à Braskem, a quem atende esse desenvolvimento? E sobre os processos de remoção que ocorrem no cotidiano de comunidades que estão obstaculizando os interesses de elites detentoras do potencial de lucro do solo urbano como o caso da Vila Autódromo, a quem interessa esse desenvolvimento?

A arquitetura (estende-se ao urbanismo) é uma forma política por imprimir força através de seus atos de construção e demolição. É uma prática instrumental para a modelagem e redistribuição de conjuntos corpóreos vivos e imateriais (MBEMBE, 2022). Quando tal ação política se constitui, se expressa, se reconfigura, atua e se reproduz, por meio de fraturas sociais e ambientais, entra em cena o que Mbembe chama de brutalismo: um processo bruto de reconstrução que por onde passa vai deixando seus rejeitos tóxicos à vida.

Tal modo de operar poderia ser uma exceção ao modo de produção humano, mas tem se consagrado como elemento central do desenvolvimento moderno, constituindo aquilo que pesquisadores têm recentemente chamado de Antropoceno, ou seja, a era geológica dos humanos, onde os rastros do nosso modelo de desenvolvimento

tornam-se irreversíveis para os viventes na terra (DE CASTRO COSTA, 2019; MBEMBE, 2022).

É necessário avaliar os ônus e os resultados quando falamos de desenvolvimento. O percurso linear de desenvolvimento tecnológico beneficia a quem? Que metas e noções de eficiência são privilegiadas? Se diferentes coletividades apontam para diferentes utopias, como pode um modelo baseado em eficiência e maximização de lucros agradar e pacificar as diferentes formas de relacionar com o mundo? É urgente compreender o papel uniformizante e os descaminhos do desenvolvimento e pensar em formas de ação que atendam demandas coletivas legítimas e frequentemente desconsideradas pela ação dominante, como exemplifica Krenak et al.:

“Temos que parar com essa fúria de meter asfalto e cimento em tudo. Nossos córregos estão sem respirar, porque uma mentalidade de catacumba, agravada com a política do marco sanitário, acha que tem que meter uma placa de concreto em cima de qualquer corrego, como se fosse uma vergonha ter água correndo ali. As sinuosidades do corpo dos rios é insuportável para a mente reta, concreta e ereta de quem planeja o urbano. Hoje, na maior parte do tempo, o planejamento urbano é feito contra a paisagem. Como reverter o tecido urbano industrial em tecido urbano natural, trazendo a natureza para o centro e transformando as cidades por dentro? (...) A cidade foi invadida pela indústria e pela produção e transformou a lógica de vida coletiva em vida privada. É precioso observar que os registros sobre os maias e os astecas falam de uma cultura com muita urbanidade, mas em um sentido expandido. Não evocam propriamente a cidade, mas um modo de ser e pertencer a uma dinâmica coletiva. Nesse sentido, os xinguanos, em suas cidades-jardim, também têm muita urbanidade.” (Krenak et al., 2022, p. 34 e 36)

Se a arquitetura e o urbanismo convencionais³⁶ têm atuado no sentido do agravamento dos problemas sociais, reproduzindo pobreza e racismo ambiental, então temos uma grave contradição no seu sentido constitutivo. O urbanismo, tal como o conhecemos e praticamos, muitas vezes tem sido um obstáculo para a promoção da justiça espacial. Isso poderia nos levar – e frequentemente nos leva – a pensar que meras inovações, reparos no sistema tradicional, progressão tecnológica

³⁶ Fazendo uma analogia ao conceito de tecnologia convencional de Dagnino (2004) denomina como tecnologia convencional, se constitui numa concepção científica direcionada para o benefício da empresa privada e centraliza o seu sentido de eficiência a finalidade de maximizar o lucro. Em oposição estaria a ideia de tecnologia social, ou seja, tecnologias orientadas para a inclusão social. Não nos apropriamos, neste trabalho do termo tecnologia social ou urbanismo social por acreditar que toda tecnologia - e consequentemente todo o urbanismo - é social, na medida em que é influenciado e impacta diretamente na construção da sociedade.

são suficientes para promover formas mais “sustentáveis” de desenvolvimento. Entretanto, inúmeras são as evidências da necessidade de reconfigurar radicalmente os processos que orientam o urbanismo contemporâneo.

Novos paradigmas, que vão além da ascensão neoliberal e o hiperdesenvolvimento de suas éticas em modelos urbanísticos, como as “cidades inteligentes” apresentam como mudanças incrementais continuam a perpetuar os nossos principais problemas sociais através de novos conflitos e formas expropriação e apagamento. Abordaremos alguns marcos na história recente do urbanismo, predominantemente corporativo, para mostrar como ajustes incrementais disfarçados de inovação têm corroborado para perpetuar os problemas que colocam o urbanismo neste lugar de inércia ou incapacidade de colaborar com uma transformação socioespacial de justiça espacial.

3.2 Inovações corporativas: A cidade inteligente no seio do agravamento das injustiças espaciais

A crise do regime fordista de acumulação, a ampliação das redes globais de troca e a consolidação da ideologia neoliberalizante do Estado mudaram significativamente o campo das ações governamentais na dimensão urbana e regional no final do século XX.

A partir daí, entra em vigor uma série de práticas de planejamento “estratégicas”, “sustentáveis”, que se alinham com a racionalidade neoliberal, se apropriam de táticas empresariais como o marketing urbano na busca de investimentos e recursos tecnológicos. A justificativa é que o “desenvolvimento” chegaria para aquela cidade que mostrasse maior potencial de competitividade e que isso impulsionaria a economia local. Nessa lógica o nexos central do urbanismo passa a ser a competitividade entre territórios, passando a cidade a figurar como uma mercadoria no mercado internacional (ARANTES; MARICATO; VAINER, 2013; FERNANDES, 2013). Fernandes (2013) denomina de Urbanismo Corporativo tal modelo de desenvolvimento urbano que se submete aos interesses empresariais e a racionalidade neoliberal.

A submissão do desenvolvimento urbano às lógicas de reprodução capitalista tem transformado a qualidade de vida urbana numa mercadoria para aqueles que têm dinheiro, de modo que vivemos cada vez mais em cidades fragmentadas, onde as ideias de cidadania encontram-se ameaçadas por uma ética neoliberal competitiva e

individualista. Neste modelo de produção urbana exclusiva, o direito à cidade (direito de construir à cidade, segundo nossos mais íntimos desejos) está cada vez mais confinado nas mãos de uma pequena elite que pode escolher e moldar o urbano segundo as suas necessidades particulares (HARVEY, 2014). O que observamos na prática do urbanismo de mercado são princípios gerais que na prática reiteram injustiças espaciais que se manifestam através de segregação, violação de direitos, devastação ambiental, etc. Conforme apontado por Fernandes:

“As políticas multiescalares desencadeadas a partir de então, coordenadas pelas regras rígidas do mercado e pelo chamado pós-fordismo financeirizado, baseiam-se em diversos arranjos institucionais, políticos e técnicos e em formulações estratégicas de planejamento urbano e regional. Elas alcançam um grau de generalidade tal que geram aquilo que poderia ser chamado de princípios globalizantes – mais ou menos desenvolvidos e mais ou menos articulados, em função da densidade da tessitura social e política de cada realidade – das políticas urbanas implementadas para a atração de investimentos: inserção competitiva do território, escalas crescentes, fragmentação, uso acentuado do fundo público, endividamento, papel decisivo do setor privado, produção sequenciada de normas e mecanismos de regulação, parcerias público-privadas, especulação, segregação, enclaves urbanísticos, violação de direitos, devastação ambiental, obsolescência precoce do construído.” (FERNANDES, 2013, p. 2)

Desde o surgimento do urbanismo corporativo, inúmeros estudos críticos têm abordado e denunciado os seus resultados contraditórios. A crença no imaginário solucionista, que é percebido como “pacificador”, “apolítico” e determinístico da agência técnico-científica, também tem sido destacada como um elemento estruturante do modelo que representa os interesses das classes dominantes. Já no final do século passado Villaça (1989 apud ARANTES; MARICATO; VAINER, 2013), identificava o “Plano Diretor³⁷” como um instrumento que era aprioristicamente considerado algo bom, correto e necessário em si, ainda que possa ser apropriado de formas distintas, inclusive autoritárias e monopolistas. Tal entendimento conferia credibilidade e autonomia aos técnicos e seus planos “solucionadores”. Para os leigos o plano diretor à época teria “poderes verdadeiramente mágicos”:

“O “planejamento urbano” ocupa um espaço mítico na mídia nacional (Villaça, 1989). É praticamente unânime uma surpreendente confiança no planejamento como solução racionalizadora para o caos em que se encontram as nossas cidades. Esse caos seria precisamente a expressão da falta de planejamento. Sem o reconhecimento dos conflitos profundos que constituem o motor dessa realidade urbana, a solução é uma questão de competência técnica.” (Arantes et al., 2013, p. 87)

³⁷ Instrumento urbanístico que aponta as ações para o desenvolvimento urbano de um município

Esse imaginário determinístico foi sendo transferido ao longo do tempo através de outras inovações urbanísticas além do Plano Diretor, como o Plano “Estratégico”, o Urbanismo “Sustentável” e o Urbanismo “Inteligente”. Todos se apresentando, ao seu tempo e em diferentes escalas, como soluções inquestionáveis para os problemas urbanos até serem denunciados pelas ações insubordinadas de moradores, movimentos sociais urbanos que reagem as práticas antidemocráticas, autoritárias, monopolistas, centradas nos interesses de mercado e pelos consequentes estudos críticos do campo.

A cidade inteligente, bem como outros modelos urbanísticos, tem trazido discursos solucionadores bastante apropriados à racionalidade moderna e à ética neoliberal, se tornando um caso emblemático das controvérsias que contornam o urbanismo contemporâneo. Apesar de o urbanismo inteligente ainda não ser uma prática representativa em termos numéricos (quando comparado às práticas mais convencionais) aqui no Brasil, a prática e a crítica ao urbanismo inteligente têm ganhado cada vez mais força pela forma como acentua radicalmente as ferramentas que possibilitam a apropriação urbana a partir de uma lógica de mercado amparada no contexto técnico atual ainda mais passível de exercer extração, acumulação e colonização em nível global.

Se ainda identificamos experiências “analógicas” de práticas corporativas que influenciam fortemente a produção urbana contemporânea do contexto brasileiro, começam também a proliferar no Brasil novos aparatos como projetos, planos e programas baseados em ferramentas de controle e dominação mais sofisticadas, que utilizam tecnologias da informação e comunicação, dados, responsividade algorítmica e outras inovações. Têm sido cada vez mais recorrente projetos “inteligentes” como o projeto de monitoramento SmartSampa³⁸ da cidade de São Paulo, que custará mais de 9 milhões mensais para os cofres públicos da cidade, Planos de Cidade Inteligente

³⁸ ARCOVERDE, Leo. Prefeitura de SP assina contrato para instalar sistema de reconhecimento facial e prevê 200 câmeras até outubro no Centro contra tráfico de drogas. G1 São Paulo. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/08/07/prefeitura-de-sp-assina-contrato-para-instalar-sistema-de-reconhecimento-facial-e-preve-200-cameras-ate-outubro-no-centro-contra-trafico-de-drogas.ghtml> . Acesso em: 22 agosto de 2023.

como os desenvolvidos em Salvador³⁹, Niterói⁴⁰, Pindamonhangaba⁴¹. Ações que se apropriam do discurso determinista de que a inovação tecnológica implica necessariamente em progresso e desenvolvimento, transferindo parte da gestão pública para a iniciativa privada (BRIA; MOROZOV, 2020) e que na prática tem reproduzido e fortalecido a submissão da produção urbana às lógicas corporativas (HOLLANDS, 2015).

Se por um lado o Estado, afetado por um contexto de cortes orçamentários, se vê capturado pela lógica neoliberal embarcando em competições por melhores condições de acesso a financiamento, por outro lado rentistas, consultorias especializadas (ex.:McKinsey, Ernst & Young) e provedores globais de tecnologia (ex.: IBM, Siemens) “surfam” nas novas possibilidades de lucro, tornando-se, através do discurso de “melhores práticas” atores dirigentes sobre aquilo que deverá ser feito no espaço urbano (KRAUS, 2022).

Podemos dizer que essa é versão contemporânea proeminente do urbanismo corporativo e que seu novo rótulo “urbanismo inteligente” mais uma vez se apresenta como caminho inevitável para a solução dos problemas urbanos contemporâneos fortemente embasado em um imaginário pactuado como positivo pela sociedade (KRIVÝ, 2018). Bria e Morozov (2020) identificam o imaginário “smart” como associado a qualquer tecnologia avançada divulgada como o “apogeu lógico da tecnologia das cidades” e reconhecida por otimizar o uso dos recursos urbanos, produzir novas riquezas, condicionar comportamentos, incrementar ganhos como flexibilidade, segurança e sustentabilidade, através de dispositivos “inteligentes”, conectividade, sensores e telas, representando uma noção de governança pragmática desejável.

Em complementação Kitchin (2015), apresenta o termo *smart* como sendo frequentemente evocado através de 6 sentidos de “esperteza”: *smart economy*, *smart*

³⁹ Disponível em: <https://semit.salvador.ba.gov.br/plano-diretor-de-tecnologias-traca-estrategias-e-acoes-para-tornar-salvador-uma-cidade-inteligente/>. Acesso em: 22 agosto de 2023.

⁴⁰ Disponível em: <https://www.niteroi.rj.gov.br/2023/02/02/prefeitura-de-niteroi-lanca-plano-de-cidade-inteligente-humana-e-sustentavel/>. Acesso em: 22 agosto de 2023.

⁴¹ Disponível em: <https://www.pindamonhangaba.sp.gov.br/cidade-inteligente> . Acesso em: 22 agosto de 2023.

government, smart mobility, smart environments, smart living e smart people. O que se resume em promessas para resolver os problemas urbanos, reduzindo custos, incrementando o crescimento econômico e a resiliência, produzindo sustentabilidade, melhorando serviços, participação e qualidade de vida, através de um senso de responsividade pragmática, neutra, supostamente apolítica, utilizando uma base massiva de dados, análise, governança algorítmica em conexão com a rede de infraestruturas urbanas (KITCHIN, 2015).

As soluções “inteligentes”, embora apresentem aparência de novidade, preservam muitas das preocupações apontadas pelos críticos do Urbanismo Corporativo. Isso é evidente tanto no discurso, que enfatiza a competitividade urbana, a redução de gastos públicos e na atração de investimentos privados para impulsionar a economia local, quanto nas práticas e impactos observados na terceirização e alienação de funções públicas, submissão política à lógica de mercado, reprodução de desigualdades, etc. (BRIA; MOROZOV, 2020; HOLLANDS, 2020).

No que diz respeito aos exemplos dessa materialização, podemos destacar a sofisticação das feiras, exposições e rankings de cidades “inteligentes” promovidos por uma indústria de empresas de consultoria que não apenas definem as melhores soluções, mas também as comercializam para as próprias cidades. Um exemplo brasileiro é o caso da empresa de consultoria Urban Systems.

A questão das consultorias e das parcerias público-privado se agrava no modelo “inteligente”. Agora, além de oferecer serviços como estratégias, planos, gestão e provisão de infraestruturas que possibilitem a adaptação a esse modelo, devido a especificidade da tecnologia reificada, poucas gigantes do Vale do Silício, como Google, Siemens e IBM, tornam-se cada vez mais capazes de monopolizar o controle da gestão urbana baseada nessa lógica (BRIA; MOROZOV, 2020).

Apesar de já ser um problema por tudo o que já foi mencionado, a introdução das Tecnologias da Informação e Comunicação no contexto do urbanismo “inteligente” não apenas renova e potencializa práticas antigas, mas também introduz novas ameaças como por exemplo: (i) aponta para uma compreensão da cidade como um conjunto de sistemas conhecíveis, mecânicos gerenciáveis, como uma máquina; (ii) costuma negar história e espaço, configurando-se através de noções homogeneizantes; (iii) possui uma visão de que soluções técnicas são suficientes para resolver os complexos problemas urbanos, promovendo formas de governança

excessivamente tecnocráticas; (iv) tende a reproduzir desigualdades sociais e espaciais; (v) falha no conhecimento profundo sobre as limitações dos dados urbanos; (vi) aposta na excessiva conexão com interesses corporativos; (vii) hackeabilidade dos sistemas digitais; (viii) e consequências éticas do ponto de vista da vigilância e da governança antecipada (KITCHIN, 2015).

Com isso, entendemos que a apropriação hegemônica das TICs nas questões urbanas através da lógica “*smart*” é uma continuação potencializada e expandida das mesmas pautas neoliberais de privatização e terceirização (BRIA E MOROZOV, 2020,). A principal diferença aqui é a centralidade exacerbada de um conjunto específico de tecnologias, as chamadas tecnologias da informação e comunicação (TICs). Nessa fase do urbanismo neoliberal, o discurso determinista e inexorável de inovação, antes imputado a outras manifestações tecnocientíficas, ganha ainda mais força no seu caráter fetichista pela diversidade e velocidade das inovações (big-data, internet das coisas, tecnologias de vigilância, reconhecimento facial, 5G) que se tornam cada vez mais incógnitas ao olhar das pessoas comuns, criando uma cortina de fumaça cada vez mais densa e impulsionadora da lógica tecnocrática.

É possível afirmar, conforme o que já foi apresentado ao longo desta seção, que as formas como as infraestruturas tecnológicas geralmente se configuram hoje, estão bastante alinhadas com os dogmas do neoliberalismo e têm dificultado as possibilidades de experimentação política e econômica fora dessa lógica. Entretanto não podemos fazer afirmações categóricas de causalidade a respeito das infraestruturas tecnológicas e das pautas da política urbana, já que as interações entre elas geram interpretações que variam em função do arranjo sociopolítico no qual se integram (BRIA; MOROZOV, 2020). Pensar na política dos artefatos tecnológicos e na complexidade dos arranjos possíveis entre sociedade e tecnologia nos faz concluir que não é impossível pensar a apropriação contra-hegemônica das TICs direcionadas para a justiça espacial:

“tudo indica que as infraestruturas tecnológicas configuradas de modo mais alinhado com os dogmas do neoliberalismo (...) dificultarão as experimentações de cidades com políticas e medidas econômicas não neoliberais. O contrário, felizmente, também é verdadeiro: infraestruturas tecnológicas desenvolvidas com base em princípios que se distanciam das ideias-chave do neoliberalismo (privatização, valorização do empreendedorismo acima de todas as outras formas de atividade econômica e social, rejeição da justiça social como objetivo legítimo das políticas públicas etc.) ajudarão a amplificar e a consolidar os esforços de cidades que

buscam deixar o modelo neoliberal para trás em esferas não tecnológicas.”
(Bria e Morozov, 2020, p. 20 e 21)

Entretanto, embora acreditamos que é possível identificar apropriações contestatórias das TICs - em ações promovidas pelo Estado e por movimentos sociais como em propostas de regime alternativo de propriedade de dados, uso de serviços de código aberto, controle das plataformas digitais, construção de infraestruturas digitais alternativas, desenvolvimento de modelos cooperativos, geração cidadã de dados, ativismo de dados e etc (BRIA; MOROZOV, 2020; DE-LIMA-SANTOS; MESQUITA, 2023) – é necessário repensar questões anteriores relativas ao imaginário tecnológico e toda a racionalidade que impera sobre aquilo que pode vir a ser considerado como uma tecnologia e um projeto de futuro válido. Acreditamos que a ideia dominante de tecnologia e inovação baseada na racionalidade moderna tem estruturado um modelo de desenvolvimento autodestrutivo e individualista que se mantém reconfigurando práticas de urbanismo que continuam promovendo o agravamento das injustiças espaciais. Por isso, na sessão seguinte, trataremos das contribuições do campo da Ciência Tecnologia e Sociedade (CTS) no sentido de compreendermos melhor o imaginário dominante sobre tecnologia e inovação e caminhos para disputar seu sentido, e confrontar este, que acreditamos ser um pilar estruturante das formas corporativas de atuação no espaço urbano.

3.3 Tecnofantasia moderna, tecnologia e tecnodiversidade.

Tecnologia é um termo multifacetado ao longo da história cujo debate sobre seu sentido tem sido disputado através de diversas vertentes do conhecimento, sendo o conceito, frequentemente, confundido com a ideia de ciência, de técnica ou artefato tecnológico.

As perspectivas variam num espectro que varia entre aquelas que a tratam como um resultado evolutivo da ciência, um mero instrumento ou artefato capaz de realizar o incremento de uma determinada eficiência e aquelas que compreendem os processos sociais e políticos como fundamentais para a sua constituição. Cada sentido traz consigo uma carga política, uma visão que amplia ou reduz as possibilidades de entender a tecnologia como uma possibilidade de transformação social.

Embora diversas sejam as concepções sobre tecnologia, o imaginário tecnológico, ou seja, a forma como as tecnologias são assimiladas, pensadas e disseminadas no interior da cultura ocidental dominante (FELINTO, 2003) reproduzem o mito da tecnologia apolítica, uma utopia tecnológica que a introduz como solução mágica para os problemas da modernidade. Nas palavras de Felinto (2003) uma **tecnofantasia**. Essa tecnologia fetichizada cria uma finalidade pública dissimulada em que seu autodesenvolvimento seria o suficiente para desempenhar o seu papel salvador, criando com isso um véu de ignorância que resguarda para as classes dominantes, que detêm o seu controle, a determinação daquilo que é validado enquanto finalidade e sentidos de eficiência como ilustrado na Figura 48 (FEENBERG, 2010; FELINTO, 2003; KRAUS, 2022).

Figura 48 - Ilustração - Imaginário solucionista como forma de dominação



Fonte: Desenvolvido pelo autor

No discurso corporativo e na noção dominante as tecnologias são apresentadas como apartadas da sociedade e suas relações de poder. Uma força autônoma capaz de nos direcionar para o único caminho racional possível. Linear e progressivo o caminho do desenvolvimento e da resolução de todos os problemas, sendo as novas tecnologias publicamente celebrada como uma força autônoma capaz de nos direcionarmos para o destino social desejável de modo que somos levados a acreditar que não há desafio social que não possa ser resolvido pela tecnologia (FEENBERG, 2003, 2010; FOUCHÉ, 2006; KRAUS, 2022).

A própria ideia de modernização pode ser lida como uma espécie de colonização tecnológica, um processo de sincronização global onde determinados conhecimentos são priorizados em função das suas capacidades de fortalecer dinâmicas econômicas e políticas dominantes, deslegitimando qualquer outro sistema técnico que não esteja alinhado ou possa ser incorporado aos seus princípios. Um sistema de controle baseado em tecnologia que opera através do consenso sobre a priorização de uma racionalidade dominante que consolida a hegemonia através da introjeção nos sistemas técnicos de valores que são caros para a reprodução de suas próprias práticas de domínio (HUI, 2020; PARRA, 2022). Um processo de sincronização que absorve outras formas de pensar e a reflexão crítica, tornando-nos apáticos aos processos de dominação e destruição da lógica dominante, produzindo a sua naturalização e uma progressiva dormência política (HUI, 2020; KRENAK, 2017):

“A modernização como globalização é um processo de sincronização que faz com que diferentes tempos históricos convirjam em um único eixo de tempo global e prioriza tipos específicos de conhecimento como força produtiva principal. Esse processo de sincronização é possibilitado pela tecnologia, e é também nesse sentido que entendemos aquilo que Heidegger afirma em “O fim da filosofia e a tarefa do pensar”, de 1964, no sentido de que “o fim da filosofia revela-se como o triunfo do equipamento controlável de um mundo técnico-científico e da ordem social que lhe corresponde.” (Hui, 2020 p. 10)

“Porque, da mesma maneira que a gente pode naturalizar a vida numa tela e se fundir com a experiência virtual, nós também naturalizamos, desde o final do século XX, o uso de um monte de máquinas como se fossem próteses do nosso corpo (...) nós estamos virando todos involuntários de um mundo que naturalizou mil traquitanas como extensões nossas. Assim, o tal do progresso vai comandando a gente, e seguimos no piloto automático, devorando o planeta com fúria.” (Krenak et al., 2022, p. 28)

Embora a questão da eficiência seja frequentemente acionada como justificativa para os critérios de desenvolvimento tecnológico, ela emerge a partir de lógicas de poder, finalidades deliberadas, na maior parte das vezes de forma autoritária e alicerçadas em conjunturas técnicas que operam a partir e para a reprodução da lógica dominante (FEENBERG, 2010). A delegação técnica é frequentemente acionada como forma de consolidar e legitimar um sistema de controle hierárquico, resultado de sucessivas seleções de alternativas tecnológicas que favorecem determinadas relações de poder (FEENBERG, 1994; PARRA, 2022).

Ainda que diversos estudos críticos apontem as contradições tecnológicas desvelando o potencial destrutivo da racionalidade moderna e tecnocrática,

permanece no senso comum uma noção deterministicamente positiva da tecnologia, como se questões como política, poder e desigualdades não fossem fundamentais para definir modelos tecnológicos (FEENBERG, 2003, 2010; FELINTO, 2003). Fato é que, baseado num longo processo de dominação, a tecnofantasia é amparada por um poderoso regime de verdade, onde inovar, ou seja aprimorar incrementalmente a eficiência da tecnologia dominante, mesmo diante de exemplos frustrantes, remete a uma obrigação social da qual não é possível discordar ou escapar (FONTENELLE, 2012). Consolidando a tecnologia – bem como outras palavras chave parceiras como inovação, criatividade, empreendedorismo – como a representação da solução para todos os problemas capaz de despolitizar e anula o questionamento sobre qualquer alternativa de solução.

A progressiva emergência do debate se revela na arquitetura, no urbanismo e nos mais diversos campos do saber e da ação onde são recorrentes processos em que o discurso solucionador e deterministicamente positivo da tecnologia é utilizado para validar ações que recaem no agravamento de problemas sociais e injustiças espaciais.

“A tecnologia é uma das maiores fontes de poder nas sociedades modernas. Quando as decisões que afetam nosso dia-a-dia são discutidas, a democracia política é inteiramente obscurecida pelo enorme poder exercido pelos senhores dos sistemas técnicos: líderes de corporações, militares e associações profissionais de grupos como médicos e engenheiros. Eles possuem muito mais controle sobre os padrões de crescimento urbano, o desenho das habitações e dos sistemas de transporte, a seleção das inovações, nossa experiência como empregados, pacientes e consumidores do que o conjunto de todas as instituições governamentais de nossa sociedade.” (Feenberg, 2010)

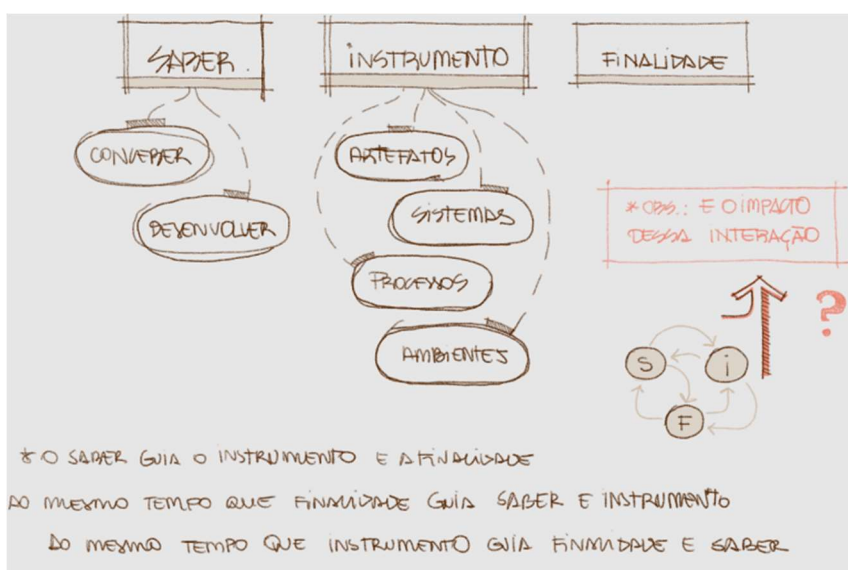
Isso significa dizer que, por um lado, a esfera científico-tecnológica se conforma aos imperativos econômicos, políticos e sociais, internalizando as características fundamentais desse contexto. E, por outro lado, qualquer sistema tecnológico desencadeia complexas mudanças sistêmicas no âmbito social (SILVA; KRAUS; DA SILVA, 2023). O que abre precedentes para validar a avaliação crítica sociológica da tecnologia e provocar as possibilidades de outras práticas, como sintetiza Feenberg:

“Se a hierarquia social autoritária é verdadeiramente uma dimensão contingente do progresso técnico, como acredito, e não uma necessidade técnica, então deve haver um modo alternativo de racionalizar a sociedade que leve à democracia (...)” (FEENBERG, 2010, p. 3)

Cientes do papel político do sentido universalizante da tecnologia dominante (ou tecnologia convencional⁴² nas palavras de Dagnino) e da sua pretensa, porém infundada, universalidade, buscaremos aqui confrontar o caráter pretensamente universal de tecnologia. Para isso primaremos por uma abordagem abrangente de seu sentido que leve em consideração os impactos da interação entre sociedade, política, poder, sistemas, artefatos e etc. e que nos permita operacionalizar caminhos alternativos ao do formato dominante. Pegando carona na definição de Veraszto et al, definimos tecnologia então como “um conjunto de saberes inerentes ao desenvolvimento e concepção dos instrumentos (artefatos, sistemas, processos e ambientes) criados pelos humanos através da história para satisfazer suas necessidades e requerimentos pessoais e coletivos” (Veraszto et al., 2009, p. 38).

A partir do conceito apresentado por Veraszto et al podemos delimitar tecnologia a partir de três elementos: (i) o saber que envolve a realização da tecnologia; (ii) o instrumento que possibilita a sua aplicação; e (iii) a finalidade que justifica o seu uso. A o diagrama da figura 49 representa essa estrutura conceitual.

Figura 49 - Diagrama - Conceito de Tecnologia



Fonte: Desenvolvido pelo autor

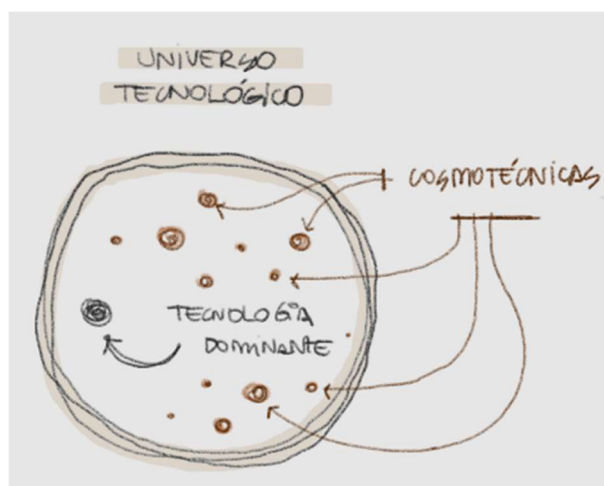
A tecnologia é uma entidade relacional altamente dependente dos contextos sociais, resultante de uma interação entre humanos, artefatos, natureza e que está amplamente arraigada nos valores presentes nos seus contextos de concepção e

apropriação, nos universos culturais, nas formas de enxergar a realidade, estruturas anteriores de poder e dominação. O que coloca a tecnologia dominante como uma característica particular de nossa sociedade e não como uma dimensão universal da ‘modernidade’ como tal” (FEENBERG, 2010; HUI, 2020).

“a tecnologia não é antropológicamente universal; seu funcionamento é assegurado e limitado por cosmologias particulares que vão além da mera funcionalidade e da utilidade. Assim, não há uma tecnologia única, mas uma multiplicidade de cosmotécnicas.” (Hui, 2020, p. 15)

A busca de Hui por tecnologias diferentes e futuros tecnológicos alternativos supera a dimensão dos modos diferentes de fazer as coisas. Para o autor técnicas diferentes como tricotar e tingir tecido permanecem sob as marcas de uma unificação moral da utilidade moderna. Falar de tecnologias diferentes, ou tecnodiversidade, seria falar de cosmotécnicas distintas, ou seja, técnicas primordiais que desafiam o entendimento atual sobre a tecnologia e sobre o futuro. Tecnologias que emergem de especificidades cosmológicas que vão além da física astral, da termodinâmica e que rearticulam regras éticas da modernidade indo além da estética funcional, ver diagrama da Figura 50 (HUI, 2020).

Figura 50- Diagrama - Tecnodiversidade



Fonte: Desenvolvido pelo autor

Santos e Pereira (2023), apontam para a importância da disputa de sentidos na luta anticolonial. Sendo a prática da denominação uma forma de dominação e de defesa por possibilitar o questionamento do sentido hegemônico de tecnologia e de

seus parentes denominativos⁴³ e criar terminologias que contribuam para caracterizar e apontar a limitação das práticas universalizadas pela agência dominante e a caracterizar um espectro mais amplo de alternativas possíveis.

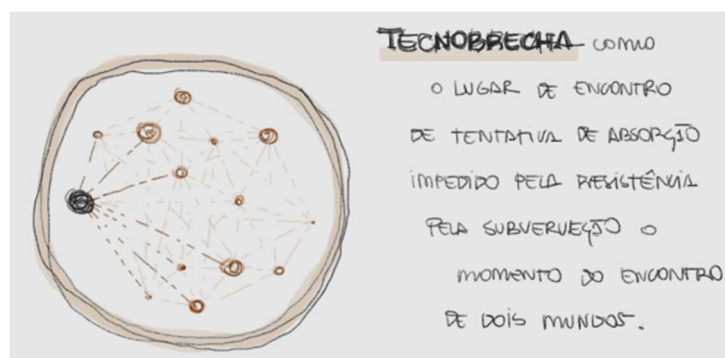
“para enfrentar a sociedade colonialista, em alguns momentos precisamos transformar as armas dos inimigos em defesa (...) Então, para transformar a arte de denominar em uma arte de defesa, resolvemos denominar também. (...) A partir daí, seguimos na prática das denominações dos modos e das falas, para contrariar o colonialismo. É o que chamamos de guerra das denominações: o jogo de contrariar as palavras coloniais como modo de enfraquece-las. (...) Vamos pegar as palavras do inimigo que estão potentes e vamos enfraquece-las. E vamos pegar as nossas palavras que estão enfraquecidas e vamos potencializá-las. Por exemplo, se o inimigo adora dizer desenvolvimento, nós vamos dizer que o desenvolvimento desconecta, que o desenvolvimento é uma variante da cosmofofia. (...) Para enfraquecer o desenvolvimento sustentável, nós trouxemos a biointeração; para a coincidência, trouxemos a confluência; para o saber sintético, o saber orgânico; para o transporte, a transfluência; para o dinheiro (ou a troca), o compartilhamento; para a colonização, a contracolônização... e assim por diante. (Santos e Pereira, 2023, p. 3 a 4)

É então que, compartilhando desse processo coletivo de “semear palavras”, trazemos os conceitos de tecnodiversidade e cosmotécnicas como ferramentas de disputa de sentido da tecnologia, demarcando os processos, sistemas sociotécnicos, saberes que tornam possíveis a realização de tecnologias que fogem das possibilidades operadas no sentido de reproduzir a agenda dominante.

O exercício especulativo de Hui é uma fonte poderosa de autocrítica tecnológica que exige a tentativa prática de sair de dentro das nossas próprias capacidades ontológicas de pensar a realidade. Ao exercitar a crítica tecnológica no caso da Pedra de Xangô, buscaremos desenvolver algo menos pretencioso que a identificação de cosmotécnicas especulada por HUI (por limitações inerentes ao modo como esse trabalho é estruturado). Nossa busca será identificar pontos de fuga, **tecnobrechas** (Figura 51), que possam nos ajudar a encontrar rastros alternativos para o debate urbanístico. Um esforço incremental, ainda um tanto mais conservador do que aquele que gostaríamos de fazer, para que seja possível estabelecer diálogos e aproximações dentro do escopo investigativo aqui possibilitado.

⁴³ Inovação, desenvolvimento, eficiência, cidade inteligente, cidade responsiva e outros termos que trazem analogamente semelhante carga desnorteadora do termo tecnologia sob a égide dominante.

Figura 51 - Diagrama - Tecnobrecha



Fonte: Desenvolvido pelo autor

Apesar da apropriação hegemônica da tecnologia entendemos, a partir do referencial teórico aqui mobilizado, que ela é parte constituinte da nossa existência e por isso indissociável da humanidade e passível de emergir a partir das mais diversas culturas e formas de enxergar a realidade. Por isso, apesar da capacidade invasiva das técnicas hegemônicas⁴⁴, inovações contestatórias sobrevivem e continuam a emergir a todo momento (SANTOS, 2000). Técnicas, saberes e formas de vida estão articulados e formam um universo diverso de tecnologias e inovações voltadas para realidades locais, cosmotécnicas (realidades tecnológicas) que extrapolam a unicidade da tecnologia dominante (PARRA, 2022).

Isso significa dizer que práticas urbanísticas e tecnológicas subversivas, contra hegemônicas estão acontecendo no nosso cotidiano. Acreditamos que visibilizar tais horizontes tecnológicos que emergem de fora e para fora da **racionalidade dominante** (uma racionalidade baseada em critérios de eficiência que reproduzem a lógica de dominação), pode colaborar com o reposicionamento do sentido de inovação e tecnologia de forma crítica e imaginativa, colaborando com a contestação de um “horizonte único” sobre a tecnologia um elemento, que como pôde ser visto, funciona como estrutura do poder tecnocrático das classes dominantes (FEENBERG, 2010; HUI, 2020; PARRA, 2022).

Diante do debate desenvolvido até o momento acreditamos que para além das TICs, que são apenas o “império” técnico do presente, existe um “código genético”

⁴⁴ Basta pensar em como as tecnologias locativas, smartphones, sistemas de monitoramento, dentre outros perfazem o espaço urbano, moldam ações e comportamentos (FIRMINO; DUARTE, 2012)

que associa e orienta as diversas “gerações” de práticas do urbanismo dominante e que o orientam para a injustiça espacial, um dos elementos que compõem esse código genético é o imaginário tecnológico dominante, por isso achamos fundamental desvela-lo. Acreditamos que visibilizar outras cosmotécnicas (ou racionalidades técnicas) é um passo importante para disputar esse imaginário e pautar a justiça espacial como finalidade prioritária do desenvolvimento.

Partindo dessa discussão na seção seguinte apresentaremos os impactos da tecnofantasia no urbanismo, identificando os principais para a promoção de justiça espacial. Em seguida discutiremos a concepção de justiça espacial a partir de Soja e Bret e em seguida apresentaremos possíveis interações com algumas abordagens da teoria crítica do urbanismo e da tecnologia que nos possibilitam visibilizar e imaginar práticas desestabilizadoras.

Embora o conceito de Veraszto seja uma ferramenta fundamental para conseguirmos distinguir aquilo que é ou não tecnologia, para o nosso esforço de identificação da aplicação de tais tecnologias é necessário encontrar elementos que nos possibilitem, em alguma medida, identificar as propriedades do impacto social de determinada tecnologia, em especial na sua aplicação urbanística, já que, como pode ser visto, a finalidade (ou intencionalidade declarada publicamente) é insuficiente para garantir impactos condizentes com os interesses das diversas coletividades. Para isso nos aproximaremos na subseção seguinte do conceito de justiça espacial, visando viabilizar a constituição de um modelo analítico capaz de visibilizar e imaginar práticas desestabilizadoras.

3.4 Justiça espacial: é possível falarmos sobre tecnologias urbanísticas de reparação

Procurar aumentar a justiça ou diminuir a injustiça é um objetivo fundamental em todas as sociedades, um princípio essencial para sustentar a dignidade humana. Por isso essa tem sido uma temática central dos estudos urbanos desde a segunda metade do século XX principalmente através da noção do direito à cidade (SOJA, 2009). Para o Urbanismo que tem como objeto a transformação do espaço físico em função de um projeto de sociedade, a teoria da justiça e o conceito de justiça espacial tornam-se fundamentos teóricos extremamente fecundos (BRET et al., 2016).

Como pudemos ver ao longo do texto, o urbanismo e a tecnologia hegemônica, ao centralizar as demandas de mercado, tem frequentemente contribuído para a promoção de injustiça espacial seja através de práticas de discriminação locacional baseadas em privilégios e vantagens⁴⁵, seja através da negação, destruição, apagamento de outras identidades, modos de interagir com a realidade e com o espaço. Reproduções de injustiça que são frequentemente acionadas a partir dos marcadores classe, raça, gênero e sexualidade (SOJA, 2009). O que denota um grande fracasso do campo do urbanismo em produzir uma sociedade mais justa.

Falar sobre justiça no urbanismo, pela natureza do campo, é uma questão de justiça espacial. Olhar para o urbanismo e seus potenciais de inovação através da justiça espacial significa centralizar finalidades como a distribuição equitativa de bens, o reconhecimento identitário, e a interação democrática entre as diversas racionalidades envolvidas no processo de transformação espacial (BRET et al., 2021; BRULE, 2020; SOJA, 2009).

Nesta seção debateremos brevemente o conceito de justiça espacial na intenção de desenvolver, ao lado do conceito de tecnologia, as chaves analíticas para o reconhecimento do fenômeno sociotécnico que atravessa a Pedra de Xangô. Não pretendemos (e nem conseguiríamos) aqui fazer um amplo debate sobre o que é a justiça ou sobre espaço, mas procuraremos tatear algumas aproximações de modo a circunscrever minimamente uma ideia, ainda que difusa, sobre sua definição para que possamos extrair elementos que possam nutrir nossas reflexões.

O modelo de igualdade de oportunidades liberal foi e tem sido insuficiente para diminuir as desigualdades. As diferentes capacidades individuais e contextos sociais são absolutamente arbitrários do ponto de vista moral e reproduzem distinções que, sem intervenção, efetivam a reprodução de privilégios. Por isso Raws (2016) define através do **princípio da diferença** que para que possamos tratar as pessoas igualitariamente, devemos proporcionar uma genuína igualdade de oportunidades, ou seja, devemos identificar meios de reparar tais arbitrariedades, dando mais atenção e buscando promover reparação para àqueles que – por dotes inatos ou oriundos de posições sociais menos favoráveis de raça, gênero, classe, dentre outros – possam

⁴⁵ Diversos exemplos analógicos e digitais já foram citados ao longo do texto.

se aproximar e alcançar os bens e serviços produzidos coletivamente (MOEHLECKE, 2004).

Bret (2016) também interpreta como demanda fundamental da **justiça** a promoção de **equidade** frente aos bens materiais e imateriais, maximizando a “sorte” dos grupos e indivíduos que estão nas condições menos favorecidas:

“Sabe-se que, para Rawls, a melhor distribuição de bens materiais e imateriais é aquela que melhor serve aos interlocutores sociais mais humildes (maximizar a sorte daqueles que têm o mínimo: princípio do maximin). Sabe-se também que ele não coloca a priori que o igualitarismo (a igualdade de todos em todos os domínios da vida social) seja necessariamente a configuração mais eficaz para alcançar esse objetivo. E sabe-se, por último, que ele atribui prioridade ao princípio da igualdade sobre o princípio do maximin no que diz respeito ao valor intrínseco das pessoas e seus direitos. Portanto, o sistema rawlsiano articula e hierarquiza seu princípio de igualdade e seu princípio de diferença.” (BRET et al., 2016, p. 91 tradução livre)

A partir da nossa brevíssima incursão na teoria rawlsiana, subsidiada principalmente pelos textos de Bernard Bret, percebemos dois fundamentos centrais. O primeiro é que seria inútil identificar a justiça ou a igualdade como um ponto específico onde todos nós sejamos de fato iguais. A diferença é parte da constituição do social, entretanto, podemos promover justiça a partir do reconhecimento de tais diferenças criando meios de minimizar os diferentes graus de acesso a bens (sejam eles materiais ou imateriais) e serviços. O segundo fundamento é que precisamos concentrar as nossas energias enquanto sociedade para atuar mais fortemente em benefício daqueles indivíduos e grupos sociais mais vulnerabilizados (BRET et al., 2016).

Entendemos o espaço como o lugar de atuação do urbanismo e conforme apresentado por Soja (2009) uma força ativa que é moldada e que molda a vida humana:

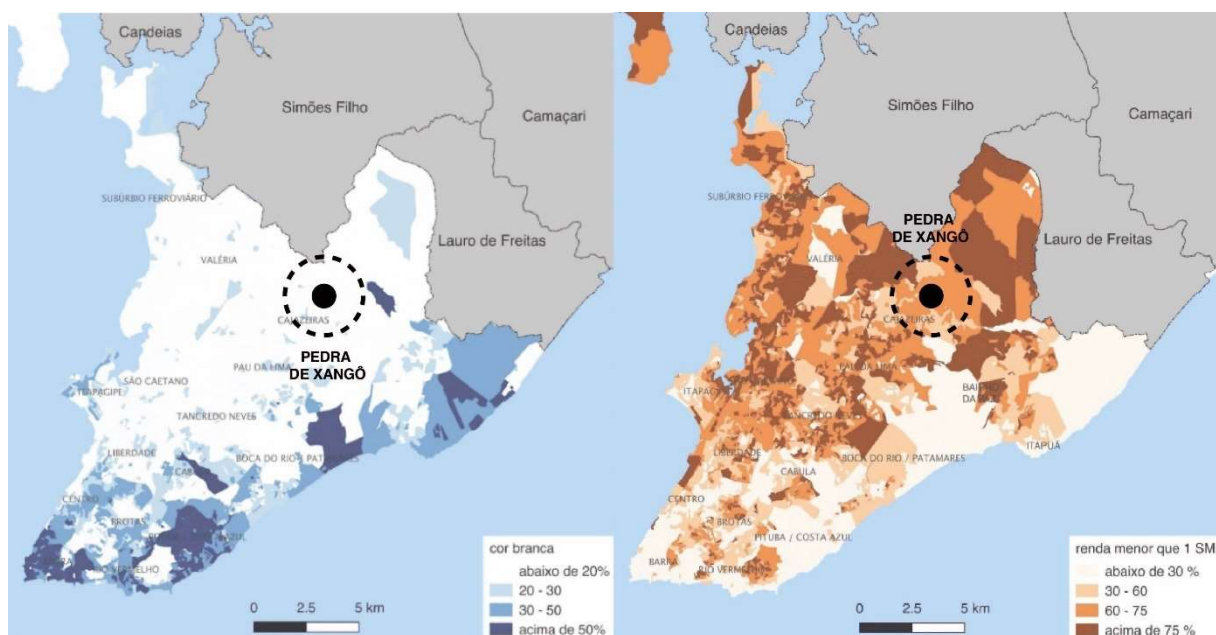
“O pensamento sobre o espaço mudou significativamente nos últimos anos, de enfatizar noções cartográficas planas de espaço como recipiente ou palco da atividade humana ou meramente as dimensões físicas de forma fixa, para uma força ativa que molda a vida humana. Uma nova ênfase na causalidade espacial especificamente urbana surgiu para explorar os efeitos geradores de aglomerações urbanas não apenas no comportamento cotidiano, mas em processos como inovação tecnológica, criatividade artística, desenvolvimento econômico, mudança social, bem como degradação ambiental, polarização social, aumento das diferenças de renda, política internacional e, mais especificamente, a produção de justiça e injustiça.” (SOJA, 2009, p. 2)

Isso significa dizer que acreditamos na relação de indissociabilidade entre a forma, como as coisas se dispõem no espaço, e as questões sociais (dialética

socioespacial). Por isso o urbanismo, ao se apresentar como ferramenta que reorganiza a materialidade física do espaço, tem sua parcela de responsabilidade sobre a produção de justiça e injustiça.

Quando utilizamos o termo justiça espacial falamos precisamente sobre os aspectos espaciais da justiça e injustiça. O que a princípio remete à distribuição equitativa no espaço de recursos materiais e imateriais. Por exemplo, podemos dizer que a ocupação em torno da Pedra de Xangô (região de Cajazeiras) é uma região que sofre discriminação locacional promovida pela ausência de serviços e equipamentos públicos. Identificamos aqui estruturas espaciais duradouras de desvantagem frente ao centro da cidade, área coincidentemente ocupada por um percentual mais elevado de pessoas brancas e de alta renda (GARCIA, 2006).

Figura 52 – Mapa de distribuição espacial do i. Percentual de moradores que se autodeclararam como brancos ao lado de ii. Percentual dos domicílios com renda per capita inferior a um SM -Salvador, 2010



Fonte: IBGE, dados do Censo Demográfico de 2010, elaborado por CARVALHO; PEREIRA, 2015. Adaptado pelo autor.

Além da questão distributiva, Brule (2020), apresenta um amplo panorama de como a discussão sobre justiça espacial tem se consolidado no século XXI. Entre os

diversos elementos considerados nas abordagens contemporâneas⁴⁶, são recorrentes as críticas ao caráter meramente distributivo da justiça espacial. Sua complementação tem sido acionada através de abordagens que levam em consideração o reconhecimento das diversas identidades e formas de enxergar a realidade. Isso implica considerar a distribuição do poder de participar das tomadas de decisão e de imaginar futuros mais apropriados para as diversas realidades.

Dito isso, ao focalizarmos a Pedra de Xangô, podemos dizer que a construção da Avenida Assis Valente – ao desrespeitar o direito de culto da religião de matriz africana, ameaçar a demolição da Rocha, sem dar direito de escolha para a comunidade quanto ao tipo de ação urbanística e transformação espacial que ocorreria naquela localidade de alto valor simbólico – reproduziu uma injustiça material de alto valor simbólico. Tais injustiças reproduzem vieses de ação associados com o marcador racial, afinal sabemos que jamais uma avenida seria construída ameaçando a permanência da Igreja do Bonfim e sem consultar as organizações religiosas em torno do espaço sagrado.

No caso da Pedra de Xangô o marcador racial é um elemento central para a reprodução das injustiças. Soja, apesar de centralizar o seu debate na questão de classe, aponta para a importante influência do racismo e patriarcado na reprodução de injustiça espacial:

“O funcionamento normal de um sistema urbano, as atividades cotidianas do funcionamento urbano, é uma fonte primária de desigualdade e injustiça na medida em que o acúmulo de decisões locacionais em uma economia capitalista tende a levar à redistribuição da renda real em favor dos ricos sobre os pobres. Essa injustiça redistributiva é agravada ainda mais pelo racismo, patriarcado, preconceito homossexual e muitas outras formas de discriminação espacial e locacional.” (Soja, 2009, p. 3)

Apesar de ser fundamental compreender como a dimensão da organização racializada do espaço nega cotidianamente a cidadania para a população negra, somente nos últimos anos o tema tem ganhado centralidade política e acadêmica no Brasil. Estudos tem se dedicado à dimensão da luta contra o sistema de dominação baseado na classificação racial e em seus desdobramentos no espaço, ainda que frequentemente não haja uma citação direta ou um resgate teórico ao termo

⁴⁶ Como Marcelo Lopes de Souza, Ermínia Maricato, Edward Soja, Mustafa Dikeç, Susan Fainstein, Bernard Bret, David Harvey dentre outros (BRULE, 2020).

“(in)justiça espacial” identificamos o debate presente nos estudos que abordam disputas pela preservação de territórios negros e que denunciam práticas de racismo ambiental como espaços de referência para o debate.

Ademais, os estudos que abordam o debate da colonialidade e a crítica à racionalidade moderna parecem ser também extremamente poderosos para uma agenda de pesquisa voltada para o entendimento dos elementos imateriais que operam na reprodução de injustiça espacial a partir da racialidade. Essa é uma agenda de pesquisa, que apesar de não ter aparecido literalmente no debate teórico dessa dissertação é absolutamente importante para entender a (in)justiça espacial a partir da racialidade.

Se, por um lado, já identificamos que precisamos concentrar as nossas energias enquanto sociedade para atuar mais fortemente em benefício daqueles indivíduos e grupos sociais mais injustiçados, a dúvida que surge logo em seguida é onde isso tem sido feito e como podemos aprender com essas práticas.

Temos algumas medidas de reparação sendo mobilizadas pelo Estado nos diversos campos de ação, talvez o maior exemplo dessas práticas sejam as medidas de ação afirmativa que tem repercutido tanto na representatividade de pessoas negras nos espaços de poder, como na produção científica em diversos campos, inclusive no campo dos estudos urbanos, que hoje apresenta uma compreensão mais adequada acerca do desenvolvimento de territórios negros, abordagens, epistemologias afrocentradas, proteção e divulgação de saberes ancestrais tradicionais do povo negro, aspectos que em conjunto, contribuem para um acesso mais democrático à cidade.

Entretanto, precisamos salientar que quaisquer políticas públicas que visem diminuir as desigualdades dos negros no Brasil não são produzidas por mera concessão do Estado racista. Ao longo de quase um século de luta o movimento negro organizado foi um dos grandes responsáveis pela conquista dos direitos civis mais básicos, como o de livre circulação, até chegarmos no momento das iniciativas de reparação através ações afirmativas (DE OLIVEIRA DIAS, 2012; SANTOS et al., 2018)

É justamente quando grupos subalternizados encontram força para disputar reparação, frente a contextos em que são praticadas grandes injustiças, que se

expressam as forças criativas que direcionam para possibilidades alternativas de promoção de justiça espacial (HARVEY, 2014; MIRAFTAB, 2009; SANTOS, 2000; SOJA, 2009). Por isso acreditamos que olhar para experiências como a do processo de patrimonialização e reconhecimento da Pedra de Xangô e alguns de seus desdobramentos, onde há um aparente tensionamento (ainda que parcial) de injustiças espaciais, pode ser uma forma profícua de entender como a reparação se manifesta tecnologicamente e urbanisticamente nas redes sociotécnicas.

Quando falamos do debate voltado especificamente para práticas urbanísticas contestatórias inseridas no contexto de disputa por justiça espacial identificamos uma longa tradição de debates que vão desde o final do século passado numa progressiva tentativa de incluir e reconhecer a ação contra hegemônica como prática legítima de planejamento, pautando o reconhecimento de outras técnicas e formas de lidar com o desenvolvimento social como meios legítimos. Ideias que emergem de conceitos seminais como o de “planejamento advocatício” de Paul Davidoff e que desdobraram em diálogos contemporâneos com os conceitos de urbanismo subalterno de Ananya Roy e planejamento insurgente de Miraftab Faranak. Conceitos que abrem o leque de possibilidades de atuação viabilizando que o campo do planejamento e do urbanismo identifique caminhos alternativos de ação, meios de colaborar com ferramentas desestabilizadores e mais alinhadas com os ideais de justiça espacial frente ao contexto de **crise semântica do campo**⁴⁷ promovido pelas racionalidades moderna e neoliberal.

Podemos considerar práticas insurgentes ou contestatórias de urbanismo aquilo que se enquadra em alguma medida no conceito de planejamento insurgente, ou seja, ações que promovem imaginação e ação de desenvolvimento social. Práticas que se constituem fora dos espaços tradicionais e institucionalizados do planejamento, realizadas por grupos organizados, assessorados ou não por planejadores profissionais e que se apresentam como contestação do sistema econômico e social, do poder político e suas práticas de dominação. Constituindo modos de produção do espaço urbano a partir de um ideal de justiça social (MIRAFTAB, 2009; TANAKA, 2017).

⁴⁷ O urbanismo deve disputar a justiça espacial ou continuar se submetendo à lógica de mercado?

Práticas que se manifestam através de disputas urbanas promovidas pela resistência de comunidades ameaçadas por ações autoritárias que mobilizam, ao seu modo, mudanças no rumo do planejamento urbano. Lutas por permanência como as dos bairros Saramandaia⁴⁸ (BA) e Dois de Julho⁴⁹ (BA), contra o apagamento como nos casos da Pedra de Xangô (BA) e da Pequena África⁵⁰ (RJ) ou por direitos básicos como a experiência do cocôzap na Favela da Maré⁵¹ (RJ).

Ações, que segundo Miraftab são: (i) transgressivas no tempo (resgata apagamentos) no espaço (supera as fronteiras territoriais da ameaça, construindo articulações interescares) e na ação (por agir ao mesmo tempo em espaços formais e marginais); (ii) desestabilizantes das relações de dominação normalizadas (contra-hegemônicas); e (iii) que apontam para o idealismo de uma sociedade mais justa (MIRAFTAB, 2009).

Não queremos afirmar que todas as práticas contestatórias se circunscrevem ao urbanismo insurgente, entretanto, acreditamos que em virtude dos contextos de ameaça de grupos subalternizados e do seu sentido reparatório as insurgências são lugares promissores para identificarmos arranjos sociotécnicos alternativos de referência na promoção de justiça espacial.

3.5 Consolidando as pontes entre os debates

Se, por um lado, como foi visto, é relativamente fácil descobrir exemplos de injustiça espacial a partir da descrição, por outro lado é muito mais difícil compreender os processos subjacentes que produzem geografias injustas (SOJA, 2009). Acreditamos que por isso seja fundamental explorar metodologias capazes de nos fazer ilustrar tais processos principalmente aqueles que contestam a reprodução das injustiças tentando aprender com eles caminhos para superar os ciclos de dominação.

⁴⁸ Resistência frente a tentativa de remoção para a construção da Linha Viva (LIMA et al., [s.d.])

⁴⁹ Resistência frente a tentativa de construção do Cluster Santa Tereza (MOURAD; FIGUEIREDO, 2012)

⁵⁰ Permanência negra em enfrentamento as transformações urbanas promovidas pelo projeto do Porto Maravilha na região da Pedra do Sal (SANTOS, 2019)

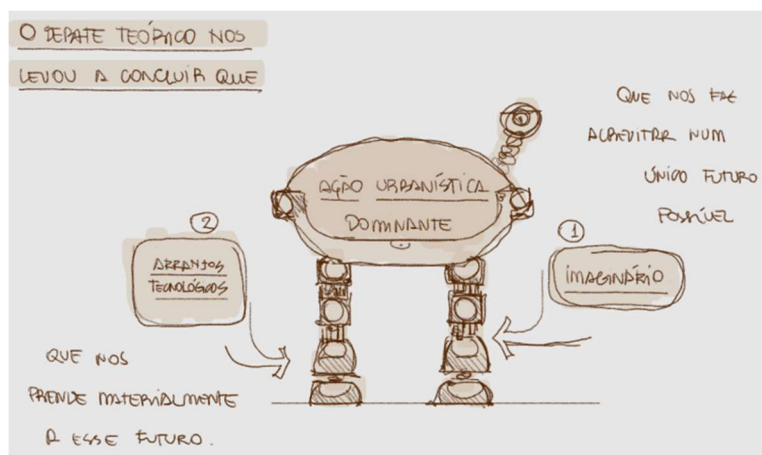
⁵¹ Produção cidadã de dados para a denúncia da ausência de saneamento básico (DE-LIMA-SANTOS; MESQUITA, 2023)

Embora as progressivas reinvenções tecnológicas do urbanismo corporativo apresentem um contexto dramático de domínio, acreditamos que inovações contestatórias sobrevivem e continuam a emergir a todo momento (SANTOS, 2000), e que através de tais contestações é possível construir pontes profícuas com outras vertentes tecnológicas não só capazes de subsidiar reparação e justiça espacial nas localidades, como também capazes de nos permitir vislumbrar caminhos alternativos à modernidade.

Supomos, como já foi debatido que as práticas dominantes se renovam graças a uma lógica que consegue validar o seu modelo de desenvolvimento a partir de uma racionalidade, profundamente estruturada por imaginário e sistemas tecnológicos estruturados para agir politicamente a favor da manutenção da hegemonia de suas injustiças espaciais.

Dois movimentos tornam-se fundamentais para contribuir com a compreensão e contestação dessa hegemonia técnica: **(i) contestar o sentido único de tecnologia**; e **(ii) visibilizar experiências alternativas** onde se revelam tecnologias contestatórias e direcionadas para a promoção de justiça espacial e as **conjunturas sociotécnicas** que permitiram que tais tecnologias pudessem ser exercidas e apropriadas numa perspectiva contra-hegemônica no urbanismo (Figura 53).

Figura 53 - Ilustração - Bi pé da ação urbanística dominante



Fonte: Desenvolvido pelo autor

O primeiro movimento deles combater o sentido único de tecnologia, ou seja os valores e o discurso dominante sobre tecnologia que cria sobre ela uma ilusão, apolítica, neutra e deterministicamente positiva que na prática tem fundamentado

ações antidemocráticas e direcionadas para a manutenção dos privilégios da classe dominante (FEENBERG, 1994; FONTENELLE, 2012; KRAUS, 2022).

Para isso argumentamos, através dos estudos críticos do campo da CTS que as tecnologias são condensação de funções técnicas e sociais, passíveis de serem moldadas e controladas por grupos sociais, não sendo únicas, inevitáveis, tão pouco prerrogativa da coalizão dominante (FEENBERG, 2003). Mostramos também que da mesma forma o urbanismo inovador em sentido dominante é apenas um formato tecnológico baseado na racionalidade hegemônica e que é frequentemente cooptado pela lógica neoliberal, como ferramenta de validação de um modelo de desenvolvimento mais empenhado em transformar o urbano em um artigo de mercado do que em produzir justiça e emancipação social (DIAZ-ISENRATH, 2008; FONTENELLE, 2012).

O segundo movimento, e grande desafio desse trabalho, é **identificar tecnologias** advindas de racionalidades alternativas ao modelo autodestrutivo e homogeneizador dominante, **visibilizando sua dimensão sociotécnica**. Acreditamos que olhar para as realidades e as soluções locais não só nos munirá de ferramentas para enfrentar os problemas urbanos nos mais diversos contextos, como também nos permitirá repensar concepções estruturais e colaborar para reconfigurar o imaginário no sentido de uma agenda tecnológica alternativa a partir de outros valores e sentidos priorizando a justiça espacial.

Práticas contestatórias capazes de promover o reconhecimento e a reparação de e para grupos minoritários como negros, indígenas, mulheres, homossexuais, parecem nos oferecer subsídios para reposicionar as abordagens hegemônicas e promover justiça espacial.

As fronteiras do urbanismo e da tecnologia tradicionais são insuficientes, o campo precisa se expandir questionando seus limites historiográficos reconhecendo os múltiplos atores, centros de poder, meios de ação e linguagens se apegando antes a experiências que nos apresentem possibilidades rebeldes de atuação frente a modelos dominantes (HARVEY, 2014; MIRAFTAB, 2016; ROY, 2011; SANDERCOCK, 1998) reconfigurando e expandindo também o entendimento sobre o que é tecnologia reconectando-o a sentidos diversos de progresso alinhado com as diversas formas de vida e com a emancipação social.

Acreditamos que os modos de ação contestatórios podem nos apresentar outros horizontes cosmotécnicos que viabilizem imaginações de futuro direcionados para a justiça espacial. Precisamos de uma melhor compreensão sociotécnica da cidade e de abordagens que enfatizem a tecnodiversidade, dando possibilidades de diálogos com outras cosmotécnicas na prática urbana para potencializar processos mais democráticos. A exemplo do que é sugerido por Krenak:

“Temos que reflorestar o nosso imaginário e, assim, quem sabe, a gente consiga se reaproximar de uma poética de urbanidade que devolva a potência da vida, em vez de carmos repetindo os gregos e os romanos. Vamos erguer um bosque, jardins suspensos de urbanidade, onde possa existir um pouco mais de desejo, alegria, vida e prazer, ao invés de lajotas tapando córregos e ribeirões. Afinal, a vida é selvagem e também eclode nas cidades.” (Krenak et al., 2022, p. 36)

Entretanto, identificar suas tecnologias e correlações com o avanço frente à justiça espacial é um importante desafio que precisa ser enfrentado. Para isso é inevitável desenvolver e experimentar metodologias capazes de rastrear as relações sociotécnicas e a influência dos arranjos e das tecnologias na promoção de justiça e injustiça espacial. Esse é o esforço que será feito no próximo capítulo.

4 TATEANDO TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS: URBANISMO COMO FERRAMENTA DE JUSTIÇA ESPACIAL

Neste capítulo retornaremos para a Pedra de Xangô mobilizando todo o empenho descritivo do Capítulo 2 e os elementos analíticos que foram trabalhados ao longo do Capítulo 3. Agora desdobraremos o fenômeno através das controvérsias tendo como objetivo principal explorar uma forma alternativa de representação que nos permita visibilizar as tecnologias que foram mobilizadas em cada um dos atos apresentados (i) **A “queda” do Quilombo Buraco do Tatu em 1873**; (ii) **Resistência à implosão da Pedra de Xangô**; (iii) **Resistência ao racismo religioso**; e (iv) **Território negro “pacificado”**. Em seguida abordaremos as contradições em suspensão que são resultados da análise, mas que não emergiram necessariamente das cartografias. Por fim abordaremos as principais tecnologias identificadas.

4.1 Quatro controvérsias, quatro mapeamentos

Nosso objetivo aqui não é esgotar qualquer abordagem analítica, partiremos da controvérsia que se notabiliza em cada um dos atos, e desdobraremos actantes (humanos e não humanos), associações e tecnologias mobilizadas. A controvérsia é a ideia de que existem duas ou mais versões sobre um mesmo fenômeno. Os argumentos que guiam determinado caminho urbanístico, por exemplo, podem ser considerados acordos, ou mesmo tentativa de resolução de controvérsias, que desdobram em novas controvérsias.

Podemos exemplificar falando da construção de uma via pode significar para um determinado grupo a implementação de uma infraestrutura fundamental para o desenvolvimento de seus interesses, mas para um outro grupo pode representar a ameaça da sua existência. Uma versão “vence” e constitui-se temporariamente numa transformação material, que eventualmente pode incorrer na consolidação de novas controvérsias. Escolhemos analisar cada ato a partir de controvérsias urbanísticas centrais no que diz respeito à realização de justiça espacial para a comunidade negra na região da Pedra de Xangô.

Se cada ato visibiliza associações que se organizam ao redor de uma disputa é possível identificar através dos diagramas tecnologias que são criadas ou apropriadas por cada um ou por ambos os polos de cada conflito. O conceito de justiça espacial

aqui mobilizado nos permite identificar práticas e tecnologias, que independente dos polos pelos quais são mobilizados, colaboram com a produção de equidade, reconhecimento e reparação de uma determinada coletividade. Com isso atingimos os três elementos do modelo de análise (urbanismo, tecnologias e justiça espacial).

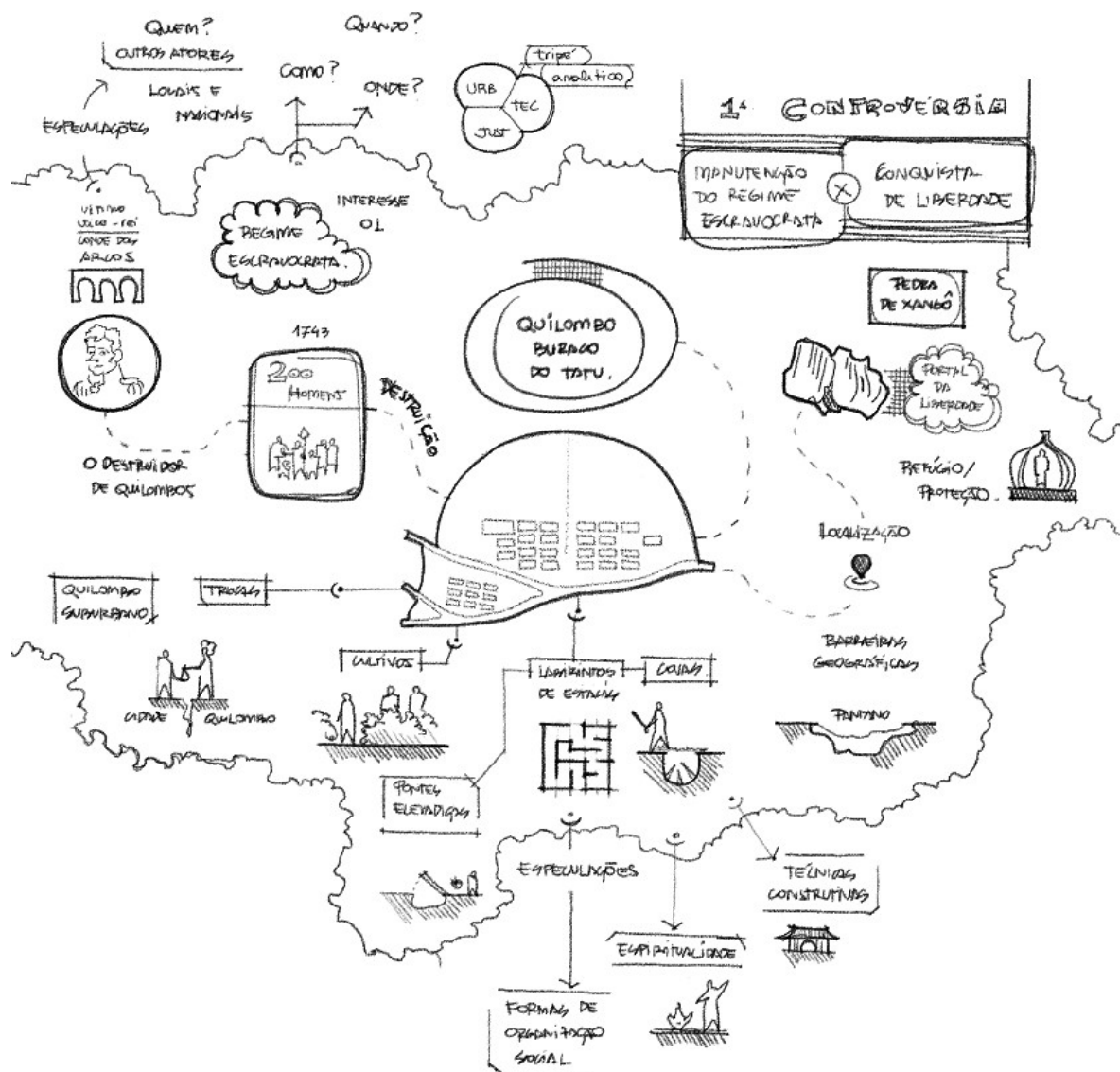
Metodologicamente o diagrama antecede a escrita deste capítulo, é através da sua representação (se atendo aos dados registrados no capítulo 2) que começamos a escrever o texto que se segue. Por isso, antes da leitura da análise de cada ato sugerimos a leitura do diagrama.

Cada ato terá um diagrama, cada diagrama abrirá linhas de investigações que ainda não foram contempladas pelo texto escrito, atores que não foram mapeados, conexões que ainda não foram suficientemente exploradas. Essa é uma atividade que poderia se desenrolar durante anos aprofundando o grau de detalhamento dos arranjos. Pretendemos chegar numa mínima configuração que nos permita visibilizar as tecnologias e viabilizar a construção deste experimento dentro dos limites do que foi possível no tempo de elaboração desta dissertação de mestrado.

Quando Latour, Venturini, dentre outros, sugerem o uso da cartografia das controvérsias eles trazem uma proposta de mudança na produção do conhecimento no campo da sociologia e antropologia. Nossa ambição é diferente, no campo dos estudos urbanos importa, tanto quanto acompanhar as transformações, compreender como se modelaram, como consolidam práticas, tecnologias e como podem ser capazes de mobilizar transformações. Por isso, o nosso exercício aqui é antes um exercício de **aproximação e tradução** da metodologia apresentada pelos autores, dentro daquilo que conseguimos interpretar enquanto possibilidades frente aos estudos que aqui foram mobilizados para constituir nossas referências.

a 1ª Controvérsia urbanística – A “queda” do Quilombo do Buraco do Tatu

Figura 54 – 1ª Controvérsia



Fonte: Desenvolvido pelo autor

No primeiro ato há um claro conflito entre o desejo de manutenção de um regime escravocrata, frente à luta pela liberdade do povo negro, tendo como elemento central a disputa pela existência/inexistência do Quilombo do Buraco do Tatu. Aqui, os registros apontam um conflito urbanístico que se estabelece através do urbanismo quilombola mobilizado principalmente por uma coletividade negra frente ao urbanismo colonialista de destruição do quilombo e preservação do sistema vigente mobilizado pelo Estado na figura do Conde dos Arcos.

A primeira questão que deve chamar atenção nesse diagrama é o fato de o elemento central da controvérsia não ser a Pedra de Xangô, que mais para frente protagonizará os conflitos urbanísticos e territoriais, mas sim o quilombo do buraco do tatu, representado pelo esboço da planta realizada pelos colonizadores (ver capítulo 2).

Através do elemento central da disputa urbanística é possível ver dois polos de ramificação. Do lado esquerdo, a representação do Conde dos Arcos e da sua empreitada destrutiva com a mobilização de soldados. Abaixo e à direita vemos representados uma série de elementos que compõem uma rede sociotécnica de luta pela conquista da liberdade composta: pela Pedra de Xangô como uma referência locacional do quilombo, marca de refúgio e proteção; pelas barreiras geográficas como florestas e pântanos; pelas tecnologias defensivas como os labirintos, as covas, armadilhas, pontes levadiças; pela produção agrícola; pelas trocas e as relações de cumplicidade com a cidade formal; e por fim pela própria comunidade que articula a realização desses instrumentos de constituição do quilombo.

Além do que está registrado na etapa descritiva há algumas especulações de elementos que precisariam ser melhor investigados para a compreensão da rede sociotécnica por trás dessa controvérsia. Por exemplo seria importante investigar maiores definições sobre que outros actantes estavam envolvidos nesse processo nos movimentos de proteção do regime escravocrata, como na própria ação de destruição dos quilombos, quando se mobilizaram, como, onde, elementos de escala local e nacional.

Da mesma forma no polo da disputa pela liberdade, como se organizava socioteticamente o quilombo e suas lógicas de preservação dentro e fora de seus limites territoriais. Apresentando maiores detalhes sobre técnicas construtivas, influência da espiritualidade, das redes de ação coletiva e etc. O texto produzido pelos colonizadores (resumido em REIS, 1996 apud FUNDAÇÃO GREGÓRIO DE MATOS, 2016) faz referência também a uma feiticeira e a muitas outras informações que não foram aqui tratadas. O que elas representavam em termos de manutenção desse quilombo?

Apesar disso conseguimos identificar que o Quilombo do Buraco do Tatu se constitui através de algumas tecnologias urbanísticas: as tecnologias de cultivo; de construção; de organização espacial a partir do diálogo com elementos do meio

ambiente (rios e florestas como barreiras, a definição da Pedra de Xangô como marco na paisagem e refúgio); e de defesa. Tecnologias que nesse contexto colaboraram para a promoção, ainda que temporária, de justiça para os negros dessa comunidade.

Podemos dizer, por analogia, que o Quilombo do Buraco do Tatu representa os conflitos vividos até hoje por comunidades negras. No lugar da manutenção do regime escravocrata, temos hoje a tentativa da manutenção de um regime de privilégios acionados pelo marcador racial. E da mesma forma que é possível fazer essa analogia do ponto de vista da lógica de dominação é possível também compreender que as formas de organização de resistência histórica do quilombo do Buraco do Tatu podem fornecer aprendizados valiosos para as comunidades negras contemporâneas. Como e porquê os negros aquilombados construíam daquela forma, como constroem hoje e como as suas formas de construção podem colaborar para potencializar a sua resistência? Que armadilhas poderíamos estar construindo ou estamos construindo na contemporaneidade para proteger os nossos refúgios de potenciais invasores? Como produzimos? Como estabelecemos relações de cumplicidade? Como ocorrem os processos de destruição dos espaços negros? Que rede mobiliza essa destruição na contemporaneidade a partir de que discursos? A partir de que tecnologias?

Muitas pontas ficam em aberto, pelas limitações da pesquisa ou até mesmo pela inexistência de determinadas informações. Esse primeiro diagrama nos dá dimensão de que elementos poderiam ser acionados para aprofundar mais a reconstituição do fenômeno e nos dão pistas de como tecnologias historicamente utilizadas como forma de emancipação do povo negro podem servir como referência de emancipação no contexto contemporâneo.

b 2ª Controvérsia urbanística – Do “desenvolvimento urbano” à resistência de imploração

Figura 55 – 2ª Controvérsia



Fonte: Desenvolvido pelo autor

No segundo diagrama a Pedra de Xangô passa a representar o centro nevrálgico do conflito. Nesse momento, olhando a partir da perspectiva da justiça espacial sobre o território fica evidente o conflito entre o interesse estatal de realização do desenvolvimento urbano, que conduz a série de impactos socioambientais e além disso, reproduzindo racismo ambiental a partir de um urbanismo que, se por um lado não visa mais a manutenção de um regime escravocrata, por outro lado colabora para

a manutenção de relações de subordinação racial. Ao mesmo tempo, permanece a disputa pelo reconhecimento e garantias de direitos do povo negro, mobilizados principalmente por coletividades locais e municipais envolvidas com a religião de matriz africana.

Aqui os elementos que promovem justiça espacial começam a ganhar um maior nível de complexidade do ponto de vista da forma como são agenciados se confundindo entre as ações do Estado e da mobilização popular. O que mostra a inexistência de uma binaridade (bom e mal, justo e injusto) entre os actantes. A controvérsia urbanística se estabelece através de um urbanismo desenvolvimentista baseado na produção massiva de habitação e de infraestrutura viária e de saneamento, que ora contribui para a garantia de direitos mínimos como habitação e saneamento básico, ora incorre na ameaça das práticas e da memória negra na região.

A cartografia 02 parte da sintetização do processo de intensificação da ocupação e construção de infraestruturas no Complexo de Cajazeiras (ver canto superior esquerdo) que é resultado da aplicação local da política nacional habitação, a partir da qual se estabelece como um território popular da cidade de Salvador. É a partir dessa reocupação que a comunidade negra passa a se relacionar de forma mais intensa com a Pedra de Xangô. A agência Estatal no território que se desdobra daí por diante a partir da política nacional de saneamento através do programa Pró-Sanear. Embora o programa preveja a realização de um projeto fundamental para a constituição de condições ambientalmente adequadas garantindo o saneamento básico da comunidade que ali se estabeleceu, por um outro lado, a forma como as intervenções são implementadas geram uma série de ameaças ambientais para a comunidade negra. A principal delas se manifesta através da iminente implosão da Pedra de Xangô que acaba não se concretizando graças à movimentação dos actantes do outro polo deste diagrama que se articulam para garantir a manutenção da Pedra de Xangô.

Aqui ficam mais evidentes as tecnologias urbanísticas e discursos utilizados como instrumentos de transformação espacial. Elas passam pelos níveis das Políticas Nacionais, Programas governamentais, Projetos de Urbanização e de Infraestrutura.

É possível fazer uma série de suposições sobre os caracteres políticos dessas tecnologias. Instrumentos de controle, dominação e da afirmação de uma forma de

enxergar a produção do urbano, reprodução de hierarquização socio-racial. A construção de uma avenida tão próxima a um monumento importante para a comunidade negra revela o desinteresse na manutenção dessa memória e práticas.

A escolha de um sistema de saneamento com tantos impactos ambientais negativos para a comunidade, como evidenciado no capítulo 2 (um sistema por sinal muito diferente daqueles utilizados nas áreas mais nobres da cidade) revelam o caráter classista e racista da escolha de determinadas tecnologias e “soluções técnicas”.

Poderíamos desdobrar bastante essa análise traçando comparativos entre o tipo de projeto urbano que é pensado para a região e os memos projetos que estavam sendo desenvolvidos em outras regiões da cidade do ponto de vista da construção de uma paisagem urbana digna falando sobre equipamentos públicos, espaços de cultura, educação e etc.

Das tecnologias mobilizadas pelos movimentos populares conseguimos identificar a elaboração de um contra-projeto, e a articulação da rede popular em defesa da Pedra de Xangô que conectou representantes do povo de santo, de grupos ambientalistas, técnicos do governo, organizações populares de luta pela preservação e defesa de comunidades negras como a AFA e o MUDE. A interação entre esses actantes faz com que a Pedra de Xangô passe a ter visibilidade na esfera municipal através dos veículos de comunicação de massa. A principal conquista, uma manutenção, ainda que precária do entorno imediato da Pedra de Xangô.

Essa etapa de análise, bem como a anterior, revela uma série de elementos que ficam em aberto para uma exploração mais abrangente do fenômeno. Quem estava por trás dos projetos de infraestrutura, sua extensão, contextos institucionais em nível local? Quais foram os processos que incorreram na escolha da tecnologia das lagoas de estabilização? Como o programa e os projetos eram compreendidos pela população? Houve participação social? Como foi elaborada a contra proposta da AFA? Quem efetivamente participou? Quando, onde como? A partir de quem a Pedra de Xangô passa a aparecer nos noticiários locais? Qual era a efetiva relação entre os actantes que estavam na linha de frente da defesa da Pedra? Quais as relações diretas entre a memória do quilombo e mais essa etapa do fenômeno? Como se articulava a rede religiosa nesse momento?

c 3ª Controvérsia urbanística – Resistência ao racismo religioso

Figura 56 – 3ª Controvérsia



Fonte: Desenvolvido pelo autor

No terceiro ato há uma intensificação do conflito entre o desenvolvimento e a tradição negra em torno da Pedra de Xangô. As ameaças começavam a ganhar maiores dimensões, tanto do ponto de vista ambiental quanto simbólico.

Paralelamente a reação insurgente ganhava maiores capacidades de articulação numa ação coletiva que foi progressivamente ampliando os espaços de debate, a visibilidade, o número de aliados e fortalecendo as redes em defesa da Pedra de Xangô. Esse movimento foi fundamental para garantir reconquistas efêmeras do Estado (através de determinadas secretarias do estado e município) e de seus instrumentos tradicionais (como o plano e o projeto) como actantes aliados no processo de reconhecimento do território negro.

Podemos dizer que os polos da controvérsia se estruturam, de um lado, através do urbanismo de abandono onde os impactos de intervenções anteriores seguem agravando ameaças ambientais e simbólicas promovendo um arranjo de tentativa de banimento das práticas religiosas negras (porção superior do diagrama) e do outro lado, por um urbanismo de justiça espacial para a comunidade negra da região (porção inferior do diagrama), tendo novamente como centro dessa disputa a figura da Pedra de Xangô dessa vez acompanhada da floresta representando a riqueza ambiental da região.

Vemos na porção superior do diagrama uma série de artefatos consolidados que atuam colaborando com o agravamento das ameaças sobre a Pedra de Xangô. Primeiro a via que atrai o ruído dos carros, a visibilidade intimidatória que permite ações covardes de racismo religioso, os riscos de acidente, novas ocupações formais e informais, que por sua vez colaboram para a devastação ambiental. Depois as lagoas de estabilização que trazem o mau cheiro e o risco de contaminação para os cursos d'água; juntos os actantes (tecnologias, artefatos, atores humanos e instituições) dessa porção do diagrama constituem aquilo que estamos chamando de rede tecnopolítica da destruição do território sagrado.

Em oposição vemos a consolidação de uma união popular, mobilizada principalmente pelo Povo de Santo que atua no enfrentamento ao avanço do racismo religioso e ambiental. Uma mobilização que alcança os veículos de comunicação de massa, espaços acadêmicos e redes sociais, encontrando meios de conexão e fortalecimento.

Além do envolvimento comunitário, técnicos ativistas tornam-se fundamentais para colaborar com o processo e acabando colaborando na construção de instrumentos de pressão extremamente importantes como estudos, cartografias e trabalhos acadêmicos que fortalecem as capacidades de cobrança sobre os poderes

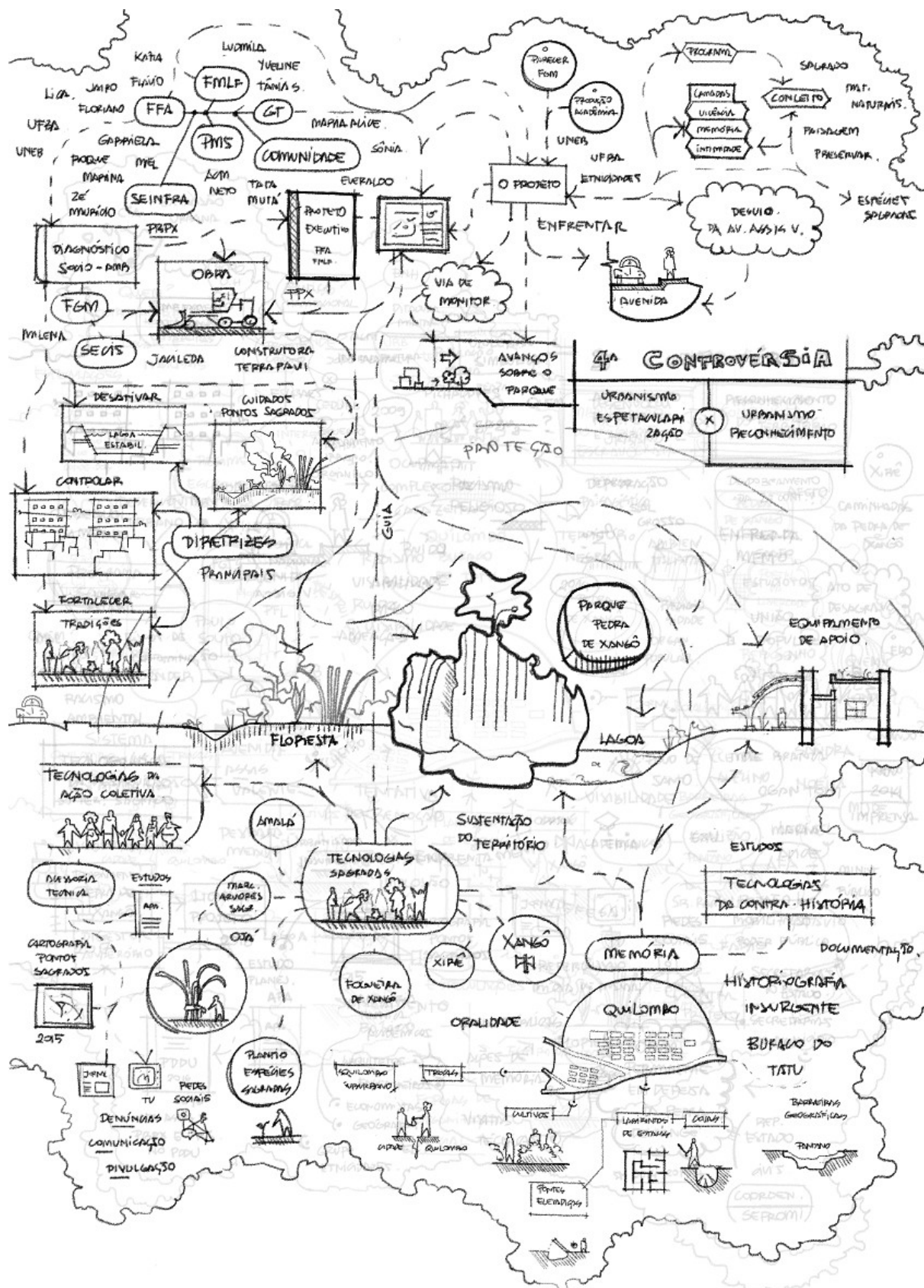
públicos. Diante disso há um progressivo envolvimento desses actantes (secretarias, fundações, servidores públicos) que se incorporam ao processo de enfrentamento da destruição do território sagrado viabilizando que leis, planos, processos de tombamento, projetos urbanísticos e obras de intervenção ocorram no sentido de salvaguardar o território, caracterizando uma experiência de urbanismo insurgente em enfrentamento à tecnopolítica da destruição.

O Urbanismo Insurgente vai se constituindo, ao longo da luta em defesa da Pedra, enquanto uma tecnologia constituída de muitas tecnologias como as tecnologias de comunicação baseadas tanto nas TICS como nas redes religiosas e comunitárias; tecnologias de memória e da construção de contranarrativas a partir da oralidade, a partir do resgate historiográfico; tecnologias cartográficas como o mapeamento dos pontos sagrados; tecnologias das tradições negras como o xirê, a capoeira, o ebó; tecnologias de planejamento e de projeto. Tais tecnologias oriundas da hegemonia técnica, ou não, e que são acionadas a partir de formas de compreender e atuar sobre a realidade, centradas na religiosidade e nas práticas negras e que foram capazes de conduzir transformações concretas no espaço, sendo por isso, aqui denominadas tecnologias urbanísticas da justiça espacial.

A leitura do 3º mapa nos leva a uma enxurrada de questões. Que associações estavam por trás dos atos de racismo religioso? O que o efeito reverso trouxe para esses actantes? Como eles passaram a lidar com a Pedra de Xangô? Quais foram os reais danos ambientais? Quem são os principais responsáveis? Como a união popular em defesa da Pedra de Xangô se consolida efetivamente? Quais são os contextos que promovem as motivações de seus principais actantes? Como as ações foram mobilizadas dentro do Estado? Como as ações foram mobilizadas no ambiente acadêmico?

d 4ª Controvérsia urbanística – Território negro “pacificado”?

Figura 57 – 4ª Controvérsia



Fonte: Desenvolvido pelo autor

O quarto ato gira em torno do momento em que se dá meu encontro com a Pedra, entre o Diagnóstico socioambiental, o projeto e a obra de construção do PPX. O elemento central continua sendo o monumento sagrado. No diagrama uma linha desenhada na base da Pedra divide o mapeamento em dois setores e marca a continuidade da paisagem através da floresta, lagoa e equipamento de apoio que conformam um espaço de proteção. Uma analogia direta à paisagem que se concretiza com a construção do Parque.

Nesse momento demarcamos uma controvérsia urbanística ainda hipotética que se baseia na minha vivência, mas que poderia ser melhor investigada. Existia uma atmosfera de receio compartilhada entre aqueles que suspeitavam da ação estatal na Pedra de Xangô, a possibilidade de que no lugar de um urbanismo de reconhecimento, estivesse se instaurando ali um urbanismo centrado no turismo e espetacularização do espaço sagrado.

Eventualmente projetos de conservação de patrimônios históricos se transformam em verdadeiros espetáculos turísticos que acabam cooptando práticas genuínas para interesses de mercado e transformando-as em verdadeiras encenações urbanas, gentrificando o território e esvaziando os elementos que fundamentam a importância de sua patrimonialização. Temos um exemplo icônico em Salvador, a política de revitalização do Pelourinho⁵² na década de 90. Não é tão difícil imaginar que o potencial de apropriação turística poderia ser um dos grandes interesses do Estado em bancar uma intervenção na Pedra de Xangô.

Felizmente, como já foi dito anteriormente, esse processo estava sob o olhar atento de uma mobilização coletiva muito bem estruturada, o que nos faz acreditar que o processo de concretização do Parque tomou rumos mais direcionados para os interesses da comunidade negra de cajazeiras, do povo de santo e outras coletividades envolvidas⁵³.

⁵² Para maiores detalhes ver estudo realizado por NOBRE (2003).

⁵³ Nas visitas de campo realizadas recentemente pode-se observar que a Pedra de Xangô é um espaço sossegado o que talvez se deva não necessariamente a questões de projeto, mas sim ao contexto urbano, fora do tecido urbano consolidado, no qual o espaço se insere. Isso faz com que o uso público cotidiano seja frequentado majoritariamente pelo povo de santo indumentado, realizando seus compromissos religiosos. Os eventos que ocorrem em datas comemorativas ou ocasiões especiais são

Esse diagrama se divide em três partes. Mais acima à esquerda temos o arranjo institucional responsável pela elaboração do diagnóstico, projeto e obra apontando para os produtos de cada etapa, as principais diretrizes do diagnóstico e os principais elementos acionados pelo projeto. No centro a supramencionada seção esquemática e abaixo os elementos que foram acionados ao longo das 3 cartografias anteriores e que apontamos na nossa leitura como sendo os elementos de sustentação do território, ou seja, aquilo que por fim subsidia a realização do urbanismo de reconhecimento e promoção de justiça espacial.

Podemos agrupar essa sustentação em três eixos tecnológicos que se constroem mutuamente de forma interrelacional. O primeiro Tecnologias da Ação Coletiva e diz respeito aos saberes e artefatos que viabilizaram a comunicação e a ação em rede nesse grupo podemos citar as redes sociais e outras formas de denúncia, divulgação e comunicação, os estudos desenvolvidos a partir da conexão com os assessores técnicos e a cartografia dos pontos sagrados.

O segundo grupo das Tecnologias das Contra-histórias pode ser representado pela tradição oral das comunidades negras, estudos e documentos que mostram a versão da história da comunidade subalternizada que está representada pela memória do quilombo, mas que poderia estar representada também pelas histórias afetivas mais recentes de moradores e Povo de Santo com a Pedra.

No meio da base estão as Tecnologias Sagradas. Estão as principais fontes motivadoras do conceito, programa e de toda a articulação espacial articulada pelo projeto. Elas sustentam a personalidade do território, concedem o caráter patrimonial, promovem e consolidam a memória e a ação coletiva. É ao redor de Xangô, sua fogueira, seu xirê, seu amalá, da mata, das folhas sagradas, da floresta, dos veios d'água e da Pedra de Xangô que gira o vórtex que constitui esse território.

4.2 As contradições e especulações que os mapeamentos não mostram

A implantação do Parque Pedra de Xangô não é só feita de conquistas, algumas ações questionáveis foram realizadas e uma série de contradições permanecem no ar dando o tom de que a disputa em defesa do território precisa continuar e se expandir. A seguir apresento algumas das contradições que conseguimos mapear até o momento e que ou rememoram ações questionáveis (especulações que precisariam ser melhor investigadas) ou inações que apontam para alguns dos desafios que permanecem ameaçando o território sagrado.

a Onde foram parar as ocupações das proximidades da Pedra de Xangô? Especulações.

Havia durante todo o processo de desenvolvimento do projeto frequentes acusações de que invasões estavam ocorrendo ao longo da Avenida Assis Valente, em áreas de alta relevância ambiental, causando supressão da mata e outros impactos como rejeitos clandestinos e etc.

O que tenho registrado em memória, mas que precisaria ser investigado com cautela é que as narrativas sobre as ocupações eram diversas, alguns apontavam a relação com o tráfico de drogas, outros contavam sobre o vínculo com movimentos de luta pela moradia, outros mencionavam as práticas como sendo reserva de terras para efeito de especulação imobiliária e etc.

Com relação à abrangência do projeto urbanístico, uma ocupação recente (como é possível comprovar através das imagens históricas de satélite das figuras 60 a 64) estava numa área de interesse para o desvio da Avenida Assis Valente. Segundo relato de alguns técnicos, essa ocupação foi removida por intermédio da Secretaria da Casa Civil, que conduziu o processo de cadastramento e indenização.

b Onde foram parar as espécies sagradas

Para a religião de matriz africana a conservação da mata e dos elementos da natureza eram prioridade frente a qualquer exercício de construção e edificação, por isso esse foi um aspecto conceitual da maior importância para o projeto.

Partindo desta premissa o projeto previu que as intervenções ocorressem sobre as áreas já desmatadas e de baixo valor ambiental, principalmente nos espaços das

imediações da antiga Avenida Assis Valente, realizando pequenas intervenções com processos construtivos manuais na área vegetada, conforme orientações dos memoriais descritivos do projeto (FFA ARQUITETURA E URBANISMO; SALVADOR. FUNDAÇÃO MARIO LEAL FERREIRA, 2019b).

Apesar disso, muitos cuidados que deveriam ser tomados ao longo da execução da obra, não foram tomados o que acabou promovendo um desmatamento além do calculado. Danos que infelizmente não puderam ser dimensionados já que não havia no levantamento topográfico o cadastro das espécies existentes. O que temos como referência para dar uma noção desses impactos são as imagens de satélite (Figuras 60 a 63).

c Lagoas de estabilização: risco de contaminação e racismo ambiental

Com relação às lagoas (Figuras 60 a 63) de estabilização, provenientes do sistema de saneamento da região, desde o início foram recorrentes as reclamações com relação ao mau cheiro do sistema por parte dos moradores da região. Além disso, como pode ser visto no diagnóstico, o sistema, se não for bem mantido, pode gerar danos ambientais aos cursos d'água (FFA ARQUITETURA E URBANISMO; SALVADOR. FUNDAÇÃO MARIO LEAL FERREIRA, 2018a).

O mesmo diagnóstico indica a desativação do uso das lagoas como instrumento de saneamento para a região tanto pela proximidade com as ocupações urbanas, quanto pelo fato da região se tratar de uma unidade de conservação. A execução da desativação, entretanto, não foi realizada e é uma questão que exige uma articulação de infraestrutura de saneamento na escala de planejamento regional.

Figura 58 – Lagoa de estabilização



**Foto: Flávio Carvalho. Acervo da FFA
Arquitetura e Urbanismo. Setembro de 2018.**

d Via de monitoramento: desmatamento e ocupação na área do Parque

Uma das questões colocadas como fundamentais para intervenção urbanística era o controle do avanço de ocupações sobre o terreno previsto no termo de referência. Estava previsto em projeto a construção de uma via de monitoramento contornando os limites do parque e com pequenas praças públicas que contribuíssem para marcar as bordas do parque na vizinhança e consolidar aquele terreno como espaço público de preservação e livre fluência. A obra, entretanto, não foi realizada. A intervenção era cara e teria muito menos visibilidade que as outras partes do projeto, podemos apenas especular que esse tenha sido o motivo da intervenção não ter sido realizada.

As imagens de satélite (Figuras 60 a 64) mostram que a ocupação na área onde estava prevista a implantação da via de monitoramento não foi executada e que as ocupações no topo do vale continuam se expandindo ao longo do tempo.

e Camada de memória: a parte do projeto que não foi executada

Um dos elementos fundamentais do projeto resultado da demanda popular era uma exposição ao ar livre que contasse a história da resistência negra no entorno da Pedra de Xangô. Apesar da proposta ter tido origem popular e ter sido apresentada nas reuniões, os custos para o projeto expográfico e todos os recursos para elaboração dos elementos físicos de suporte para a exposição foram removidos ao longo do projeto que não foi executado. Nas figuras 63 podemos ver a foto do caminho que deveria receber elementos de suporte à exposição a céu aberto conforme proposta conceitual apresentada na figura (Figuras 60 a 63).

Figura 59 – Camada da Memória



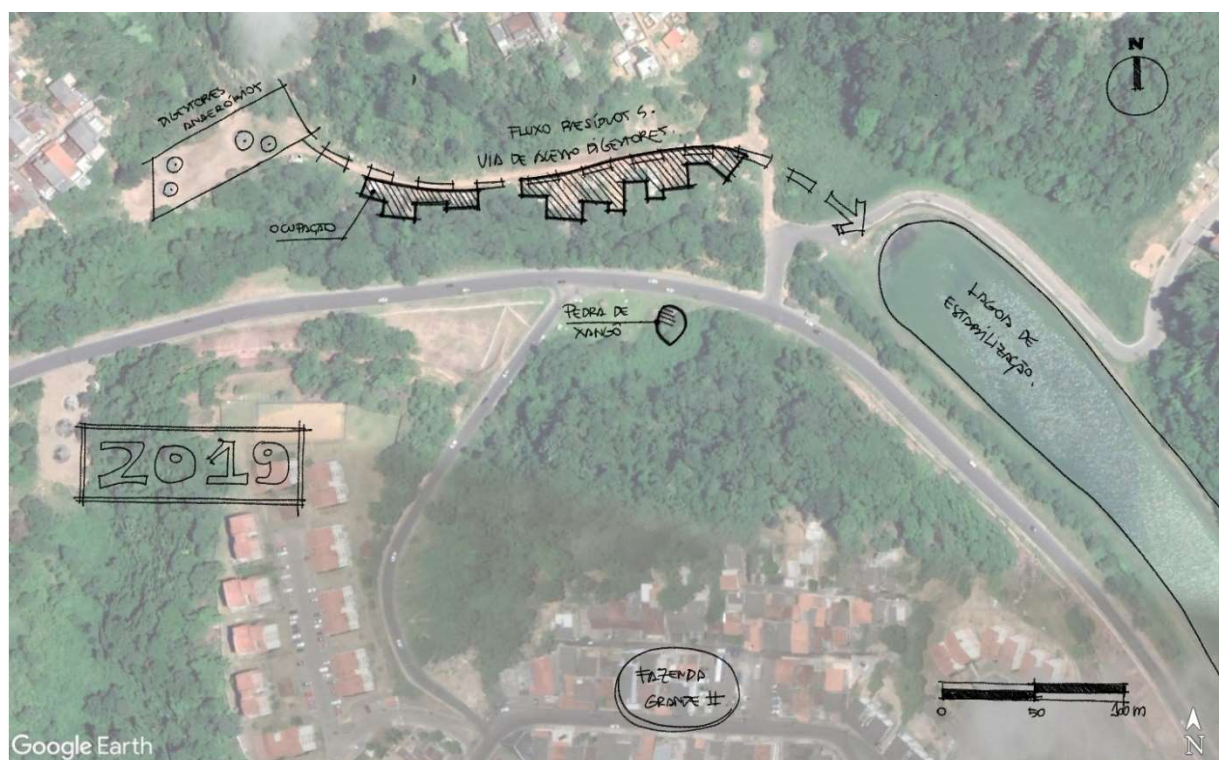
Foto: Mel Morena. Acervo da FFA Arquitetura e Urbanismo. Agosto de 2021.

Figura 60 – Esquema sobre imagem de satélite, 2015.



Fonte: Desenvolvido pelo autor com imagens do Google Earth.

Figura 61 – Esquema sobre imagem de satélite, 2019.



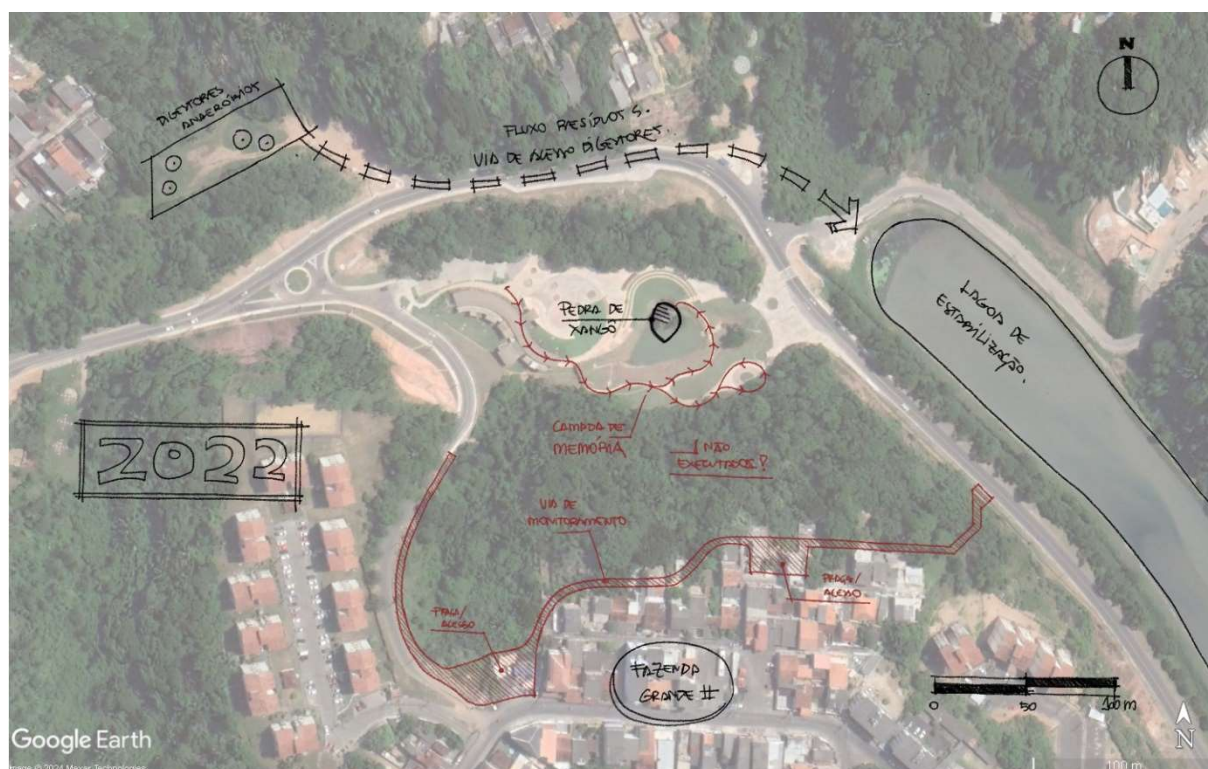
Fonte: Desenvolvido pelo autor com imagens do Google Earth.

Figura 62 – Esquema sobre imagem de satélite, 2020.



Fonte: Desenvolvido pelo autor com imagens do Google Earth.

Figura 63 – Esquema sobre imagem de satélite, 2022.



Fonte: Desenvolvido pelo autor com imagens do Google Earth.

4.3 Tecnologias e suas correlações com o urbanismo de justiça espacial

Durante toda a elaboração deste trabalho nos questionamos se não seria “forçação de barra” dizer que práticas relacionadas à religiosidade, memória e ação coletiva negras poderiam ser consideradas como tecnologia, ainda mais tecnologias urbanísticas. Mas, voltemos ao conceito de tecnologia aqui preconizado:

Tecnologia é um conjunto de saberes inerentes ao desenvolvimento e concepção dos instrumentos (artefatos, sistemas, processos e ambientes) criados pelo homem através da história para satisfazer suas necessidades e requerimentos pessoais e coletivos. (Veraszto et al., 2009, p. 38)

Ao cruzarmos este conceito com a ideia de que o urbanismo se manifesta através da ação com finalidade de intervenções materiais no espaço ficam evidentes os critérios para a definição daquilo que viria a ser uma tecnologia urbanística. Esse relacionamento e a exploração da experiência da Pedra de Xangô nos permite inferir que tais tecnologias são legítimas enquanto ferramentas da ação urbanística. Não só isso, considerá-las especificamente como tecnologias, nos possibilita, como já foi mencionado, fortalecer a legitimidade de tais práticas e oferecê-las como um referencial importante ao se pensar o papel das tecnologias enquanto instrumento na promoção de justiça espacial por, para e com grupos subalternizados.

Ainda que as relações com o sagrado, memória e ação coletiva negras sejam instâncias próprias que não se reduzem aos termos do seu caráter contributivo para os processos de transformação urbana, tais tecnologias se entrecruzam em processos insurgentes incidindo de forma significativa no processo urbano que tem ocorrido ao redor da Pedra de Xangô.

A justiça espacial entra nesse debate enquanto uma ferramenta da análise do desempenho de tais tecnologias na sua função de promover a melhoria das condições dos grupos mais vulneráveis de nossa sociedade, caso que, conforme já caracterizamos, acontece na experiência da Pedra de Xangô. Logo, queremos dizer com isso que as tecnologias urbanísticas mobilizadas ao longo do processo urbanístico em torno da Pedra de Xangô e que tenham colaborado para o reconhecimento e a sobrevivência da existência da territorialidade negra, são também tecnologias urbanísticas de justiça espacial.

Falaremos a seguir sobre cada uma das categorias de tecnologias identificadas que no processo da Pedra de Xangô, chamaram atenção por se enquadrar nessa

encruzilhada de saberes (urbanístico, tecnológico, de justiça, religiosidade, ação coletiva e memória).

Alertamos para o caráter socialmente determinado dessas tecnologias, ou seja, para o fato de que são as condicionantes específicas da rede sociotécnica que permitiram enquadrá-las como tecnologias urbanísticas da justiça espacial, não sendo essa uma categorização tipológica estanque e determinista passível de ser simplesmente reutilizada da mesma forma em outros contextos da produção espacial.

Ao longo de nossa exploração percebemos que algumas das tecnologias tiveram relações mais diretas com a concretização do espaço no Parque Pedra de Xangô, a seguir falaremos sobre as principais delas.

a A face urbanística das tecnologias do sagrado

O sagrado não tem objetivos espaciais, o sagrado tem as suas próprias lógicas que não se reduzem aos anseios materiais. Entretanto diversas práticas relacionadas com o sagrado precisam do espaço, moldam a paisagem através de suas grafias espaciais e constituem território. Algumas mais que outras. Trazemos aqui aquelas que mais nos chamaram atenção.

Os elementos naturais foram fundamentais para a constituição do parque. Sem as ervas e árvores sagradas não existe candomblé e umbanda. Embora de maneira geral sua preservação e plantio tenham sido conceitos fundamentais para a concepção e execução do Parque, algumas tecnologias do sagrado relacionadas a elas foram fundamentais para agenciar o espaço.

A **amarração de ojás**, por exemplo, foi uma forma de identificar e proteger as árvores sagradas durante o processo de elaboração do projeto da Pedra de Xangô. No projeto, eu me recordo especificamente de termos realizado um traçado que respeitava o bambuzal que foi identificado em uma das visitas de campo. Entretanto, esse não foi um levantamento que foi feito em toda a área do parque

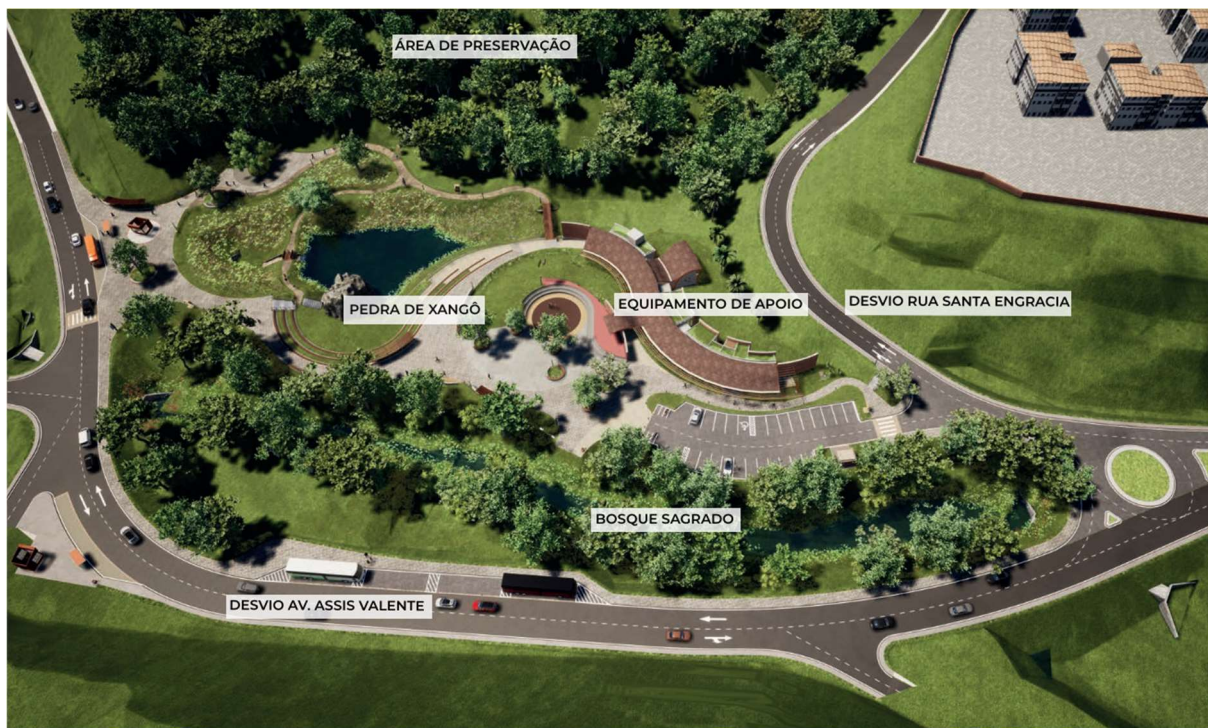
O **plantio de espécies sagradas** que ocorreu antes e depois da realização da obra tem sido outra forma de composição paisagística importante. Algumas espécies sagradas que foram plantadas antes do projeto não vingaram, mas entender a importância dessas espécies nos levou a garantir em projeto uma proposta de plantio que levou em consideração uma recomposição que dialogasse com o sagrado.

Embora a amarração de ojas e o plantio não tenham sido efetivamente respeitadas pelo processo de consolidação do Parque Pedra de Xangô, funcionaram como ferramentas para satisfazer o interesse coletivo de preservar elementos materiais do espaço, revelando a face urbanística das tecnologias associadas ao sagrado.

O plantio de espécies e a amarração dos ojas foram ferramentas que impuseram definições de demanda popular sobre a necessidade de preservação ambiental na intervenção. Destacando exatamente quais espécies e localidades precisariam ser preservadas por conta do assentamento espiritual, contribuindo para a demarcação da territorialidade negra do Parque Pedra de Xangô.

No caso específico do PPX é possível ver a manifestação da influência de tais tecnologias na previsão em projeto de plantio, de espécies sagradas como a aroeira, o bambu, a gameleira, dentre outras, que foram distribuídas ao longo das golias e entorno da área pavimentada e próximas à lagoa (ver Figura 64). E nos progressivos plantios que vem ocorrendo por organização do próprio povo de santo, como o plantio do Baobá, que pude presenciar em atividade de campo que ocorreu no dia 21 de janeiro 2024, no evento dedicado ao dia nacional do combate à intolerância religiosa.

Figura 64 – Perspectiva do projeto do PPX



Fonte: Acervo FFA Arquitetura.

Além da relação com direta com as matas, **o ebó** é outro elemento fundamental para a religião de matriz africana. O amalá é um alimento que admite um processo específico e um sistema técnico de suporte e que possui como finalidade principal alimentar Xangô e a espiritualidade dos envolvidos no processo. Por isso podemos caracterizá-lo como uma tecnologia do sagrado.

Diferente das folhas, ervas e árvores sagradas o ebó tem um caráter efêmero e reverbera na construção da paisagem através da sua recorrência nas práticas cotidianas e exige uma determinada configuração espacial para que a sua existência seja possível. Ainda que o ebó muitas vezes seja arriado em espaços urbanizados a sua existência tensiona pela presença de um contexto onde seja possível estabelecer uma relação de intimidade, onde haja mata, curso de água, e a presença de animais para que o alimento seja levado pelo orixá através da natureza. Além disso o ebó também produz territorialidade ao criar uma demarcação paisagística sinestésica através da sua presença física, visual, olfativa e simbólica, produzindo grafia espacial efêmera que se torna perene na recorrência. O Parque busca respeitar essa necessidade através da manutenção dos bosques sagrados (ver Figura 64).

Além do ebó e da mata o xirê é mais uma tecnologia do sagrado que na Pedra de Xangô manifesta relações diretas com a produção da paisagem. O espaço de festa, onde se abre a roda para saudar o orixá também tem seu poder de articulação espacial na efemeridade de sua prática.

No caso do projeto do Parque Pedra de Xangô, nota-se a reserva do espaço circular no entorno imediato da Pedra como um resultado da necessidade de um espaço dedicado ao xirê em memória aos que ocorriam nas Caminhadas da Pedra de Xangô quando a Avenida Assis Valente era ainda um dos únicos espaços disponíveis para a abertura da roda.

Por se tratarem de tecnologias que se estruturam a partir de um conjunto de saberes acerca da religiosidade e das práticas negras e que atendem a uma necessidade coletiva afrocentrada, e por colaborarem com uma ação urbanística insurgente de reparação e resistência dos negros, podemos caracterizá-la como uma **tecnologia urbanística negra de justiça espacial**.

b Tecnobrecha: Apropriação cidadã das tecnologias dominantes

A desterritorialização sempre foi uma ferramenta de dominação dos atores hegemônicos, o extermínio dos quilombos, nomadismo compulsório dos quilombos suburbanos, as remoções contemporâneas, produção de guetos de baixa renda através de políticas habitacionais, todos esses são exemplos de práticas passíveis de se transpor para outras realidades de territorialidades negras, e que se manifestaram, como pôde ser ilustrado, nos processos entorno da Pedra de Xangô.

Nesse contexto tecnologias urbanísticas tradicionais como o Planejamento Urbano, as leis, normas urbanas, os projetos urbanísticos, as cartografias, os laudos técnicos são frequentemente utilizados como uma ferramenta de validação das práticas de espoliação e segregação racial.

Diante da análise apresentada podemos dizer que a Pedra de Xangô tem resistido a essa ação de dominação, não só a partir da utilização de toda uma gama de tecnologias que emergem das formas de agir e conhecer o mundo próprias da comunidade negra, mas também pela apropriação, ainda que possivelmente transitória, dos instrumentos que antes eram utilizados para a sua espoliação. No caso da Pedra de Xangô isso se manifestou em diversos momentos como por exemplo na elaboração do (contra-)Projeto comunitário para o entorno da Pedra de Xangô, na construção da (contra-)Cartografia dos Pontos Sagrados, na elaboração dos (contra-)Laudos de Consolidação da APA e futuramente na elaboração assistida pela comunidade da elaboração do projeto de consolidação do Parque Pedra de Xangô.

Como falamos, um conjunto de práticas amplamente amparado nas tecnologias do sagrado, da ação coletiva e da memória desenvolvidas ao longo de todo o processo de disputa territorial.

Queremos dizer com isso que, a rede sociotécnica que mobilizou a tecnopolítica insurgente na Pedra de Xangô não se compõe exclusivamente das tecnologias urbanísticas “inventadas” pelas suas tradições, mas também decorrem da apropriação cidadã das tecnologias dominantes.

Embora as tecnologias tradicionais frequentemente apontem para a desterritorialização, a mobilização popular pode se apropriar de tais instrumentos e mobilizar adaptações às políticas, programas e projetos de caráter espacial. Por isso

entendemos a tecnologia como o resultado de um processo de disputa antes de ser uma ferramenta inerentemente impulsionadora de justiça ou injustiça espacial.

É esperado que o Estado estruturalmente racista reproduza, na apropriação cotidiana de tais tecnologias, práticas de reprodução da injustiça racial em todas as suas dimensões, inclusive na dimensão espacial. Mas apropriações outras são possíveis e é isso que o movimento em defesa da Pedra de Xangô nos apresenta. Por isso precisamos compreender as tecnologias tradicionais também como um espaço de disputa. Reconhecer a fundamental influência social sobre a produção e a apropriação da tecnologia.

Os argumentos tecnocráticos devem ser contestados a partir da investigação dos seus critérios de eficiência e da forma como o seu sistema técnico está estruturado. Visibilizar a construção social da tecnologia e colocar a rede sociotécnica em evidência torna-se uma missão fundamental dos processos de apropriação das tecnologias dominantes para a colaboração em processos de promoção de justiça espacial.

O mapeamento de controvérsias se mostrou uma ferramenta exploratória, imaginativa e com possibilidades de construção espiralar e coletiva (ainda que esses dois últimos pontos não tenham sido possíveis de se experimentar nessa pesquisa). Realizar análises através das controvérsias, relações, interesses e divergências entre actantes na tentativa de recompor essa rede sociotécnica é um desafio que exige muitos retornos capazes de promover suficientes amadurecimentos sobre os fenômenos. Não fomos capazes de realizar idas e vindas de forma a dar substância que considerássemos suficientemente boas para mostrar o potencial da metodologia, mas a grande graça do mapeamento é que ele nunca está completo.

Atento as nossas limitações, concluímos que as tecnologias urbanísticas, sejam elas de origem tradicional ou alternativa, se tornam instrumento da promoção de justiça espacial na medida em que uma correlação de forças na rede sociotécnica permite que elas sejam capturadas por experiências legítimas de luta por justiça espacial.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se constitui numa tentativa de estabelecer diálogos entre os campos do urbanismo crítico e da ciência tecnologia e sociedade. Através deles tentamos realizar uma abordagem que conectasse os conceitos de urbanismo insurgente, justiça espacial e tecnologia. Por meio da experiência na Pedra de Xangô, tentamos colaborar para contestação daquilo que consideramos uma das mais severas formas de dominação da sociedade contemporânea, o sentido fantasioso e homogeneizante dado à tecnologia e à noção de desenvolvimento, focando aqui, principalmente nos seus impactos no campo do urbanismo.

Embora não seja o objetivo deste trabalho, ou de qualquer movimento genuinamente científico, chegar a qualquer conclusão definitiva, acreditamos que tenha sido possível explorar através dele uma série de debates críticos e teóricos importantes para o campo do urbanismo. O primeiro deles, e que mobiliza a construção dessa dissertação é a identificação de que a ideia dominante de tecnologia e inovação baseada na racionalidade moderna tem estruturado um modelo de desenvolvimento autodestrutivo e individualista que se mantém construindo a cada geração, práticas renovadas de urbanismo que promovem o agravamento das injustiças espaciais. Por isso é urgente discutir tecnologia e desenvolvimento numa perspectiva tecnodiversa em todos os campos do saber, inclusive no urbanismo.

No urbanismo fica evidente o papel estruturante da tecnofantasia e dos arranjos sociotécnicos dominantes na colaboração com a reprodução de injustiças espaciais. Nesse sentido identificamos dois movimentos fundamentais para compreender e contestar o domínio tecnológico: o primeiro deles é contestar o sentido único de tecnologia, mostrando suas possibilidades em experiências que desenvolvem tecnologias contestatórias e direcionadas para a promoção de justiça espacial e revelar conjunturas sociotécnicas que permitiram que tais tecnologias pudessem ser exercidas e apropriadas numa perspectiva contra-hegemônica.

Através deste debate foi possível fundamentar e apresentar indícios de caminhos alternativos ao campo do urbanismo e da tecnologia a partir da experiência da Pedra de Xangô. Apropriações tecnológicas, tecnobrechas e tecnologias oriundas de outra cosmotécnica que são capazes de inspirar um urbanismo mais centrado no interesse de promoção de justiça espacial, do que numa lógica de desenvolvimento

desenfreada baseada nos interesses destruidores e concentradores das classes dominantes. Talvez seja esse cruzamento crítico-conceitual-analítico e seus resultados o aspecto de maior originalidade deste trabalho.

Outro debate crítico da maior relevância é sobre como o ônus desse desenvolvimento atinge de forma desproporcional determinados setores da sociedade. Destacamos a partir da experiência da Pedra Xangô a partir da breve contextualização dos processos de desterritorialização e resistência dos territórios negros na cidade de Salvador, como o Estado moderno e suas instituições, políticas e programas colaboraram para a produção de um espaço racialmente segregado que direciona o ônus do desenvolvimento para grupos minoritários.

Apesar do trabalho não ser o primeiro a contar o processo de transformação espacial no entorno da Pedra de Xangô, estabelecemos novas conexões caras ao entendimento do desenrolar dos processos e que contribuem, a partir de uma abordagem sociotécnica, para o debate entorno do urbanismo negro e suas tecnologias. Ademais foi possível caracterizar a experiência como um exemplar de urbanismo insurgente, algo que já vem sendo ventilado desde às primeiras publicações do autor⁵⁴, mas que só agora foi apresentado de forma mais bem subsidiada.

Através desse trabalho pudemos também ensaiar aproximações com a teoria ator-rede e com a metodologia da cartografia das controvérsias, que se revelou uma alternativa interessante de ilustração de problemas complexos a respeito das interações entre tecnologia e sociedade e que se mostrou bastante promissora para a realização de análises das questões urbanas de forma imaginativa, continua e com possibilidades de construção coletiva.

Dentre as muitas questões que ficam em aberto destacamos alguns conflitos que continuam no ar acerca da experiência da Pedra de Xangô: Quais são os reais limites do respeito ao sagrado, quando um equipamento, em certa medida turístico, se consolida entorno do monumento religioso? As remoções das ocupações que existiam no entorno imediato da Pedra significaram uma contradição em termos de justiça espacial? A “pacificação” através da construção do equipamento gerará um

⁵⁴ (SILVA; KRAUS; DA SILVA, 2023)

momento de calma e até de revés político sobre as lutas territoriais negras na região ou colaborará para que outras pautas da política urbana, e disputas territoriais negras se potencializem? Sistematizar e incorporar ao urbanismo outras cosmotécnicas pode funcionar como uma ferramenta de emancipação ou pode acabar se tornando uma nova forma de dominação racional como ora acontece com os processos participativos? Tentar sistematizar e “metodologizar” processos orgânicos de emancipação seria uma forma de fortalecer lutas insurgentes ou de transformar saberes e práticas tradicionais em mercadoria?

Encerramos com a convicção da necessária expansão do campo do urbanismo para que ele, frente aos avanços dos processos de dominação, e agravamento das desigualdades e injustiças espaciais possa oferecer caminhos que contribuam efetivamente para contestar a ação brutal do processo de desenvolvimento desumano que estamos vivendo. Temos esperanças de que nossos esforços podem ser úteis para a construção de futuros mais compatíveis com as diversas formas de enxergar a realidade, sejam eles dentro ou fora desse campo que chamamos urbanismo.

E por fim, sobre a proposição do título **“É possível reconfigurar o sentido de tecnologia no urbanismo?”** acreditamos que, para além de quaisquer definições sobre a possibilidade, é necessário disputar uma reconfiguração de sentido. Acreditar e trabalhar para a construção de outros futuros atentos ao encontro das mais diversas formas de enxergar a realidade talvez seja o único caminho possível para a nossa sobrevivência e convivência diante das tamanhas diversidades e adversidades vividas nesse planeta. O único meio de sustentar a dignidade dos humanos e outros vivos que habitam este lugar que alguns chamam de Terra, outros de Ayê, Gaia, Pachamama ...

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, K. E. DE S. Candeal pequeno, Salvador-BA: estratégias cognitivas de apropriação e avaliação pós-ocupação dos conjuntos habitacionais populares implantados pelo programa viver melhor. 14 jun. 2013.
- ANGOTTI, F. B. et al. A cidade na perspectiva sociotécnica: ontologias políticas, agenciamentos urbanos e lugares híbridos. **Revista V!RUS**, v. 1, n. 14, 1 jul. 2017.
- ARANTES, O.; MARICATO, E.; VAINER, C. **Cidade do pensamento único: Desmanchando consensos**. 8ª edição ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.
- BRANDÃO, G.; SANTOS, F. DOS. No candomblé, do Alá ao Ojá: tecidos que vestem, protegem e sacralizam. **ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA (ENECULT)**, v. 17, 2021.
- BRET, B. et al. La ciudad y la justicia espacial. **Justicia e injusticias espaciales**, v. 1, p. 99–106, 2016.
- BRET, B. et al. (EDS.). **Justice et injustices spatiales**. Tradução: Sophie Didier; Tradução: Sonia. Nanterre: Presses universitaires de Paris Nanterre, 2021.
- BRIA, F.; MOROZOV, E. **A cidade inteligente: Tecnologias urbanas e democracia**. [s.l.] Ubu Editora, 2020.
- BRULE, D. M. V. D. As diversas abordagens de justiça espacial na geografia. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 24, n. 2, p. 297–316, 14 jul. 2020.
- CARVALHO, I. M. M. DE; PEREIRA, G. C. SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E DESIGUALDADES EM SALVADOR. **Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades**, n. 235, p. 5–22, 22 dez. 2015.
- CVETINOVIC, M.; NEDOVIC-BUDIC, Z.; BOLAY, J.-C. Decoding urban development dynamics through actor-network methodological approach. **Geoforum**, v. 82, p. 141–157, 1 jun. 2017.
- DE CASTRO COSTA, A. **COSMOPOLÍTICAS DA TERRA: MODOS DE EXISTÊNCIA E RESISTÊNCIA NO ANTROPOCENO**. DOUTOR EM FILOSOFIA—Rio de Janeiro, Brazil: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO, 13 fev. 2019.
- DE OLIVEIRA DIAS, L. Desigualdades étnico-raciais e políticas públicas no Brasil. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 3, n. 7, p. 07–28, 2012.
- DE SOUZA, L. A. **Parecer Técnico referente ao processo nº086/2015 - - PR – FGM – Fundação Gregório de Mattos, relativo ao Tombamento Municipal da Pedra de Xangô e Área Considerada Sítio Histórico do Antigo Quilombo do Urubu**. Conselho Consultivo de Patrimônio da FGM – representante da UNEB - Universidade do Estado da Bahia., , 2016.

DE-LIMA-SANTOS, M.-F.; MESQUITA, L. Data Journalism in favela: Made by, for, and about Forgotten and Marginalized Communities. **Journalism Practice**, v. 17, n. 1, p. 108–126, 2 jan. 2023.

DIAZ-ISENRATH, M. C. **Maquinas de pesquisa : o estatuto do saber no capitalismo informacional**. [s.l.] [s.n.], 2008. Disponível em: <<https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/417741>>. Acesso em: 20 ago. 2023.

FARÍAS, I. Introduction: Decentering the Object of Urban Studies. Em: **Urban Assemblages: How Actor-Network Theory Changes Urban Studies**. [s.l.: s.n.].

FEENBERG, A. The technocracy thesis revisited: On the critique of power. **Inquiry**, v. 37, n. 1, p. 85–102, 1994.

FEENBERG, A. O que é a filosofia da tecnologia. **Andrew Feenberg: racionalização democrática, poder e tecnologia**, v. 3, p. 39–51, 2003.

FEENBERG, A. Racionalização subversiva: tecnologia, poder e democracia. **A teoria crítica de Andrew Feenberg: racionalização democrática, poder e tecnologia**. Brasília: Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina/CDS/UnB/Capes, p. 69–95, 2010.

FELINTO, E. **Novas tecnologias, antigos mitos: apontamentos para uma definição operatória de imaginário tecnológico**. Galáxia. Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica, n. 6, 2003.

FERNANDES, A. Decifra-me ou te devoro: Urbanismo corporativo, cidade-fragmento e dilemas da prática do Urbanismo no Brasil. **Planejamento e Urbanismo na atualidade brasileira**. Brasília: Livre Expressão, 2013.

FFA ARQUITETURA E URBANISMO; SALVADOR. FUNDAÇÃO MARIO LEAL FERREIRA. **Diagnóstico sociocultural ambiental do Parque em Rede Pedra de Xangô**. Fundação Mário Leal Ferreira, , 2018a.

FFA ARQUITETURA E URBANISMO; SALVADOR. FUNDAÇÃO MARIO LEAL FERREIRA. **Estudo Preliminar: Parque Pedra de Xangô - Memorial Descritivo**. Fundação Mário Leal Ferreira, , 2018b.

FFA ARQUITETURA E URBANISMO; SALVADOR. FUNDAÇÃO MARIO LEAL FERREIRA. **Projeto Básico: Parque Pedra de Xangô - Memorial Descritivo**. Fundação Mário Leal Ferreira, , 2019a.

FFA ARQUITETURA E URBANISMO; SALVADOR. FUNDAÇÃO MARIO LEAL FERREIRA. **Projeto Executivo: Parque Pedra de Xangô - Memorial Descritivo**. Fundação Mário Leal Ferreira, , 2019b.

FIRMINO, R. J. Securitização, vigilância e territorialização em espaços públicos na cidade neoliberal. **Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (Online)**, v. 15, n. 1, p. 23–35, 2 dez. 2017.

FIRMINO, R. J.; DUARTE, F. Do mundo codificado ao espaço ampliado. Em: PEDRO, R. (Ed.). **Qualidade do lugar e cultura contemporânea: controvérsias e**

ressonâncias em ambientes urbanos. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)/Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (fau)/ Programa de Pós Graduação em Arquitetura (proarq).: [s.n.]. p. 69–80.

FONTENELLE, I. A. Para uma crítica ao discurso da inovação: saber e controle no capitalismo do conhecimento. **Revista de Administração de Empresas**, v. 52, p. 100–109, fev. 2012.

FOUCHÉ, R. Say It Loud, I'm Black and I'm Proud: African Americans, American Artifactual Culture, and Black Vernacular Technological Creativity. **American Quarterly**, v. 58, n. 3, p. 639–661, 2006.

FUNDAÇÃO GREGÓRIO DE MATOS. SALVADOR. **Pedra de Xangô e Área Considerada Sítio Histórico do Quilombo do Buraco do Tatu. Dossiê de Tomabamento.** FGM, Fundação Gregório de Matos, , 2016.

GARCIA, A. DOS S. Desigualdades raciais e segregação urbana contemporâneas: Salvador, cidade d'Oxum e Rio de Janeiro, cidade de Ogum. **Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano, Universidade Federal do Rio de Janeiro**, 2006.

HARVEY, D. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana.** São Paulo: Martins Fontes, , 2014.

HOLLANDS, R. G. Critical interventions into the corporate smart city. **Cambridge Journal of Regions, Economy and Society**, v. 8, n. 1, p. 61–77, 1 mar. 2015.

HOLLANDS, R. G. Will the real smart city please stand up?: Intelligent, progressive or entrepreneurial? Em: **The Routledge Companion to Smart Cities**. [s.l.] Routledge, 2020.

HUI, Y. Cosmotécnica como cosmopolítica. **Fragmentar el futuro. Ensayos sobre la tecnodiversidad**, p. 41–64, 2020.

KITCHIN, R. Data-Driven, Networked Urbanism. **SSRN Electronic Journal**, 2015.

KRAUS, L. Contra o fetiche tecnológico: repensar o planejar no contexto das cidades inteligentes. **CTS em foco: Boletim da ESOCITE.BR**, v. 2, n. 1, p. 91–96, 2022.

KRENAK, A. Ailton Krenak. **Rio de Janeiro: Azougue**, 2017.

KRIVÝ, M. Towards a critique of cybernetic urbanism: The smart city and the society of control. **Planning Theory**, v. 17, n. 1, p. 8–30, 1 fev. 2018.

LATOUR, B. **Reagregando o social: uma introdução a teoria do ator-rede.** Salvador, Bauru: EDUFBA ; EDUSC, 2012.

LATOUR, B. Redes, Sociedades, Esferas: Reflexões de um Teórico Ator-Rede. **Informática na educação: teoria & prática**, v. 16, n. 1, 27 jun. 2013.

LAW, J.; SINGLETON, V. Object lessons. **Organization**, v. 12, n. 3, p. 331–355, 2005.

LIMA, A. S. P. et al. 8.2 Saramandaia existe e resiste: contribuições para a construção de uma perícia popular¹. **Development Planning Unit| The Bartlett| University College London 34 Tavistock Square-London-WC1H 9EZ Tel:+ 44 (0) 20 7679 1111-Fax:+ 44 (0) 20 7679 1112-www. bartlett. ucl. ac. uk/dpu**, p. 141, [s.d.].

MATTERN, S. **A City Is Not a Computer: Other Urban Intelligences**. [s.l.] Princeton University Press, 2021.

MBEMBE, A. **Brutalismo**. 2ª edição ed. [s.l.] N-1 Edições, 2022.

MIRAFTAB, F. Insurgent Planning: Situating Radical Planning in the Global South. **Planning Theory**, v. 8, n. 1, p. 32–50, 1 fev. 2009.

MIRAFTAB, F. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR)**, v. 18, n. 3, p. 363–377, 2016.

MOEHLECKE, S. Ação afirmativa no ensino superior: entre a excelência e a justiça racial. **Educação & Sociedade**, v. 25, p. 757–776, out. 2004.

MOURAD, L. N.; FIGUEIREDO, G. C. O bairro é Dois de Julho, ou, o que está em jogo no Projeto de Humanização de Santa Tereza. **SEMINÁRIO URBANISMO NA BAHIA-URBA12: A Produção da cidade e a captura do público. Que perspectivas**, 2012.

NOBRE, E. A. Intervenções urbanas em Salvador: turismo e “gentrificação” no processo de renovação urbana do Pelourinho. **X ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR. Anais. Belo Horizonte, Anpur**, 2003.

PARRA, H. Z. M. Da tecnopolítica às lutas cosmotécnicas: dissensos ontoepistêmicos face à hegemonia cibernética no Antropoceno. **Engenharias e outras práticas técnicas engajadas: diálogos interdisciplinares e decoloniais**, 2022.

PERRY, K.-K. Y. Espaço urbano e memória coletiva: o conhecimento de mulheres negras em lutas políticas. **Questões urbanas e racismo. Petrópolis: DP et Alli**, p. 164–215, 2012.

RAWLS, J. **Uma Teoria da Justiça**. 4ª edição ed. [s.l.] Martins Fontes - selo Martins, 2016.

ROLNIK, R.; NAKANO, K. As armadilhas do pacote habitacional. **Le monde diplomatique Brasil**, v. 2, n. 20, p. 5, 2009.

ROY, A. Slumdog Cities: Rethinking Subaltern Urbanism. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 35, n. 2, p. 223–238, 2011.

SALVADOR. FUNDAÇÃO MARIO LEAL FERREIRA. **Termo de Referência (TR) a contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de urbanização, arquitetura e engenharia para elaboração de Diagnóstico sociocultural ambiental do Parque em Rede Pedra de Xangô (PRPX) e**

elaboração dos Projetos executivos do Parque Pedra de Xangô. Fundação Mário Leal Ferreira, , 2018.

SANDERCOCK, L. Framing insurgent historiographies for planning. **Making the invisible visible: A multicultural planning history**, p. 1–33, 1998.

SANTOS, A. B. DOS; PEREIRA, S. **A terra dá, a terra quer.** 1ª edição ed. São Paulo, SP: Ubu Editora, 2023.

SANTOS, R. E. DOS et al. Uma leitura sobre espacialidades das relações raciais: Raça, racialidade e racismo no espaço urbano. **FL de Oliveira; JR Lima, P. Novais de.(Eds.), Território e planejamento: perspectivas transdisciplinares, 1ed: Letra Capital, Rio de Janeiro**, p. 345–366, 2018.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento [sic] único à consciência universal.** Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

SANTOS, R. Repertórios espaciais de ação na luta antirracismo. **Cartografias do conflito. Rio de Janeiro: Letra Capital**, 2019.

SILVA, M. A. P. DA. Pedra de Xangô: um lugar sagrado afro-brasileiro na cidade de Salvador. 20 dez. 2017.

SILVA, F. C.; KRAUS, L.; DA SILVA, M. A. P. Apropriação tecnológica para o planejamento insurgente: transgressão e luta na Pedra de Xangô-Salvador/BA1. 2023.

SILVA, M. A. P. **A governança espiritual: o sagrado afro-brasileiro na edificação do memorial do parque pedra de xangô.** [s.l.] UFBA, 2024.

SOJA, E. The city and spatial justice. **Justice spatiale/Spatial justice**, v. 1, n. 1, p. 1–5, 2009.

TANAKA, G. Planejar para lutar e lutar para planejar: Possibilidades e Limites do Planejamento Alternativo. **Rio de Janeiro**, 2017.

VENTURINI, T. Diving in magma: how to explore controversies with actor-network theory. **Public understanding of science**, v. 19, n. 3, p. 258–273, 2010.

VENTURINI, T. et al. Designing Controversies and Their Publics. **Design Issues**, v. 31, n. 3, p. 74–87, jul. 2015.